

PET CONEXÕES DE SABERES
Diálogos entre Comunidades

Interdisciplinariedade

**Pesquisas,
Experiências
& Vivências**

Escrito por:

Alberto Alves de Amorim
Alinny Gomes Gonçalves
Chaiane Guterres da Silva
Danielle de Paula Braz
Milena dos Santos de Souza
Narah Paula da Silva Soares
Pamela Marcela Martins
Ranieri Paulo Bona
Sara Lopes dos Santos
Sílvia Regina Medeiros de Oliveira
Vanessa de Souza Alcantara
Victoria Zanoni Martins

Organizado por:

Israel Braglia

PET CONEXÕES DE SABERES
Diálogos entre Comunidades

Interdisciplinariedade

Pesquisas, Experiências & Vivências

Escrito por:

Alberto Alves de Amorim
Alinny Gomes Gonçalves
Chaiane Guterres da Silva
Danielle de Paula Braz
Milena dos Santos de Souza
Narah Paula da Silva Soares
Pamela Marcela Martins
Ranieri Paulo Bona
Sara Lopes dos Santos
Sílvia Regina Medeiros de Oliveira
Vanessa de Souza Alcantara
Victoria Zanoni Martins

Organizado por:

Israel Braglia

Autores

Alberto Alves de Amorim
Alinny Gomes Gonçalves
Chaiane Guterres da Silva
Danielle de Paula Braz
Milena dos Santos de Souza
Narah Paula da Silva Soares
Pamela Marcela Martins
Ranieri Paulo Bona
Sara Lopes dos Santos
Sílvia Regina Medeiros de Oliveira
Vanessa de Souza Alcantara
Victoria Zanoni Martins

Organizado

Israel Braglia

Projeto Gráfico, Diagramação e Capista

Alinny Gomes Gonçalves

Revisão

Israel Braglia
Victoria Zanoni Martins

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Helouise Hellen de Godoi Viola (Bibliotecária CRB14-1644)

Braglia, Israel (org.)

Interdisciplinaridade: pesquisas, experiências e vivência do PET Conexões de Saberes - Diálogos entre comunidades / Israel Braglia (org.) — 1. ed. — Florianópolis, SC: PET Conexões de Saberes - UFSC, 2024.

Inclui biografias dos autores e bibliografia.
ISBN 978-65-01-24503-4

1. Comunicação 2. Saúde Mental 3. Assistência Social 4. Habitação 5. Psicologia Jurídica I. Amorim, Alberto Alves de II Gonçalves, Alinny Gomes III. Silva, Chaiane Guterres da IV. Braz, Danielle de Paula V. Souza, Milena dos Santos de VI. Soares, Narah Paula da Silva VII. Martins, Pamela Marcela VIII. Bona, Ranieri Paulo VIV. Santos, Sara Lopes dos X. Oliveira, Sílvia Regina Medeiros de XI. Alcantara, Vanessa de Souza XVI. Martins, Victoria Zanoni XVI. Título

CDU 36

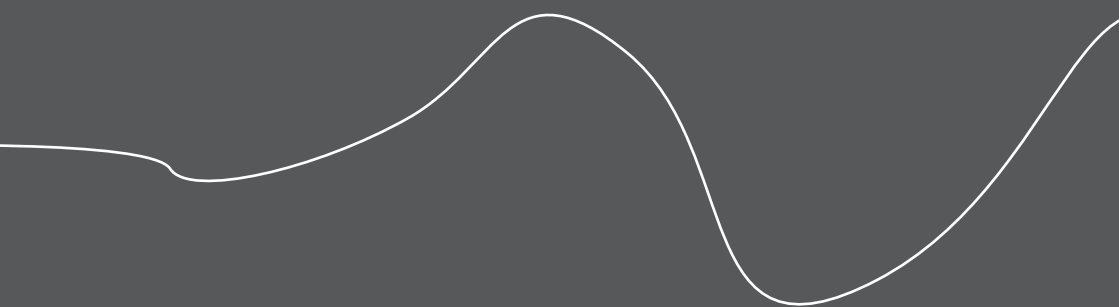
Índices para catálogo sistemático

1. Proteção das necessidades materiais e mentais da vida - 36

PET CONEXÕES DE SABERES
Diálogos entre Comunidades

Interdisciplinariedade

Pesquisas,
Experiências
& Vivências



Prefácio



Prefácio

Com alegria e profundo respeito, faço a abertura deste livro, fruto do trabalho dedicado do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Aqui, não apenas encontramos o resultado de pesquisas e reflexões, mas também o reflexo de um esforço coletivo que atravessa o coração da academia e pulsa em cada um dos estudantes envolvidos. Há, nesta obra, um brilho de inovação, um toque de esperança, e um convite para pensarmos o conhecimento de maneira mais integrada, mais próxima da realidade complexa que nos cerca.

O conceito de interdisciplinaridade, tema central deste volume, não é apenas uma proposta acadêmica. Ele se faz urgente em um mundo onde as fronteiras entre as disciplinas tornam-se estreitas demais para conter a vastidão dos problemas que enfrentamos. Não há mais espaço para o isolamento do saber. A vida, com sua trama intrincada de eventos e relações, exige que vejamos o todo, que conectemos os pontos, que percamos o medo de navegar entre áreas distintas.

O livro que agora seguramos é, em si, uma prova dessa necessidade de integração. Cada capítulo revela a coragem de ultrapassar limites, de unir saberes distintos, e com isso propor novas respostas para questões que, muitas vezes, parecem não ter solução. A interdisciplinaridade, tal como apresentada aqui, é mais do que a soma de diferentes campos de estudo. Ela é uma fusão de olhares, de métodos, de sensibilidades. É uma prática que exige não só conhecimento técnico, mas também abertura e generosidade para enxergar o mundo através dos olhos do outro.

Entretanto, não podemos romantizar o caminho da interdisciplinaridade. Ele é, como todos os grandes projetos humanos, cheio de desafios. A comunicação entre disciplinas nem sempre é fácil; há línguas diferentes, tradições metodológicas arraigadas, e até paradigmas que resistem ao diálogo. Esse esforço exige de nós, professores e alunos, uma disposição constante para aprender e reaprender, para negociar significados, e, sobretudo, para ouvir. Ouvir o que o outro tem a dizer e encontrar, nessa escuta atenta, a chance de criar algo novo.

É especialmente desafiador, como tutor de um grupo PET interdisciplinar, unir diferentes disciplinas e estudantes de variados cursos de graduação da UFSC. A diversidade de formações acadêmicas traz consigo não só uma riqueza de perspectivas, mas também a necessidade de mediar conflitos de pensamento, ritmo e abordagem. Cada curso possui seu próprio arcabouço de conceitos e metodologias, e cabe ao tutor promover um ambiente de diálogo e cooperação. A tarefa exige sensibilidade para reconhecer as singularidades de cada área e encontrar caminhos que permitam uma convergência produtiva, sem perder de vista as contribuições individuais que cada estudante e suas diferentes disciplinas e perspectivas trazem para o coletivo. É um trabalho contínuo de construção e adaptação, onde o verdadeiro sucesso vem da disposição de todos em aprender uns com os outros.

Além disso, existe a complexidade inerente à tarefa de articular conhecimentos de diferentes campos. Não é uma simples questão de somar competências, mas de tecer juntas estas múltiplas perspectivas. E para isso, é preciso uma formação que desafie o aluno e o educador a sair do conforto de suas especializações. Uma formação que ensine a ver o mundo de forma mais ampla, mais conectada. Este livro nos lembra que a interdisciplinaridade é, antes de tudo, uma prática de humanidade. Ela demanda sensibilidade ética, uma atenção constante às implicações sociais e morais do que criamos ao cruzar fronteiras. E, talvez, o mais importante: ela nos chama a não perder de vista o propósito maior da educação – o de transformar vidas, começando pelas nossas.

Boa leitura;

Prof. Dr. Israel Braglia

Sumário



Introdução

10



Nesta edição

16

01

A fotografia como fonte de saber: Uma análise a partir do projeto “Capturas e Nuances”

22

02

Os primórdios da assistência a saúde mental de crianças e adolescentes no Brasil: Do império à primeira República

38

03

A falta de moradia não é contemporânea: Nossos direitos só a luta faz valer

60



04

Mudanças das marcas durante a pandemia

82

05

Contexto sobre fabricação digital e sua aplicação na moda
Relato de experiência em FABLA

106

06

Migração no Brasil: O descaso do estado, a atuação essencial de ONGs e os limites da assistência social

134

07

Psicologia no Contexto Jurídico: Um Relatório De Observação feito a partir de uma experiência em uma Delegacia Especializada (DPCAMI)

154

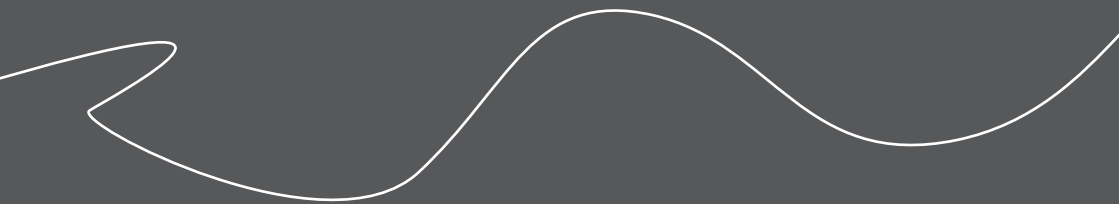


Posfácio

172



Introdução



Introdução

O livro que agora se apresenta é um reflexo direto dos esforços contínuos do PET Conexões de Saberes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para promover a interdisciplinaridade e enfrentar os desafios acadêmicos com inovação e qualidade. Cada capítulo desta obra testemunha o trabalho e a dedicação dos alunos envolvidos, evidenciando a importância e a relevância da pesquisa acadêmica plural e de alta qualidade.

Uma contribuição valiosa

Os temas abordados são atuais e pertinentes tanto para o ambiente acadêmico quanto para a sociedade em geral. A diversidade dos tópicos – que vai desde a fotografia como fonte de saber até questões como imigração e os desafios da assistência social – ilustra a amplitude da investigação interdisciplinar realizada pelos participantes do PET. A análise crítica de temas contemporâneos, como saúde mental, moradia, mudanças nas marcas durante a pandemia, fabricação digital na moda e imigração, revela a importância do pensamento crítico para compreender e resolver problemas complexos que vivenciamos nesta era “pós-normal”.

Cada artigo do volume foi elaborado para oferecer uma visão fora da órbita coloquial sobre o tema abordado. A pesquisa apresentada não só avança o conhecimento em suas respectivas áreas, mas também exemplifica a capacidade dos alunos da UFSC de abordar questões multifacetadas com rigor acadêmico e, principalmente, criatividade.

A UFSC e seus desafios atuais

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma instituição de ensino superior renomada internacionalmente, tendo em 2024 o título de segunda melhor universidade federal do país, de acordo com a classificação do Webometrics Ranking of World Universities¹; conhecida por seu compromisso com a excelência acadêmica e a inovação. Contudo,

como qualquer instituição de ensino superior, a UFSC enfrenta desafios significativos em um ambiente acadêmico em constante transformação. Entre esses desafios estão a necessidade de adaptação às novas demandas educacionais, a promoção da interdisciplinaridade e a garantia de que a pesquisa acadêmica permaneça relevante e im-pactante.

A UFSC, através de iniciativas como o PET Conexões de Saberes, está na vanguarda desses esforços, fomentando um ambiente de aprendizado e pesquisa que estimula a colaboração e a exploração de novas abordagens. O PET também contribui para a construção de uma comunidade acadêmica mais coesa e inovadora.

Os desafios que a UFSC enfrenta hoje, como se ajustar às mudanças velozes do mercado e abraçar novas tecnologias, são evidentes nas pesquisas deste livro. A força da universidade para superar esses desafios está na sua disposição de se abrir para a interdisciplinaridade e a colaboração. É na união de saberes e na exploração conjunta de novos horizontes que pesquisadores e alunos encontram o caminho para desbravar novas fronteiras do conhecimento.

A Importância da pesquisa acadêmica plural e de qualidade

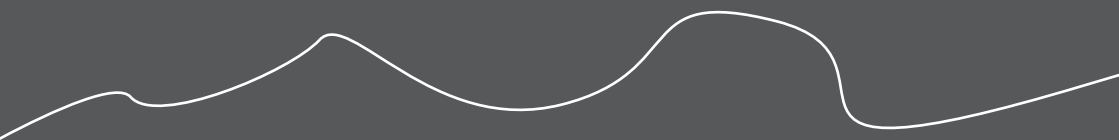
A pesquisa acadêmica plural e de qualidade é primordial para o avanço do conhecimento e para a resolução dos desafios que nos impactam de frente. A diversidade de perspectivas e abordagens proporcionada pela pesquisa interdisciplinar enriquece a compreensão dos problemas e promove discussões mais assertivas e relevantes para o nosso entorno.

¹A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é a oitava melhor universidade da América Latina e a segunda entre as federais brasileiras, de acordo com a classificação do Webometrics Ranking of World Universities para 2024. Entre as instituições federais nacionais, a Universidade fica atrás apenas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O levantamento é uma iniciativa do Cybermetrics Lab, grupo de pesquisa pertencente ao Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC) da Espanha. Se consideradas todas as universidades brasileiras, a UFSC aparece na quinta posição. Veja mais em: <https://noticias.ufsc.br/2024/02/ufsc-e-segunda-melhor-universidade-federal-do-brasil-segundo-ranking-internacional/>

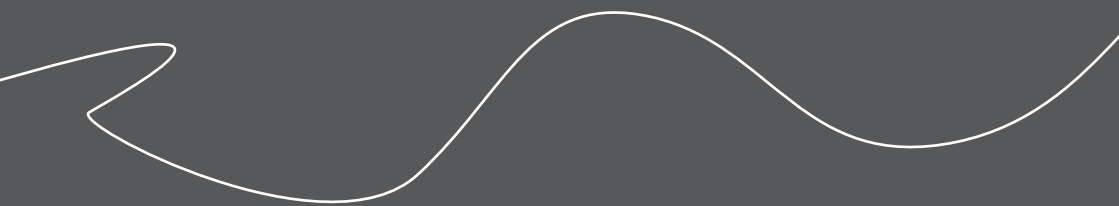
O compromisso com a qualidade acadêmica assegura que a pesquisa não apenas contribua para o avanço do conhecimento, mas também, de alguma forma, possa exercer certo impacto positivo na sociedade.

O livro do PET Conexões de Saberes exemplifica tal importância de uma pesquisa que é ao mesmo tempo plural e de alta qualidade. Por fim, os trabalhos apresentados nesta edição são um reflexo do empenho dos alunos e do orientador em produzir conhecimento significativo e operante socialmente – abordando temas muitas vezes crônicos – com rigor e criatividade.

Por fim, a pesquisa interdisciplinar realizada pelos participantes do PET contribui para a construção de um entendimento mais integrado dos problemas, oferecendo nuances para futuras investigações e inovações. Que este livro não seja apenas mais um dentre muitos, mas que dentre muitos seja um diferencial do saber fazer e de tecer o conectar de saberes.



Nesta Edição



O que veremos nesta edição

Para entender os desafios contemporâneos, entendemos que é necessário adotar uma abordagem que una diferentes áreas do conhecimento, oferecendo uma visão abrangente e multifacetada dos temas. Esta edição é como um ensaio e apresenta seis artigos que exploram tópicos diversos, porém interligados, revelando a perspectiva interdisciplinar para enfrentar e discutir problemas emergentes. Os artigos são: “A Fotografia como Fonte de Saber: Uma Análise a Partir do Projeto ‘Capturas e Nuances’”, “Os Primórdios da Assistência à Saúde Mental de Crianças e Adolescentes no Brasil: do Império à Primeira República”, “A Falta de Moradia Não é Contemporânea: Nossos Direitos Só a Luta Faz Valer”, “Mudanças das Marcas Durante a Pandemia”, “Contexto Sobre Fabricação Digital e Sua Aplicação na Moda: Relato de Experiência em FabLab”, e “Imigração no Brasil: O Descasso do Estado, a Atuação Essencial de ONGs e os Limites da Assistência Social”. Cada artigo oferece uma visão singular sob a ótica de estudantes em iniciação científica, destacando como a interdisciplinaridade é essencial para uma compreensão dos problemas enfrentados.

O primeiro artigo, “A Fotografia como Fonte de Saber: Uma Análise a Partir do Projeto ‘Capturas e Nuances’”, explora como a fotografia pode ser mais do que uma simples imagem. O projeto ‘Capturas e Nuances’ mostra como a fotografia pode se tornar uma ferramenta de análise e reflexão, oferecendo insights profundos sobre questões sociais, culturais e históricas. A fotografia, quando usada de maneira crítica e contextualizada, pode revelar aspectos do mundo que outras formas de documentação podem deixar de fora. Este artigo destaca a importância da fotografia na construção do conhecimento e na documentação das realidades sociais, ressaltando a necessidade de uma interpretação que vá além das imagens.

O segundo artigo, “Os Primórdios da Assistência à Saúde Mental de Crianças e Adolescentes no Brasil: do Império à Primeira República”, oferece uma visão histórica sobre a evolução da assistência à saúde mental no Brasil. A análise cobre desde o período imperial até a Primeira República, destacando desafios e mudanças nas abordagens de cuidado e tratamento. O artigo revela como a compreensão da saúde

mental evoluiu, refletindo mudanças sociais, políticas e científicas, e mostra a importância de entender a história para aprimorar as práticas atuais.

O terceiro artigo, “A Falta de Moradia Não é Contemporânea: Nossos Direitos Só a Luta Faz Valer”, trata da moradia e dos direitos humanos, mostrando que a falta de moradia é uma questão histórica, não apenas atual. O artigo argumenta que a luta pelos direitos à moradia é uma questão de justiça social e direitos humanos, e que é por meio da mobilização e resistência que esses direitos são garantidos. A análise crítica das políticas habitacionais e dos desafios enfrentados por quem vive em vulnerabilidade ressalta a importância da ação coletiva e da advocacia para promover justiça social.

O quarto artigo, “Mudanças das Marcas Durante a Pandemia”, explora como as marcas adaptaram suas estratégias de marketing e comunicação em resposta à pandemia de COVID-19. A análise das mudanças nas marcas, como McDonald’s e Mercado Livre, mostra a capacidade das empresas de se ajustarem rapidamente às novas realidades e manterem a conexão com seus consumidores. O artigo destaca a importância da empatia e da responsabilidade social nas campanhas publicitárias, e a necessidade de inovação e criatividade para enfrentar os desafios do mercado durante crises.

O quinto artigo, “Contexto Sobre Fabricação Digital e Sua Aplicação na Moda: Relato de Experiência em FabLab”, examina como a tecnologia e a moda se encontram na fabricação digital e impressão 3D. O relato de experiência no Fab Lab Pronto 3D demonstra como essas tecnologias podem transformar a criação e produção de moda, promovendo abordagens mais sustentáveis e personalizadas. O artigo ilustra a importância da inovação tecnológica e da colaboração interdisciplinar na indústria da moda, destacando como iniciativas colaborativas podem fomentar a criatividade e a eficiência na produção.

O sexto artigo, “Imigração no Brasil: O Descasso do Estado, a Atuação Essencial de ONGs e os Limites da Assistência Social”, analisa a situação dos imigrantes no Brasil, abordando o papel das ONGs e as limitações da assistência social. A análise revela as dificuldades que os imigrantes enfrentam para acessar direitos básicos e a importância das

ONGs na mitigação desses desafios. O artigo também destaca o papel crucial dos assistentes sociais na promoção dos direitos dos imigrantes e na formulação de políticas públicas eficazes. A abordagem crítica evidência a necessidade de uma resposta mais robusta e coordenada do Estado e da sociedade para garantir inclusão e igualdade de direitos.

Interdisciplinaridade e conexões relevantes

A integração dos temas dos seis artigos revela a interconexão dos desafios contemporâneos. Cada artigo oferece uma perspectiva única, mas todos se conectam na necessidade de uma abordagem interdisciplinar para compreender e enfrentar problemas complexos. A fotografia, a saúde mental, a moradia, a adaptação das marcas, a inovação na moda e a imigração são áreas distintas, mas todas interligadas por questões comuns de justiça social, direitos humanos, inovação e adaptação.

O Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes da UFSC é um exemplo de como a interdisciplinaridade pode ser aplicada na prática acadêmica e profissional. O PET promove a colaboração entre diferentes disciplinas, estimulando a troca de conhecimentos e experiências para perceber e debater problemas contemporâneos muitas vezes longe de serem solucionados. A abordagem interdisciplinar do PET permite explorar temas diversos de forma integrada, facilitando a criação de soluções inovadoras.

Cada artigo analisado contribui para integrar diferentes perspectivas e conhecimentos entre diferentes cursos de graduação. A interdisciplinaridade é uma ferramenta essencial para enfrentar questões complexas e emergentes, e o PET Conexões de Saberes da UFSC demonstra como a colaboração interdisciplinar pode ser um caminho para enfrentar desafios e contribuir para o avanço do conhecimento e da justiça social.

Capítulo



01



Graduanda da sétima fase de Letras-Língua Portuguesa e Literaturas, ingressei na ufsc em 2019.1. Atualmente estagia na Editora UFSC e participa do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização e Ensino de Língua Portuguesa (NEPALP). É revisora e apaixonada por literatura infantil. Dedicar-se à pesquisa de livros ilustrados e histórias em quadrinhos.

A FOTOGRAFIA COMO FONTE DE SABER: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO “CAPTURAS E NUANCES”

*Por Victória Zanoni Martins*¹
Prof. Dr. Israel de Alcântara Braglia

Introdução

O projeto de extensão “Capturas e Nuances: identificação e reconhecimento de fotografias do acervo Coleções Especiais da Biblioteca Universitária da UFSC”, iniciou em 2020 visando promover o amplo acesso do material iconográfico antes restrito às gavetas do setor. O plano de atividades proposto consiste em higienizar, catalogar e realizar pesquisa a partir das fotografias do acervo, para em seguida disponibilizar o material em diferentes meios; e servir de fonte para novos pesquisadores.

Esse processo de análise com as fotografias permite um novo olhar sobre as imagens, permitindo criar caminhos de pesquisa multidisciplinares baseados nos fatos descobertos a partir dos detalhes que compõem o cenário iconográfico. Assim, o projeto propõe uma ressignificação do material e promove o acesso de conteúdo histórico, tanto para comunidade interna quanto externa da universidade.

¹Graduanda de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas na Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do PET Conexões de Saberes. E-mail: victoria.zanoni@gmail.com

²Projeto de extensão inscrito no site do sigpex sob o número: 202013798 e coordenado pela servidora Verônica Pereira Orlandi.

³Esta sub-comunidade está relacionada aos materiais gráficos, de duas dimensões, opacas, tais como, originais e reproduções de arte bidimensionais, quadros, fotografias, desenhos técnicos ou artísticos (caricaturas, charges, gravuras, ilustrações, cartazes), selos, cartões postais, negativos fotográficos e pinturas. Imagens transparentes, destinados a serem projetados ou vistos — p. ex., slides, radiografias, transparências.

Ademais, o ato de preservar fotografias é importante para manutenção da história nacional, contribuindo para a divulgação de acervos armazenados em órgãos públicos, grandes responsáveis pelo cuidado com o material da história do país.

Dessa forma, o presente ensaio, além de apresentar as linhas gerais do projeto, irá se atentar a etapa de pesquisa destinada às fotografias e propor uma reflexão sobre a importância da preservação de acervos históricos na atualidade. Para Barros (1994 apud AMARANTE, 1998) a “noção de periculosidade associada ao conceito da doença mental, formulada pela medicina, propiciou uma sobreposição entre punição e tratamento, uma quase identidade do gesto que pune e aquele que trata”. Essa relação de tutela para com o sujeito “louco” se estabelece então como um dos pilares a sustentar a práxis manicomial.

ACERVO e MEMÓRIA

O acervo catalogado tem cerca de 130 fotografias de meados do século XX doadas à biblioteca por famílias de figuras importantes para o estado de Santa Catarina, em especial a família do Almirante Carneiro; seus temas são variados, entre eles: eventos públicos, obras estatais, reuniões de militares, registro de imóveis, correspondências, etc. Esse acervo físico permanece guardado no setor de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária da UFSC e disponível para consulta de estudantes e pesquisadores. O acesso às imagens pode ser solicitado no site da biblioteca, diretamente com o setor; há também a possibilidade de contato por meio digital a partir das publicações feitas no Instagram da BU UFSC. As publicações partem da iniciativa do projeto, pretendendo garantir a divulgação do material, e utilizando as redes sociais como ferramenta para o compartilhamento de conhecimento e inovação.

⁴Almirante Carlos da Silveira Carneiro, nasceu no Rio de Janeiro no dia 03/08/1892. Filho de Alberto da Silveira Carneiro e Harmênia dos Santos Carneiro. Coursou a Escola Naval, formando-se Guarda Marinha. De 1951 a 1954, já como Oficial General, dirigiu o 5º Distrito Naval com jurisdição nos 3 Estados Sulinos e sede em Florianópolis. Sua última concessão militar de 15 de novembro de 1955 a 2 de agosto de 1957 foi de Comandante em Chefe da Esquadra Brasileira, interinamente exerceu o cargo de Chefe de Estado Maior da Armada. Idealizou e coordenou a criação da “Enciclopédia de Santa Catarina”.

⁶Rede social: @bu.ufsc

Um desdobramento importante, de armazenar acervos históricos em meio digital é a preservação da memória. Não é incomum a humanidade perder importantes fontes de conhecimento pela ação do tempo, por isso atividades que pensem em cuidar, ressignificar e colocar esses materiais em plataformas atuais são tão importantes. A memória faz parte da construção da humanidade, de nações, comunidades e qualquer registro atua como banco de dados no presente.

Processo de pesquisa

Após a higienização, digitalização e catalogação, as fotografias passam por um processo de pesquisa. Esse estudo parte dos elementos internos e externos à imagem, pretendendo desvendar o contexto de produção do registro e auxiliar na busca de futuros pesquisadores por conteúdo que podem estar vinculados à fotografia.

É importante pensar que uma fotografia é um recorte de realidade, é uma captura da história, é um traço do passado que se mantém presente; uma imagem retrata pessoas, lugares, sentimentos e nuances. Assim, toda fotografia nos conta uma história, por trás de uma imagem congelada no tempo existe uma narrativa criada pelo fotógrafo, que escolhe um determinado ângulo, momento, iluminação; escolhe um instante para ficar eternizado pela ação da câmera (KOSSOY, 2012). A narrativa que uma fotografia conta, para além da captura espaço-tempo, perpetua dados que podem se reverberar em conhecimento, iniciando uma fonte de memória e saber.

As ciências humanas no século XIX utilizavam a fotografia como instrumento para documentação e comprovação de estudos, opondo-se a subjetividade e à idealização das artes provenientes de períodos anteriores. Muitos antropólogos tinham as fotografias como fontes de suas etnografias, usando-as como comprovantes de suas pesquisas acerca de objetos de estudos distantes do próprio. Entretanto a pesquisa realizada aqui não encara a fotografia como atestado de presença ou apenas reflexo do real, e sim como um bem cultural.

Bem cultural é uma definição que ao longo do tempo transformou-se conforme o desenvolvimento de diversas áreas, por isso seu conceito é reelaborado e abrangente; no sentido amplo, temos como referência a definição do Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, a saber: “um bem, material ou não, significativo como produto e testemunho de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região” (FERREIRA, 1986, p. 247 apud GUEDES & MAIO). Seu entendimento está constantemente ligado ao ato de preservar, pois a discussão e formulação de leis que abrangessem o patrimônio surgiram da necessidade de preservação. Ao nível mundial, “o bem cultural é entendido como aquele bem que deve ser protegido, em virtude de seu valor e de sua representatividade para determinada sociedade” (GUEDES & MAIO, 2016). Hoje, pode-se entender bem cultural no Brasil a partir da constituição de 88, que deu espaço para reformulação do conceito a partir da definição de patrimônio cultural, nela é escrito que

“Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988 apud GUEDES & MAIO, 2016).

Ou seja, são considerados bens culturais, os bens que possuem importância histórica, artística, literária, arqueológica ou científica para o Estado, merecendo proteção ou título de patrimônio cultural. Assim, materiais iconográficos podem ser entendidos como bem cultural, por carregarem valor histórico e constituírem uma forma de expressão. Portanto, a lei protege e incentiva o fomento a conservação de acervos fotográficos, podendo entender neles a preservação de patrimônio e o registro de memória.

Os registros de memória apreendidos por uma fotografia possibilitam a preservação da história e a reverberação da imagem no presente, não tratando ela como um objeto isolado e prendido ao passado, mas como fonte de conhecimento. A memória que um material carrega é reconhecida a partir do seu suporte para memória coletiva, um documento/monumento, como Le goff define, é entender aquele objeto, independente de qual for, como trabalhado pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade. Esses materiais de memória podem ser arquitetônicos, textuais, fotográficos ou outros, desde que o pesquisador defina sua linha de compreensão; entender o material como um monumento, é compreendê-lo como um sinal do passado, ligado ao poder de perpetuação das sociedades históricas, ou seja, um legado da memória coletiva (LE GOFF, 1924).

Portanto, a noção de bem cultural e de memória operam na concepção do pesquisador na hora de analisar o objeto de contato, trabalhando com aquele dado para desvendar sua participação na linha temporal das forças que constroem a história humana.

Todos os elementos da fotografia expõem algum dado sobre ela, o ano, lugar, personagens, marcas de proveniências¹ e a própria intenção do fotógrafo são informações que aquela imagem carrega e podem servir como dados para pesquisa. Como escreve Susan Sontag

“A fotografia não apenas reproduz o real, recicla-o — um procedimento fundamental numa sociedade moderna. Na forma de imagens fotográficas, coisas e fatos recebem novos usos, destinados a novos significados, que ultrapassam as distinções entre o belo e o feio, o verdadeiro e o falso, o útil e o inútil, bom gosto e mau gosto”. (SONTAG, 2004)

Ademais, os novos usos que uma fotografia pode receber vão influenciar em sua trajetória como fonte de conhecimento. Por isso, o processo de recolher essas referências é minucioso e necessita de atenção por parte do pesquisador que ocupa o lugar de investigador, podendo ser enganado pelo contexto de publicação da foto ou por aspectos do presente.

FOTOGRAFIAS

A seguir, seis fotografias que compõem o acervo com suas respectivas informações de pesquisa para ilustrar o trabalho realizado:

FOTO 1: A praça Leônidas Herbster foi inaugurada em Jaraguá do Sul em 1944, ao mesmo tempo da estação Rodoviária da cidade, e passou por algumas mudanças em seu nome até os dias atuais. Em 1948, o nome foi modificado para Praça 29 de Outubro, porém a partir de 1985 ficou conhecida como Praça do Expedicionário, devido à instalação de um monumento homenageando os Pracinhas da Força Expedicionária Brasileira de Jaraguá do Sul e região, que participaram de combates durante a Segunda Guerra Mundial. Essa fotografia faz parte de uma série de fotos de Jaraguá do Sul no período em que passava por um desenvolvimento econômico, possibilitando reformas e a revitalização da cidade; durante a década de 40 houve a construção da estação ferroviária, a modificação de ruas principais como a Getúlio Vargas e a Marechal Deodoro, e também mudanças no cenário geral com a reestruturação de edifícios.



FOTO 2: A fotografia tem em sua composição trabalhadores de uma construção a beira-mar; a partir das marcas de proveniência em seu verso é possível determinar a obra como pertencente das transformações

do espaço urbano que ocorreram em Florianópolis no século XIX (entre 1930 e 1940). Dessas construções estão as mudanças na área central da cidade e arredores da Baía Sul, que passaram por reformas, aterros, calçamentos e mudanças de infraestrutura. Para além do cenário urbano inaugurado por essas obras, a fotografia captura a ação da mão de obra de trabalhadores e trabalhadoras, na sua maioria afrodescendentes, que ocupam postos de trabalhos informais ou braçais. A paisagem da cidade é construída através desses corpos, mas os registros postais não costumam incluir sua participação; essa fotografia é um exemplo de pesquisa para além do atestado de presença, na qual ela é retirada do contexto de produção para servir de fonte de saber e reverbera por um olhar do presente.



FOTO 3: Durante a década de 40, a cidade de Florianópolis passou por várias obra em seu perímetro urbano. A imagem retratada, é uma captura de antes da finalização da obra que mais tarde ficaria conhecida como Cais da Prainha, importante ponto para o comércio local, que naquela época girava entorno de atividades marítimas. Dentre as informações que conseguem ser extraídas da fotografia no processo de pesquisa, há em seu verso uma referência ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais (D.N.P.R.C), órgão responsável pela construção e fiscalização de portos no estado.



FOTO 4:

Nessa fotografia é visualizada um grupo de homens, composto por oficiais da marinha, aeronáutica e políticos. Entre os presentes, é identificado Irineu Bornhausen, importante político na história do estado de Santa Catarina; ele atuou em partidos como a UDN (Diretório da União Democrática Nacional) e ARENA (Aliança Renovadora Nacional), sendo em 1951 eleito governador do estado, mantendo-se no cargo até 1956. Em seu governo foram investidos na infraestrutura de estradas, criou a Secretaria de Agricultura e ele foi o primeiro morador do Palácio da Agrônômica, casa oficial do Poder Executivo Estadual, localizada no bairro Agrônômica em Florianópolis. A Casa da Agrônômica, como é conhecida atualmente, era um local onde ocorria importantes reuniões e comemorações entre as figuras públicas da época, levantando-se a hipótese de que as fotografias foram feitas nos ambientes internos da residência.



FOTO 5:

O Projeto Rondon, iniciou em 1967 com a ida de 30 universitários e professores da Universidade do Estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro) para explorar a realidade da floresta amazônica em um perímetro do estado de Rondônia. O objetivo do projeto tornou-se promover bem estar social e construção da cidadania em comunidades locais longes dos centros urbanos, sendo desenvolvido por universitários de todo o Brasil. Na fotografia, é observado um dos aviões utilizados pelo projeto, na década de 80, transportando provavelmente universitários do estado de Santa Catarina.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a fotografia como fonte de saber, é entendê-la como uma linha entrelaçada na história de comunidades, é ressignificar o que entende-se como artefato e abrir as perspectivas imagéticas, elevando os dados a conhecimento partilhado.

Durante o processo de recuperação das fotografias alia-se teoria e prática, pois os pesquisadores estão trabalhando com materiais que carregam traços da atividade humano, a qual é intrinsecamente diversa. Assim, a atividade de recuperação das fotografias é interdisciplinar na sua essência e garante uma continuidade na rede de relações histórico sociais, para além de figuras vazias no tempo; também considerando todo o processo do próprio pesquisador em trabalhar com um acervo multiforme.

Esse processo de pesquisa, garante a continuidade de saberes do passado, por isso retomo a importância da prática de manutenção de acervos históricos, artísticos, arqueológicos, ou qualquer outro entendido como importante para o patrimônio cultural do país; é fundamental serem feitos serviços para preservação da história nacional, em razão disso o fomento pelos órgãos públicos e a proteção estabelecida pelas leis vigentes têm papel essencial no trabalho. Isto posto, o projeto “Capturas e nuances” quer garantir o cuidado com o acervo fotográfico da Biblioteca Universitária da Federal de Santa Catarina, e trabalhar com a divulgação científica, além de democratizar o acesso a bens culturais.

Portanto, os acervos históricos devem ser conservados e valorizados como fonte de conhecimento e fomento a cultura, pois estes permanecem como banco de dados no presente e elevam a participação dos registros da atividade humana à fonte de saber científico.

Referências

FABRIS, Annateresa. Fotografia e arredores. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009.

FAVROD, Charles Henri. “Voir les autres autrement”. In: Étranges étranges: photographie et exotisme, 1850/1910. Paris: Centre National de la Photographie, 1989, s.p.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia José Boiteux. 2022. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/519-Jose_Boiteux>. Acesso em: 07 de setembro de 2022.

LE GOFF. História e memória; tradução Bernardo Leitão...[et al.]. - 5ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

KOSSOY, Boris. História e fotografia. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Trad.: Rubens Figueiredo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004. file:///C:/Users/Dell/Downloads/editoresinterlegere,+4572-10931-1-SM.pdf

Entrevista com a autora

Poderia falar um pouco sobre o seu curso?

O curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas faz parte do Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas (DLLV), no qual o estudante pode optar pela formação em Licenciatura ou Bacharelado. O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais competentes, em termos de (in)formação e autonomia, capazes de lidar de forma sistemática, reflexiva e crítica com temas e questões relativos a conhecimentos linguísticos e literários, em diferentes contextos de oralidade e escrita.

Durante a graduação o estudante é exposto a disciplinas que o permitem desenvolver suas habilidades para atuarem no ensino da Língua Portuguesa, comunicação, tradução, revisor, editor, intérprete, entre outras. Além de ampliar seu repertório crítico e comprometimento com o ensino e extensão para além do campo universitário. Tanto para área de literatura quanto linguística há a tentativa de promover um olhar para além de uma visada cronológica linear e estrutura tradicional da língua, propondo uma abordagem que contemple a multiplicidade cultural de nossa língua. O curso constitui um profissional para reconhecer a potência da linguagem em todos os âmbitos.

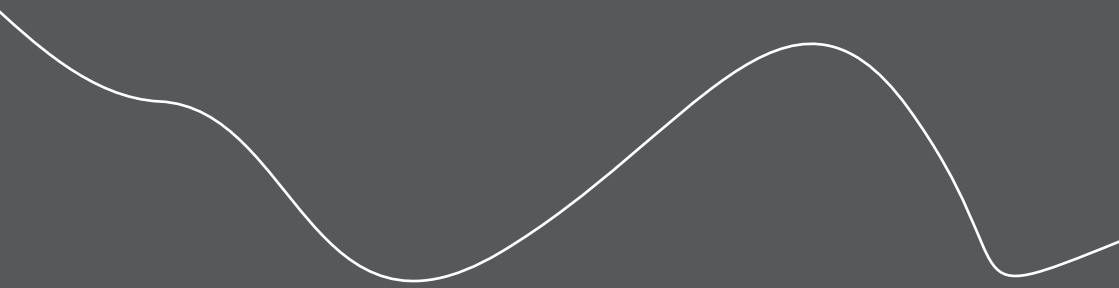
Qual a relação do seu artigo com o PET?

O ensaio escrito para este livro é parte da pesquisa desenvolvida no projeto “Capturas e Nuances” na vigência do estágio não-obrigatório da estudante. Em conjunto com o setor de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina foi realizada uma recuperação de um acervo de fotografias antigas, muitas sendo composta por marcos importantes para a história do estado catarinense. Através do projeto foi possível divulgar as imagens para comunidade e traçar características fundamentais da sua história; o projeto demonstra a importância de acervos públicos e da extensão universitária.

Capítulo

02

Os primórdios da assistência
à saúde mental de crianças e
adolescentes no Brasil:
do império à primeira república





Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, estagiária no Programa PANA da Cáritas Brasileira Regional de SC em Florianópolis, destinado ao acolhimento de imigrantes e refugiados venezuelanos. Tem interesse em diversos assuntos: Direitos Humanos, Educação, Migração, Saúde Mental, Infância e Juventude e Política Social. Beneficiária e defensora das políticas de ações afirmativas da UFSC, integra o PET Conexões de Saberes-Comunidades Populares Urbanas desde 2018.1.

OS PRIMÓRDIOS DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: DO IMPÉRIO À PRIMEIRA REPÚBLICA

*The beginnings of mental health care for children and
adolescents in Brazil: From the empire to the first republic*

*Por Ana Cláudia de Oliveira Barbosa ¹
Prof. Dr. Israel de Alcântara Braglia*

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma breve contextualização dos elementos históricos que constituem a trajetória da assistência à Saúde Mental de crianças e adolescentes no Brasil. O presente trabalho irá deter-se a um recorte cronológico que abrange os primórdios da Saúde Mental enquanto campo de estudo, cuidado e intervenção. O período em questão compreende o surgimento da medicina psiquiátrica brasileira na segunda metade do século XIX e as consequências das transformações sociais e políticas no cenário nacional com o fim do império e o advento da primeira república. O artigo é resultado de uma revisão bibliográfica em que se visou à busca, leitura e caracterização de trabalhos científicos sobre o tema da assistência à Saúde Mental infanto-juvenil. A pesquisa em questão refere-se ao trabalho de conclusão de curso em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina elaborado pela autora.

Palavras-chave: saúde mental; saúde pública; assistência; crianças e adolescentes.

¹Graduanda – Departamento de Serviço Social. Bolsista – Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes.
Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ana.claudia.oliveira@grad.ufsc.br

Abstract

The objective of this article is to present a brief contextualization of the historical elements that constitute the trajectory of mental health care for children and adolescents in Brazil. The present work will focus on a chronological profile that covers the beginnings of Mental Health as a field of study, care and intervention. The period in question comprises the emergence of Brazilian psychiatric medicine in the second half of the 19th century and the consequences of social and political changes in the national scenario with the end of the empire and the advent of the first republic. The article is the result of a bibliographic review whose aim was to search, read and characterize scientific works on children's Mental Health Care. This research refers to the author's undergraduate thesis in Social Work at the Federal University of Santa Catarina.

Keywords: mental health; public health; children's mental health care.

Introdução

A saúde mental no Brasil enquanto campo de estudo, cuidado e intervenção está inserida em um contexto histórico abrangente. Sua trajetória está entrelaçada com as transformações da sociedade Brasileira (RIBEIRO, 2006). Embora existam registros sobre a relação histórica da sociedade com o fenômeno da loucura desde os períodos mais remotos da civilização, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) irá contextualizar o desenvolvimento da saúde mental a partir de uma delimitação histórica.

Ainda no século XVIII e sob a influência dos ideais iluministas e da revolução francesa, o médico francês Philippe Pinel (1745-1826) foi pioneiro na constituição do saber psiquiátrico por meio da observação e análise sistemática desses fenômenos, abordando a doença mental como um problema de ordem moral que deveria ser tratado pela razão (BRASIL, 2020).

Antes de Pinel e da transformação do pensamento provocado pelo iluminismo, a percepção social da loucura possuía um caráter distinto como explica Amarante (1998):

Durante a Idade Média, a percepção da loucura, representada pela ética do internamento, não se cruza com a elaboração de conhecimento sobre a loucura. O internamento na Idade Clássica é baseado em uma prática de “proteção” e guarda, como um jardim das espécies; diferentemente do século XVIII, marcado pela convergência entre percepção, dedução e conhecimento, ganhando o internamento características médicas e terapêuticas. Durante a segunda metade do século XVIII a desrazão, gradativamente, vai perdendo espaço e a alienação ocupa, agora, o lugar como critério de distinção do louco ante a ordem social. Este percurso prático/discursivo tem na instituição da doença mental o objeto fundante do saber e prática psiquiátrica (AMARANTE, p. 25, 1998).

O autor sustenta ainda que a distinção do louco enquanto figura disruptiva da ordem social representando risco e periculosidade para a sociedade fundamentou a institucionalização da loucura. Esse processo deu-se principalmente por meio da ordenação do espaço asilar, transformando o hospital em instituição médica, em detrimento de sua finalidade original assistencial e filantrópica, e promovendo uma prática de assistência e tutela (AMARANTE, 1998).

Pinel defendia a separação dos loucos dos demais residentes dos hospitais gerais, que até então eram instituições cuja função primordial era abrigar e remover de circulação toda sorte de indivíduos excluídos da sociedade.

Para Barros (1994) a “noção de periculosidade associada ao conceito da doença mental, formulada pela medicina, propiciou uma sobreposição entre punição e tratamento, uma quase identidade do gesto que pune e aquele que trata” (apud AMARANTE, p. 27, 1998). Essa relação de tutela para com o sujeito louco se estabelece então como um dos pilares a sustentar a práxis manicomial.

Em seus escritos sobre a História da Loucura Michel Foucault (1978) irá denominar esse período de “O Grande Enclausuramento”. Desde a sua criação no século XVII na França o Hospital Geral teve determinada sua função social e política ao estabelecer-se como instituição destinada “aos pobres de todos os sexos, lugares e idades, de qualquer qualidade

de nascimento, e seja qual for sua condição, válidos ou inválidos, doentes ou convalescentes, curáveis ou incuráveis” (FOUCAULT, 1978, p. 36 apud AMARANTE, 1998, p. 29).

O Grande Enclausuramento foi a solução encontrada pelo Estado para administrar o problema representado por aqueles que ameaçavam a ordem social e o sistema produtivo essencial ao processo de acumulação capitalista mercantilista que florescia na Europa. Ao separar aqueles acometidos pela desrazão dos demais enclausurados e isolá-los em um ambiente controlado favorável à observação dos fenômenos da loucura a partir de uma visão médica-científica, Pinel contribuiu para a inauguração de um novo campo para a prática da medicina, o alienismo.

Castel (1978) argumenta que a medicina mental inaugurada por Pinel, e aperfeiçoada posteriormente por Étienne Esquirol (1772-1840), é dotada de uma racionalidade puramente classificatória, que não busca identificar a origem da doença no organismo, limitando-se a observar os sintomas a fim de classificá-los de acordo com sua ordem natural baseando-se em suas expressões aparentes. O alienismo deu início à apropriação da loucura por discursos e práticas medicalizantes, centralizando a autoridade na figura do médico detentor do saber e do poder institucional (AMARANTE, 1998).

Quanto ao cuidado em saúde mental infantojuvenil enquanto um conjunto de saberes e práticas próprias tratam-se de uma construção recente e difere em muitos aspectos da psicopatologia do adulto. Sua trajetória acompanhou um processo histórico de construção da concepção da criança e do adolescente como sujeito psíquico e sujeito de direitos (SANTOS, 2011).

Campos e Ramos (2018) citam o historiador e medievalista francês Philippe Ariés (1914-1984) que por meio de seu trabalho historiográfico inovador sobre a infância, define a concepção de infância enquanto categoria social, tal qual conhecida no presente, como um fenômeno moderno. Segundo o trabalho de Ariés (2006), a sociedade medieval não possuía o que ele descreve como “um sentimento de infância”, porém ressalta:

[...] não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solidão constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressa na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (ARIÉS, 2006, p.99 apud CAMPOS; RAMOS, 2018, p. 137).

Para o autor é na atenção às particularidades da criança enquanto ser que se baseia a concepção moderna de infância. Ariés (2006), defende que os ideais propagados pelo iluminismo foram fundamentais para transformar a consciência social coletiva a respeito da criança em uma perspectiva racional e progressista (CAMPOS; RAMOS, 2018).

Uma figura considerada central nessa transformação, o filósofo Jean Jacques Rousseau (1712-1778) é apontado como o idealizador do conceito moderno de infância que também teria suas origens na França do século XVIII. Rousseau ajudou a localizar o lugar da criança e do jovem na sociedade no contexto de sua época e contribuiu para a compreensão da importância dessa fase da vida na formação do homem. A visão de Rousseau inspirou mudanças significativas no trato da infância, principalmente no campo da educação, e sua influência pôde ser notada mais tarde na construção da psicopatologia infantil (Reis et al., 2016).

Antigamente a ideia da loucura infantil era inexistente, pois de acordo com Assumpção (1995) “o eu, nesta idade, não está ainda formado de maneira estável para apresentar uma perversão durável e radical” (apud Reis et al. p. 110, 2016). “Por muito tempo a compreensão da patologia mental na criança era resultado da projeção do sistema psicopatológico do adulto sobre o universo infantil” (Reis et al. p. 110, 2016). Desse modo, a criança não era vista como um ser capaz de imprimir complexidade e subjetividade psíquicas próprias.

Compreender a historicidade da infância é fundamental para entender o processo de desenvolvimento da psicopatologia infantil e suas repercussões na construção das políticas de assistência e proteção da infância.

O objetivo deste artigo é apresentar os primórdios do que se entende como a trajetória histórica da assistência em saúde mental de crianças e adolescentes. Este artigo é um pequeno extrato de um trabalho de pesquisa que visa contextualizar o desenvolvimento da Política de Saúde Mental para Crianças e Adolescentes (PSMCA) e sua implementação no estado de Santa Catarina. Para tanto, parte-se de um percurso prático e discursivo que Amarante (1998, p. 25) descreve como “fundante do saber e prática psiquiátrica”, que se inicia na segunda metade do século XVIII na Europa, desdobrando-se até o momento atual.

Desenvolvimento

A trajetória da saúde mental brasileira tem seu início marcado pela influência de movimentos internacionais relacionados à assistência à população acometida pela loucura, sobretudo na Europa. No Brasil, em decorrência das circunstâncias históricas, o desenvolvimento do campo da saúde pública, e por consequência da saúde mental, teve início apenas no século XIX. O presente capítulo fará um breve resgate histórico dessa trajetória tendo como ponto de partida a criação da primeira instituição nacional dedicada exclusivamente à assistência em saúde mental até o período correspondente à Primeira República.

Ponto de partida: o palácio dos loucos e os primórdios da saúde mental no Brasil

Segundo Baptista (2007 apud MELO, 2012) apenas em 1808, com o deslocamento da família real portuguesa para a capital do Brasil colônia é que são instituídas de maneira incipiente as primeiras políticas públicas de saúde e é inaugurada a primeira faculdade de medicina do país. No caso dos loucos, estes não eram vistos como enfermos que necessitavam de assistência médica, eram comumente tratados como indigentes, perambulavam pelas ruas até serem detidos por perturbação da ordem e encarcerados nos porões da Santa Casa de Misericórdia.

Inspirada pelas transformações no tratamento da loucura concebidas na Europa, a então recém-formada Sociedade Médica do Rio de Janeiro passou a denunciar as condições desumanas às quais eram submetidas as pessoas acometidas pela loucura e a clamar por mudanças. As denúncias foram corroboradas pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia José Clemente Pereira² (1787-1854), que destacou a criminalização da loucura em um relatório elaborado por ele em 1839 onde alegou que “Parece que entre nós a perda das faculdades mentais se acha qualificada como crime atroz, pois é punida com a pena de prisão, que pela natureza do cárcere onde se executa, se converte na de morte”. (PEREIRA, 1839 apud BRASIL, 2008). Pereira então empenhou-se em uma campanha pública pela construção de uma instituição de assistência mental que transformato o tratamento da loucura no país (BRASIL, 2008).

Um marco na história da saúde pública e o ponto de partida da trajetória institucional da saúde mental brasileira, o primeiro hospital psiquiátrico do país foi inaugurado em 1852 como parte das celebrações em comemoração à Declaração da Maioridade do Imperador Dom Pedro II na cidade do Rio de Janeiro (SILVA, 2008). A primeira instituição nacional dedicada exclusivamente ao tratamento da loucura adotava um modelo institucional asilar/manicomial desenvolvido por Pinel e Esquirol e considerado avançado para a época. Esse modelo seria adotado como referencial em seguida por várias outras instituições similares inauguradas no Brasil nos anos seguintes (RIBEIRO, 2006).

Dotada de tal racionalidade, o Hospício Pedro II fora pensado e projetado como uma instituição de excelência no tratamento e cura da loucura, adotando as melhores práticas desenvolvidas no exterior. Abriu suas portas em 1852 com capacidade para receber 150 alienados divididos em quatro categorias, pensionistas de primeira, segunda ou terceira classe, que pagavam suas respectivas cotas diárias de acordo com a classe, e os indigentes, que não dispunham de condições para pagar pela internação (EDLER; GONÇALVES; 2009).

²Figura importante da cena política brasileira no primeiro e segundo reinados, onde ocupou os cargos de deputado e senador e chefiou ministérios. Assumiu em 1838 o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia, atuando ativamente na reforma da instituição no tocante à questão dos alienados. Informações disponíveis em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1027>

O Palácio dos Loucos, assim chamado popularmente em razão de sua construção suntuosa que se assemelhava a um palácio no bairro de Botafogo no Rio de Janeiro, funcionava como anexo à Santa Casa de Misericórdia com a administração a cargo das freiras da Ordem de São Vicente de Paulo. Os recursos financeiros necessários para sua construção e manutenção foram obtidos por meio de doações caritativas feitas à Santa Casa e algumas doações pontuais realizadas por membros abastados da sociedade da época, dentre elas o próprio Imperador Dom Pedro II (BRASIL, 2008). Segundo Silva (2008, p. 28) “O hospício, àquela altura, respondia aos ideais de filantropia e de busca do espírito científico tão simbólico de uma nação civilizada.”

Teixeira (1997) no entanto observa que apesar da influência do alienismo francês na cena médica brasileira, o reconhecimento institucional da atividade psiquiátrica no país só viria a acontecer décadas após a inauguração do Hospício Pedro II. O autor defende que o nascimento oficial da psiquiatria no Brasil aconteceu com a criação no ano de 1881 das primeiras cadeiras de clínica das moléstias mentais nas escolas de medicina do Rio de Janeiro e Bahia. Contudo, apenas em 1887 um médico alienista com formação especializada assumiu a administração geral da instituição, que até então era de responsabilidade das freiras da Ordem de São Vicente de Paulo (apud Silva, 2008).

Com o passar do tempo a instituição passou a operar acima de sua capacidade e a lógica da criminalização da loucura persistia. Os chefes das províncias ao tomarem conhecimento de sua existência passaram a embarcar para a capital todos aqueles indivíduos considerados perturbadores da ordem local. Indivíduos esses, nem todos necessariamente acometidos por algum tipo de doença mental, desembarcavam na cidade e por lá perambulavam sem destino até serem recolhidos pela polícia. Assim, as condições da instituição foram deteriorando-se consideravelmente, à disposição insuficiente de recursos para sua manutenção somaram-se denúncias de corrupção na administração e maus-tratos no tratamento dos doentes (EDLER; GONÇALVES; 2009).

O que, porém, merece toda a solicitude de V. Exa. é a condição precária e dolorosamente triste em que se acham as creanças neste hospício. A promiscuidade obrigatória d'elles com enfermos de todas

as classes sociais e idades torna-as verdadeiras victimas das administração que (...) não pode melhorar a situação actual. V. Exa. se o entender, poderá, de tão penosa que é a condição d'essas infelizes creanças, seres imitadores por excelência dos maus costumes e tendências dos que os cream, tornar-a supportavel ao menos, determinando a apropriação de uma das dependências do estabelecimento, actualmente sem emprego abandonada a um pavilhão destinado a tão abandonadas creaturas. Além disso (...) talvez V.Exa pudesse crear um logar de medico encarregado de tratá-las e discipliná-las em tão rude esforço... (Dias Barros, 1903, p.12 apud Müller, 1998, p.93, apud Silva, 2008, p.33)

A urgência das palavras de Dias Barros ecoam na consternação expressada pelo poeta e jornalista Olavo Bilac (1865-1918), ele próprio um visitante habitual do local, no relato publicado na imprensa em 1905 :

Antigamente, as creanças idiotas asyladas no Hospicio viviam, n'uma sala apenas aumentada, de rojo no chão, gritando e gargalhando, sem ensino, como animais malfazejos ou repulsivos. Eram asyladas e alimentadas – e cifrava-se n'isso toda a assistencia que lhes dava o Estado. Aquillo era para ellas o limbo sem esperanza. Uma vez entradas alli, como creaturas incuraveis, alli ficavam crescendo ao acaso, condemnadas ao idiotismo perpetuo, ou votadas em futuro proximo ou remoto á loucura furiosa, á demencia, á paralyisia geral, e a morte. Inuteis a si mesmas e inuteis a sociedade, os pequeninos idiotas assim ficavam, como o rebutalho maldito da vida, flores gangrenadas logo ao nascer, sem promessa de melhor sorte... (BILAC, 1905, apud SILVA, 2008, p. 310).

Tais relatos contribuem para a composição de um panorama do contexto em que o tratamento das crianças alienadas era realizado na época. Esse período antecede a introdução no Brasil do campo da psicopatologia infantil, que dava seus primeiros passos na Europa desde o início do século XIX. No entanto, os primeiros passos no sentido de transformar a assistência mental infantil começaram a ser dados apenas no início do século XX.

Já no período republicano, renomeado como Hospício Nacional de Alienados (HNA), o estabelecimento adentrou uma nova era de transformações institucionais tanto internas, em relação a sua própria administração, e externas, com a criação oficial da Assistência Médico-Legal a Alienados no Brasil por meio do decreto 206-A de 15 de fevereiro de 1890 (SILVA, 2008).

É nesse contexto que entra a figura do médico alienista Juliano Moreira, que assumiu a direção do HNA em 1903, permanecendo na função até 1930. Moreira irá supervisionar uma série de transformações institucionais dentre as quais destaca-se a reformulação no tratamento das crianças do HNA. O decreto nº. 1.132 de 22 de dezembro de 1903, promulgado pelo então Presidente da República Rodrigues Alves, promoveu a reorganização da assistência aos alienados no âmbito nacional. Amparado pela nova legislação, Moreira dá início às suas reformas institucionais, primeiramente com a nomeação do primeiro pediatra para o corpo médico do HNA, seguido da construção do Pavilhão-Escola Bourneville. O Pavilhão Bourneville foi uma marco na história da assistência mental infantil no Brasil, seu modelo de atendimento que aliava o então nascente campo da psicopatologia infantil com o campo da pedagogia, foi copiado e implantado em outras instituições do tipo pelo país (RIBEIRO; TANAKA, 2016).

Como apontam Freire e Leony (2011) toda a trajetória da assistência à saúde mental infantil no Brasil está inserida em um contexto histórico amplo. O advento da república trouxe consigo uma necessidade de ruptura e superação do passado, representado pela figura do Brasil colonial e imperial. Em decorrência desse processo o século XX inaugurou uma nova concepção de infância que emergiu como objeto de interesse e curiosidade para aqueles que defendiam um projeto de reconstrução nacional.

A república, o higienismo e a infância como objeto de caridade e filantropia

Na segunda metade do século XIX a introdução no Brasil de teorias e correntes de pensamento tais como o evolucionismo, o darwinismo e principalmente o positivismo foi, de acordo com Schwarcz (2000 apud

Ribeiro 2006), de fundamental influência no processo de transformação pelo qual passou a sociedade brasileira no período. Destarte pode-se citar a abolição da escravidão (1888), a queda da monarquia e a proclamação da república (1889) como eventos que provocaram uma mudança profunda no cenário nacional. Uma característica marcante desse período é a importância atribuída à ciência e seu protagonismo na construção de uma nova concepção de sociedade idealizada pela república. A medicina brasileira da época seguiu a tendência e passou a dar maior ênfase ao rigor científico, profissionalizando-se e por consequência ocupando um lugar de poder e influência na sociedade (RIBEIRO, 2006).

A simbiose entre ciência e república instituiu uma relação Estado-medicina cujo objetivo era avançar um projeto de nação e que para tal direcionou sua atenção para o objeto considerado fundamental para a formação nacional, a infância. Havia uma verdadeira efervescência nos círculos intelectuais e de poder que eram alimentadas pelas novas teorias científicas e correntes de pensamento importadas da Europa. Esses fatores convergiram em uma conjuntura de transição da sociedade e guiaram os rumos da nação nos primeiros anos da república criando um ambiente propício à adoção de novas regras e novas concepções sociais (BARBOSA, 2022).

Freire e Leony (2011) sugerem que uma das transformações desse período foi a nova concepção adotada em relação à infância que passou a ser compreendida como uma categoria social própria e cuja relevância para a sociedade passou a ser defendida e estimulada por aqueles que se dedicavam a pensar a reconstrução nacional. A preocupação com a infância instigou setores da sociedade, como a justiça, a educação e principalmente a medicina, a empenhar esforços para construir uma assistência especializada dedicada às crianças. Até então a assistência à infância no Brasil restringia-se a poucas e insuficientes iniciativas de essência caritativa e caráter religioso como era o caso da “Roda dos Expostos” e dos asilos para crianças abandonadas comandadas por ordens religiosas da Igreja Católica. A caridade religiosa enquanto recurso assistencial para a infância demonstrou-se insuficiente à medida que a pobreza se multiplicava pelo país, gerando demanda para além de sua capacidade (RIZZINI, 1997). A relação entre Estado e medicina foi responsável por definir e aplicar novas práticas de assistência à infância que resultaram no desenvolvimento de

“[...] nova conduta social, novos costumes e novos padrões de comportamento, culminando nas modificações que serão verificadas na organização da família brasileira, que pouco a pouco vai extinguir muitas das práticas coloniais danosas à infância” (RIBEIRO, 2006, P. 31).

Todavia, os esforços voltados a reestruturar o cuidado infantil no país foram atravessados e influenciados pelos ideais higienistas. O higienismo foi uma doutrina criada ainda na primeira metade do século XIX e introduzida no Brasil na virada do século XIX para o século XX sob a égide de suposto êxito de experiências prévias nos Estados Unidos da América (EUA) e Europa (Lima, 2006). Sobre essa doutrina Merisse (1997) ressalta:

[...] o higienismo constituiu-se num forte movimento, ao longo do século XIX e início do século XX, de orientação positivista. Foi formado por médicos que buscavam impor-se aos centros de decisão do Estado para obter investimentos e intervir não só na regulamentação daquilo que estaria relacionado especificamente à área de saúde, mas também no ordenamento de muitas outras esferas da vida social (MERISSE, 1997 p. 33).

O higienismo, e o movimento higienista, é um aspecto importante na trajetória da saúde pública brasileira tendo desempenhado papel relevante no processo de construção da assistência à infância nos campos da saúde, da justiça e da educação. Os higienistas pautavam o debate sobre a saúde pública participando e promovendo congressos e seminários científicos nacionais e internacionais, e utilizando os meios de comunicação para publicar artigos difundindo suas ideias e aumentando o alcance de sua influência na sociedade. O discurso higienista infiltrou-se em praticamente todos os espaços ocupados pela criança como a escola, a família, o hospital, reproduzindo-se “[...] de tal maneira que seus ideais acabaram por influenciar e guiar decisões do Estado na construção de políticas sociais durante décadas” (Oliveira, 2005 apud Ribeiro-Tanaka, 2016, p. 120).

No campo da saúde mental os ideais higienistas difundiram-se por meio da criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) que se transformou em “entidade central da psiquiatria na formulação de um projeto novo e ampliado de intervenção social” (Reis, 2000, p.202). A LBHM exerceu grande influência no aprimoramento e desenvolvimento

de novas técnicas e metodologias nos processos de ensino e intervenção nos campos da medicina, da psicologia e da educação. Assim como no movimento higienista mais amplo a influência dos princípios eugênicos no cerne das ações da LBHM era um fato:

A Liga era uma entidade civil, reconhecida publicamente através de subsídios federais, e composta pelos mais importantes psiquiatras brasileiros. De 1923 a 1925, a Liga seguiu a orientação de Riedel. A partir de 1926, influenciados pelo contexto político e pelo contato com ideias alemãs, francesas e norte-americanas, os diretores da Liga mudaram sua orientação, de modo que uma clara tentativa de “normalizar” a população tornou-se o principal objeto para os médicos em seus esforços para inibir os deficientes mentais. Os princípios da eugenia e da higiene mental incentivaram psiquiatras que pretendiam colaborar para a criação de uma nação próspera, moderna e mais saudável (SEIXAS, 2009, p. 82).

A influência dos princípios eugênicos e sua ênfase no conceito de degeneração na concepção de doença mental orientava o pensamento dos médicos integrantes da LBHM e subsidiava suas intervenções clínicas. Como explica Seixas (2009), os psiquiatras acreditavam na conjunção de fatores biológicos, genéticos e ambientais como causadores da doença mental e também no seu agravamento por meio da hereditariedade “à medida que eram transmitidas de geração para geração, causando a degeneração progressiva das árvores genealógicas e da população como um todo” (Seixas, 2009, p. 82). Logo, a ideia de degeneração deixou de ser vista apenas como um problema individual e passou a ser encarada como uma ameaça social, uma ameaça ao desenvolvimento da nação.

Sob o argumento de proteção à infância, estabeleceu-se um padrão de ajustamento da criança e da família “[...] normatizando condutas, docilizando corpos e delimitando fronteiras entre o normal e o patológico” (Silva;Garcia, 2010, p. 615). A emergência do padrão de família burguesa como o modelo ideal a ser seguido foi amparado por um saber científico notadamente impregnado de pré-conceitos eugênicos. O pensamento eugênico defendia a tese de “melhoramento da raça” e a possibilidade de resolver problemas de origem social por meio de soluções biológicas e emergiu no Brasil “[...] como um subproduto do nacionalismo em ascensão” (Fonseca, 1993, p. 103).

A LBHM teve ainda uma função relevante na construção do campo da saúde mental infantojuvenil, atuando em uma perspectiva tanto curativa como preventiva, auxiliou na criação e promoção de novas classificações e diretrizes visando direcionar as intervenções junto àquelas crianças ditas “anormais”. Nessa época surgem pelo país algumas iniciativas voltadas à assistência psicológica da população infantojuvenil, dentre as quais merecem destaque o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico (1929), em Minas Gerais, e o Instituto de Psicologia em Pernambuco (1925) e a Escola para Crianças Anormais em anexo ao Hospital Psiquiátrico do Juquery (1921) em São Paulo (Assumpção, 1995). Essas instituições tinham em comum em seu atendimento a influência tanto da Higiene Mental quanto da Medicina Legal, centrado em pacientes oligofrênicos e delinquentes e que buscavam analisar o comportamento da criança no âmbito daquilo que se considerava como os padrões científicos da época (Fonseca, 1993).

A propagação do pensamento higienista resultou em um processo de culpabilização das famílias e criminalização da pobreza, e sua disseminação no meio jurídico “[...] produziu legalidade, legitimando a ação do Estado junto àqueles que se constituíssem enquanto desviantes de determinadas normas sociais vigentes” (Silva; Garcia, 2010, p. 616). Discutia-se amplamente as implicações da pobreza para o progresso do país, mas suas origens e causas sócio-econômicas não eram abordadas. Assim entra em cena a filantropia enquanto estratégia defendida pelos higienistas e apoiada pela elite da época para o enfrentamento das mazelas sociais do país.

O viés filantrópico tinha como objetivo cuidar do corpo e da moral entregues à ignorância, propensos aos vícios e à degradação. Cabia, assim, aos homens cultos o dever patriótico de resgatar estes indivíduos pertencentes às classes pobres a quem se atribuía falta de saber sobre a gestão de suas vidas. Por isso, ofereciam conselhos pautados em preceitos científicos, bem como doações fiscalizadas que permitiam, por um lado, o controle daquele que a recebia e, por outro, a utilidade destas doações, além de serviços básicos. Enfim, a filantropia pretendia uma assistência que utilizava mecanismos reguladores para cumprir sua missão de cunho científico e moral (Silva; Garcia, 2010, p. 617).

O viés filantrópico estava em plena sintonia com a nova realidade do Brasil republicano que se pretendia uma sociedade moderna, um Estado Liberal cujo dever seria apenas orientar e fiscalizar, cabendo à iniciativa privada o dever patriótico de prestar assistência aos menos favorecidos (Silva; Garcia, 2010).

Adepto e entusiasta do modelo filantrópico e inspirado pelas ideias eugênicas e higienistas, o médico Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) tornou-se no início do século XX a principal voz em defesa da construção de uma política de proteção à infância. Foi membro fundador de importantes associações científicas da época como a Sociedade Científica Protetora da Infância, Sociedade Eugênica de São Paulo, Sociedade Brasileira de Pediatria e outras mais. Utilizou-se de sua influência junto a essas instituições para propagar seu ideário de proteção social da infância (Freire; Leony, 2011). Fundou em 1899 no Rio de Janeiro, com recursos próprios, o Instituto de Proteção à Infância (IPAI), instituição filantrópica ancorada nos preceitos higiênicos com a finalidade de prestar assistência à infância pobre. Orientada pelos padrões científicos da época, a assistência do IPAI consistia em fornecer serviços básicos de saúde, doação de mantimentos, vestimentas e outros itens de necessidade básica. Em contrapartida, à população assistida era requisitada a presença obrigatória nas palestras sobre higiene promovidas pelo instituto (Freire; Leony, 2011). Desde sua fundação até 1929 o IPAI produziu e distribuiu mais de um milhão de cartilhas com conselhos sobre higiene infantil direcionadas às mães, revelando assim de acordo com seu fundador “o patriótico interesse com que procuramos concorrer para o melhoramento de nossa gente” (Moncorvo Filho, 1929, p.14 apud Silva;Garcia,, 2010, p.624).

O IPAI, e outras tantas iniciativas que ele inspirou, adotava uma práxis de viés sanitarista e atuava em uma dimensão pedagógica a fim de promover o ajustamento das condutas da população alvo. Como pontua Barbosa (2022) ao trocar proteção social por adequação a determinados padrões exercia um poder de tutela sobre a população pobre, contribuindo para a preservação do sistema econômico-social vigente como era de interesse das elites da época. Portanto, a filantropia era um instrumento do Estado Liberal para o controle das classes subalternas e a manutenção da ordem social.

Referências

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 23, n. 6, p. 2067-2074, June 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000602067&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Dec. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018>.

Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar .

Assumpção JR., F. B. de. (1995). *Psiquiatria infantil brasileira: um esboço histórico*. São Paulo: Lemos Editorial & Gráficos.

BARCELLOS-OLIVEIRA, M.F. A. P & REIS, A. O. A. As crianças e os adolescentes dos centros de atenção psicossocial infanto-juvenil. São Paulo: Schoba, 2012 apud LAURIDSEN-RIBEIRO, Edith; TANAKA, Oswaldo Yoshimi. *Atenção em saúde mental para Crianças e Adolescentes no SUS*. São Paulo: Hucitec, 2010. .

_____. Ministério da Saúde. *Biblioteca Virtual em Saúde*. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://bvsm.sau.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Ministério da Saúde. *Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil*. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

_____. Ministério da Saúde. (2004). Portaria 1608, de 3 de agosto de 2004. Constitui o Fórum Nacional sobre Saúde Mental de Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Brasil [Ministério da Saúde]. (2005). *Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil*. Brasília, DF.

Castel, R. (1978). *A Ordem Psiquiátrica: a Idade de Ouro do Alienismo* (M. T. C. Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal. (Original publicado em 1977).

COUTO, Maria Cristina Ventura; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro , v. 27, n. 1, p. 17-40, July 2015 .

COUTO, Maria Cristina Ventura. Caminhos para construção de territórios psicossociais: contribuições ao debate. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, nº. 10, 2018.

CÁSSIA CUNHA, C.; LUCIA BOARINI, M. O Lugar da Criança e do Adolescente na Reforma Psiquiátrica. *Revista Psicologia e Saúde*, [S. l.], v. 3, n. 1, 2011.

Fonseca, C. M. O. (1993). Modelando a “cera virgem”: a saúde da criança na política social de Vargas. Dissertação de Mestrado Não-Publicada. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Freire, Maria Martha de Luna e Leony, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2011, v. 18, suppl 1 [Acessado 19 Dezembro 2022], pp. 199-225.

FREITAS, Marcos Cesar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez. 1997.

Gonçalves, Monique de Siqueira e Edler Flávio Coelho. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* [online]. 2009, v. 12, n. 2

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 1998, v. 5, n. suppl [Acessado em Dezembro 2022].

Ribeiro, P. R. M. (2006, janeiro-abril). História da saúde mental infantil: a criança brasileira da colônia à república velha. *Psicologia em Estudo*, Maringá, PR 11 (1), pp. 29-38.

RIZZINI, I. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1997.

SANTOS, Danielle Christine Moura dos et al. Adolescentes em sofrimento psíquico e a política de saúde mental infanto-juvenil. *Acta Paul. enfermagem* São Paulo, v. 24, n. 6, p. 845-850, 2011.

SILVA, Renata Prudêncio da. Medicina, Educação e Psiquiatria para a Infância: O Pavilhão-Escola Bourneville no Início do Século XX. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

Silva, G. B. da, & Holanda, A. F. (2014). Primórdios da assistência em saúde mental no Brasil (1841-1930). Memorandum: Memória E História Em Psicologia, 27, 127-142.

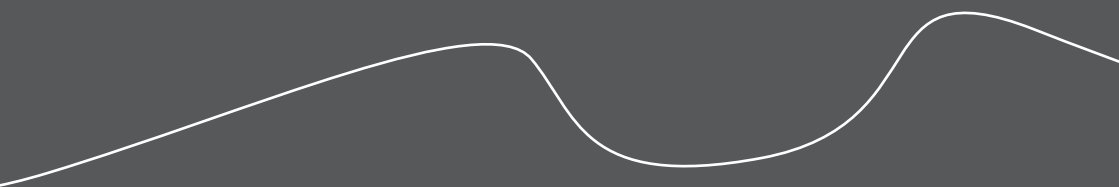
SILVA JUNIOR, Nelson Gomes de Sant'Ana e; GARCIA, Renata Monteiro. Moncorvo Filho e algumas histórias do Instituto de Proteção e Assistência à Infância.

Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 613-632, ago. 2010.

Capítulo

03

A falta de moradia não é
contemporânea: nossos
direitos só a luta faz valer





Estudante do oitavo período de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina. Mulher negra e mãe de dois meninos. Petiana do grupo PET Conexões de Saberes. Estagiária no Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região. Participante do Coletivo de Maestudantes da UFSC. Membro do Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida. Atualmente integra a coordenação do Slam Cruz e Sousa, como fomentadora cultural. Compõe a Comissão Nacional da Executiva Nacional de Serviço Social (ENESSO).



Graduanda da décima fase do curso de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2024. Atuou como estagiária no Centro de Atenção Psicossocial Caps II Ponta do Coral de 2021 a 2022. Estagiou em clínica no Serviço de Atenção Psicológica da UFSC (SAPSI) de 2022 a 2023. Atuou como extensionista no projeto "Ateliê da palavra", que atende pessoas em situação de rua, vinculado ao Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Culturas (NEMPsiC) e ao Laboratório de Psicanálise, Processos Criativos e Interações Políticas (LAPCIP). Pesquisou sobre Clínicas do Trabalho e Cuidado e Qualidade de Vida do Trabalhador em Educação durante estágio e projeto de extensão de 2022 a 2023. Estagiou na Brigada de saúde da Ocupação urbana Carlos Marighella 2023 a 2024. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes - Diálogos entre Comunidades. As principais áreas de atuação são em Psicologia Social e Comunitária e Saúde e Processos Clínicos. Participou da Liga de Saúde Coletiva da UFSC. Ativa na Luta antimanicomial e em coletivos de arte, busca compreender processos de criação e subjetivação política e a construção em saúde enquanto processo comunitário.



Assistente social, poeta, produtora cultural e batuqueira. Compõem a organização do Cineclubes Vozes Veladas e atualmente trabalha com as populações em situação de rua em Florianópolis. Na graduação, se dedicou a estudar sobre a questão racial brasileira, questão da moradia e o direito à cidade. Realizou seu estágio obrigatório na Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, da Secretaria de Estado de Assistência Social. Esteve presente no Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, participando de reuniões e assembleias do movimento estudantil; atuou em movimentos sociais de luta por moradia na grande Florianópolis e também com a organização de Slams na cidade. Seu TCC teve o título "Da poesia falada à batalha organizada: slam é resistência".

A FALTA DE MORADIA NÃO É CONTEMPORÂNEA: NOSSOS DIREITOS SÓ A LUTA FAZ VALER¹

*Por Chaiane Guterres²
Pâmela Marcela Martins³
Sara Lopes dos Santos⁴
Prof. Dr. Israel de Alcântara Braglia*

Resumo

O presente artigo objetiva refletir sobre a questão da moradia no Brasil, passando as construções histórico-econômico-sociais do país. Estas necessariamente compõem temas de raça e etnia no que diz respeito ao passado e à atualidade das desigualdades. Para realização do artigo, utiliza-se o método materialista histórico dialético. O texto é escrito a partir de revisão bibliográfica e da atuação prática nas ocupações, resultando em reflexões acerca da atualidade do déficit habitacional catarinense e a importância de ferramentas coletivas para lidar com questões históricas de desamparo estatal.

Palavras-chave: luta por moradia, ocupações urbanas, sem-teto, ocupação Marighella.

¹Resultado de pesquisa realizada pelas graduandas durante o ano de 2022 no Programa de Educação Tutorial - PET Conexões de Saberes da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Graduanda de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do PET Conexões de Saberes. E-mail: chaiane.guterres93@gmail.com

³ Graduanda de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do PET Conexões de Saberes. E-mail: pamelamarsalam@gmail.com

⁴ Graduanda de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do PET Conexões de Saberes. E-mail: sarabsurd@gmail.com

Introdução

Historicamente a moradia está colocada como um tema que se relaciona diretamente com a questão da terra. No Brasil, localiza-se desde a invasão de Pindorama pelos portugueses colonizadores, que retiraram a terra dos povos indígenas que aqui são originários. Isso continua a ocorrer após três séculos de escravidão da população de África traficada para o Brasil, com a lei de terras de 1850 que instituiu a propriedade privada da terra e despossa qualquer possibilidade das populações negras ex-escravizadas adquirirem um local de cultivo de alimentos e moradia. Em contrapartida, mesmo após a abolição, imigrantes europeus obtiveram apoio financeiro, principalmente no sul do país e foram empregados com a intenção de branquear a população brasileira. Estes receberam terra, sementes, incrementos agrícolas, permitindo o desenvolvimento econômico, o que garantiu com que as suas próximas gerações conseguissem ascender socialmente com o fruto do trabalho, a partir das ajudas recebidas previamente, diferentemente dos negros e indígenas, condicionando as desigualdades com relação aos brancos livres.

O fim da escravidão lançou à margem do sistema as populações negras, pois, apesar de libertos, não possuíam terra nem emprego. Assim iniciou o processo de expulsão, direcionando esta população para as margens das cidades, onde iniciam as primeiras ocupações urbanas, muitas delas em morros e na periferia das cidades brasileiras. A ferramenta utilizada pelas populações pauperizadas desde então, como forma de reparação da “falta” de moradia é a ocupação de terras, que consiste em um ou mais indivíduos habitarem um pedaço de terra inabitado, seja nos morros, seja no asfalto.

Essa ferramenta intensifica seu caráter político desde a década de 60, onde se fomenta a discussão sobre a reforma agrária com o Estatuto da Terra nunca implantado, e, após a reabertura democrática, planeja-se uma constituinte que a realize no país. No entanto, a Constituição de 1988, devido às disputas políticas, findou apontando somente que as propriedades precisam cumprir uma função social, sejam de moradia, comércio, indústria ou agricultura. No entanto, apesar de constituinte, esta definição não ocorre na realidade, razão pela qual realiza-se ocupações urbanas de residências e terrenos abandonados e ocupações rurais de terras improdutivas. Por isso, na Grande Florianópolis há hoje ao menos 11 ocupações urbanas, que lutam pelo direito de ter um teto.

A raiz indígena e negra da luta pela terra

Recebendo seu vigésimo título de campeã do carnaval do Rio de Janeiro, no ano de 2019, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira trouxe sua mensagem de resistência através do seu samba-enredo “História Para Ninar Gente Grande”:

[...] Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra
Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500
Tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato
Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati
Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês
Mangueira, Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões
São verde e rosa as multidões [...]
(ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA, 2019)

Em solo brasileiro, a questão da terra surge juntamente com a invasão por parte da Coroa Portuguesa, que em 1531 divide o país com o sistema de Capitanias Hereditárias, tática para garantir a posse e assegurar domínio do Brasil pelos portugueses. Posteriormente, instituiu-se a criação da Lei de Sesmarias, que dividia as Capitanias Hereditárias em propriedades menores. Essas terras foram doadas para os chamados donatários, pessoas que vinham de Portugal para o Brasil e tinham como dever cultivar tais terras, extraindo pau-brasil para exportação, produzindo alimentos e criando animais - inicialmente com mão de obra escravizada dos povos indígenas e posteriormente de povos traficados do continente Africano (FERNANDES, 2017). Ainda,

considerando as exigências da Lei de Sesmarias, podemos afirmar que a doação destas mesmas foi marcada por uma intensa diferenciação qualitativa e quantitativa nas suas concessões, o que sugere o início de um processo de expulsão dos menos abastados do processo produtivo então existente (FERNANDES, 2017).

Ou seja, a luta por moradia no Brasil está intrinsecamente ligada com um processo de colonização irrigado pelo genocídio dos povos originários da América Latina. A citação do trecho do samba-enredo da Mangueira traz à tona esse contexto histórico invisibilizado, que se permite explicar através da expressão cultural do carnaval. Essa expressão cultural denuncia que no Brasil não houve um descobrimento e sim um etnocídio, genocídio e memoricídio dos povos vitimados no processo brutal de invasão. Rampinelli tipifica alguns crimes que ocorreram contra os povos originários e a população escravizada, onde

a conquista da América Latina no século XVI consistiu, não apenas na tomada do território e na expropriação de suas riquezas, mas no extermínio de determinados grupos, na destruição de culturas e na forçosa obrigação do esquecimento de seu passado, imposto pelos europeus aos povos originários. Por isso, três grandes crimes podem ser tipificados, sendo eles o de genocídio, o de etnocídio e o de memoricídio (RAMPINELLI, 2010).

Como diz o samba-enredo, tivemos muito mais invasão do que descobrimento. E é a partir da invasão que vemos, verificando nos marcos históri-

cos, que nunca houve uma distribuição de terra igualitária, sendo o Brasil um dos países que nunca realizou uma Reforma Agrária, ou seja, nesses mais de 500 anos sendo nomeado como Brasil, fora feito somente a manutenção daqueles que já tinham acesso à propriedade da terra.

Além disso, não há como não mencionar o epistemicídio cometido contra os povos originários, que, além do roubo econômico do solo que cuidavam, foram dominados pela mudança estrutural do pensamento e do modo de vida, forçados a se adaptar à cultura européia trazida pelos portugueses (RAMPINELLI, 2010). Invade-se a terra, apropria-se do que havia aqui e ainda, para “regulamentar” a terra invadida, utiliza-se da lei como mecanismo: cria-se a Lei de Terras, em 1850, para dizer quem poderia ter posse da terra (FERNANDES, 2017).

Essa regulamentação foi apoiada pelos barões do café e diversos fazendeiros e comerciantes da época, provocando diversas mudanças quanto à forma de acesso à terra, mas ainda assim garantindo que poucos pudessem acessá-la. Somente pagando poderia se ter direito à propriedade, ou seja, apenas aqueles que possuíam grande poder aquisitivo poderiam ter um pedaço de terra (FERNANDES, 2017). Excluía-se, assim, todos que não tivessem meios financeiros (escravos e indígenas), institucionalizando, de forma jurídica, as desigualdades.

A Lei de Terras surge, dessa forma, em um contexto de crise do sistema escravocrata, onde o desenvolvimento do modo de produção capitalista fazia com que fosse necessário o surgimento de um mercado de terras, não somente para obter renda fundiária (rural e urbana), mas também pela necessidade de criar uma espécie de “mercado de trabalho” para a indústria que estava começando a surgir - essa lei está totalmente ligada à demanda pela força de trabalho livre (FERNANDES, 2017).

O processo do fim da escravidão foi um fator expressivo para o que viria a ser chamada de “questão agrária” no nosso país: muitos sem terra, poucos com muita terra. Em 1888, com a Lei Áurea, pôs-se fim na escravidão legalizada no Brasil - gerando uma massa de trabalhadores teoricamente livres, mas sem nenhuma condição de sobrevivência, largados “ao Deus dará”: sem possuir terra, não tinham como plantar e muito menos obter condições e meios para aquisição da terra. Não há neces-

cidade de prever o futuro para compreender que ali já se dizia como seria o futuro da população cuja força de trabalho erguera o país: viver marginalizado, nas periferias das cidades brasileiras.

O fim do cativeiro humano aconteceu quase 40 anos depois de ter sido instituído o cativeiro da terra. Assim, os escravos libertos que deixaram as fazendas migraram pelas estradas, por onde encontraram terras cercadas. Quando acampavam nas fazendas, os coronéis convocavam a polícia para expulsá-los. [...] A maioria absoluta desses trabalhadores começaram a formar uma categoria, que ficaria conhecida no final do século XX, como Sem-Terra (FERNANDES, 1999).

Além disso, com a abolição da escravatura, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho imigrante branco, resultando na perda de trabalho para o ex-escravo. Essa substituição aconteceu com a justificativa da ideologia do embranquecimento, com sustentação no preconceito – de que os ex-escravos não tinham perfil nem aptidão para o trabalho assalariado, pois eram preguiçosos – e na maior capacitação técnica da força de trabalho dos imigrantes europeus (SILVA, LIMA, 2020).

Contudo, havia outra e principal razão para essa substituição: a reprodução da mão de obra escrava era muito custosa, já o trabalho assalariado não, pois bastava um salário mínimo mensal para a manutenção do trabalhador e também significaria a eliminação do preço de mão de obra do custo interno da produção. A força de trabalho assalariada dos imigrantes europeus possibilitava o uso de novas tecnologias e processos de trabalho que gerassem maior produtividade, pois tinham mais capacitação técnica (advinda da experiência no ramo), gerando então maior lucro para os empresários e industriais e conseqüentemente maior acumulação (SILVA, LIMA, 2020).

Enquanto isso, as populações recém libertas não tinham condições de alcançar o grau de engajamento efetivo no mercado de trabalho pois, como o trabalho escravo era rotineiro e os senhores consideravam os escravos meros objetos, não procuravam aperfeiçoar tecnicamente as fazendas e engenhos com fim de aumentar a produtividade, haja vista ser fácil repor o escravo através da compra de outro e às vezes era até

mais vantajoso (MOURA, 2021). Restou então, para os trabalhadores negros recém libertos, assumirem trabalhos ocasionais, não remunerados e compor o exército industrial de reserva, essenciais ao processo da acumulação capitalista (SILVA, LIMA, 2020).

Com isso, tem-se, de um lado, entre a classe trabalhadora, aqueles que conseguem acessar o mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, conseguem acessar direitos que foram sendo conquistados historicamente, como a previdência, CLT, etc, e, por conseqüência, conseguem custear aluguel no asfalto e/ou até mesmo comprar, via programas sociais, um imóvel. Nesse lado, localiza-se a cidade aceita, a “cidade legal”, a cidade daqueles que “se esforçaram/se esforçam” - a cidade majoritariamente branca. Doutro lado, estão aqueles que historicamente não conseguiram acesso ao mercado de trabalho formal, tampouco acesso aos direitos mencionados acima, quiçá custear um aluguel e, menos ainda, comprar um imóvel, nesse lado localiza-se a “cidade ilegal” daqueles que “não se esforçam” e que não são aceitos - a cidade majoritariamente negra e criminalizada.⁵

Maricato (2002) aponta que temas como habitação social, transporte público, saneamento não possuem status de temas centrais para o urbanismo dos Planos Diretores, o que resulta em uma cidade com planejamento urbano, mercado, lei para alguns, não para todos. Carolina Maria de Jesus, em seu diário, explicita isso:

Em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino a favela como o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos (JESUS, 1960).

⁵ Os termos “cidade legal” e “cidade ilegal” são referências de Ermínia Maricato.

A atualidade na luta por terra em Santa Catarina:

Ao visualizar o cenário catarinense de habitação, vemos que a luta pela terra não se findou e não se findará tão cedo. Se fôssemos colocar todas as pessoas que estão sem teto numa única cidade, segundo Tornquist e Maier (2021), esta cidade seria a maior do estado em número de habitantes.

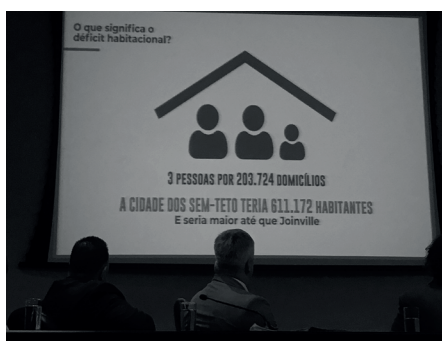


Foto de slide apresentado por representante da campanha Despejo Zero em Audiência Pública sobre Ocupações Urbanas e o Despejo Zero na pandemia. Acervo pessoal da autora Sara.

Segundo Boulos (2012), déficit habitacional é o nome dado à quantidade de casas que faltam para atender todas as pessoas que precisam no país. Há duas formas de definir esse déficit, que somadas formam o quadro do problema habitacional brasileiro: uma quantitativa - o número de famílias que não tem casa - e outra qualitativa - o número de famílias que moram em condições de extrema inadequação.

Se nos voltamos ao cenário nacional, para visualizar os investimentos e gastos públicos, vemos que no ano de 2021 o maior “investimento” brasileiro foi em pagar os juros e amortizações da dívida pública enquanto o investimento em habitação foi o menor. Conforme demonstra gráfico abaixo:

ocupação seguem resistindo na luta por direito à moradia digna.

Os Marighellas, como denominam-se os moradores, já passaram por ataques - inclusive com armas de fogo - advindos da vizinhança, por ataques advindos da mídia local que incitava o ódio aos ocupantes, por um despejo coordenado pela prefeitura de Palhoça - que mobilizou toda força policial do município para realizar a ação de despejo. Após esse episódio foram alocados por cerca de 3 semanas em um ginásio no bairro Caminho Novo, sem condições de moradia e com promessas iniciais de que seriam realocados.

Além disso, houve a promessa de que enquanto se mantivessem no ginásio teriam alimentação garantida, todavia, fora fornecido aos moradores marmitas com comida estragada e, em sequência (com nem uma semana de distribuição de marmitas), cessou-se a distribuição. Não obstante, o que seria uma estratégia para enfraquecer a luta dos Marighellas, serviu exatamente para o oposto: o Estado⁷ não fornece uma solução digna, portanto, resta aos moradores ocuparem um outro território, ou seja, o tiro sai pela culatra. Assim, a tentativa de enfraquecer acaba por colocar o poder judiciário favorável à ocupação, que agora situa-se no bairro Aririú da Formiga e permanece há 4 meses.



Fonte: imagem retirada do instagram @ocupasc

⁶Fonte: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/palhoca-recadestra-interessados-em-programas-habitacionais>

⁷As autoras possuem a compreensão de que o brasileiro trata-se de um Estado burguês, situado num contexto de dependência latinoamericana e que, portanto, trata-se de um Estado dependente. Ver Osório.

As lutas são diversas e ultrapassam os limites do terreno da Marighella. Há a necessidade de garantir à população, que é quem constrói a cidade no dia-a-dia, uma melhor condição de vida. À vista disso, para a constituição de uma ocupação e de uma cidade minimamente habitável

envolvem desde mutirões para construir a infraestrutura necessária para levar água e luz às comunidades até mobilizações para garantir o acesso aos serviços ditos “universais” no âmbito do Sistema Único de Saúde, no sistema de educação pública (creches e escolas) e nos serviços de assistência social, fundamentais para acesso a programas como Bolsa família e outros. Muitos destes direitos são negados aos moradores das Ocupações a partir de alegações como “falta de comprovante de residência” e outras, usadas como pretexto para a sua criminalização por parte do poder público (TORNQUIST; MAIER 2021).

Contudo, entre despejo, ataques, falta de proteção do Estado - que nega até o fornecimento de água aos moradores - a ocupação segue firme. Carrega consigo o lema “Sem tempo para ter medo”, parafraseando Carlos Marighella, que versa e demonstra como na coletividade há possibilidade de mudanças. Desde seu surgimento, os Marighellas possuem iniciativas internas como Cozinha Coletiva, Ciranda para o cuidado das Crianças, Horta Comunitária, Mutirões de limpeza e infraestrutura, Festival Cultural, Escola Popular e Festa das Crianças para os moradores e vizinhança. Conta também com iniciativas externas, de apoiadores da ocupação, como a Brigada de Saúde que acontece mensalmente com profissionais da saúde próximos da luta por condições mínimas de vida, dialogando sobre questões como vacinação, o que é saúde, e as demais necessidades advindas das questões trazidas pelos moradores ou pela vivência no espaço. Além disso, a Brigada realiza atendimentos e promove encaminhamentos aos que foram negados pelo Estado, inclusive em Centros de Saúde, que devem atender a todos de maneira igualitária. Outra iniciativa interessante de ser destrinchada é a Escola Popular Carlos Marighella, que conta com estudantes e professores de diferentes áreas para a continuidade de estudos dos moradores. Esta iniciou a partir da necessidade de preparo para a realização do ENCCEJA e agora, dialogando com uma formação política, prepara os moradores para vestibulares.

Para além destes, há Projetos de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, que apoiam a ocupação e realizam visitas e atividades, algumas por meio do Movimento por uma Universidade Popular. Exemplos disso são o Serviço de Assessoria Jurídica Popular Universitária - SAJU UFSC, Núcleo de Educação Ambiental - NEAmb UFSC e outros mais.

Imagem 3: aula da Escola Popular, preparatória para o ENCCEJA, no ginásio.



Fonte: acervo pessoal da autora Sara Santos. para o ENCCEJA, no ginásio.

Imagem 4: aula da Escola Popular, no espaço da Escola na Ocupação, no Aririú da Formiga.



Fonte: retirado do instagram @marighella.sc

Imagem 5: crianças na oficina de cerâmica no II Festival Cultural.



Fonte: foto tirada por Bonato (@olhar_deiris)

Imagem 6: plantação da Horta Comunitária



Fonte: publicado no instagram @marighella.sc

A coletividade construída na ocupação Marighella se soma ao apoio mútuo prestado entre ocupações, que se unem nas lutas contra os despejos e por moradia digna na Grande Florianópolis, construindo e participando de marchas, audiências públicas na ALESC, reuniões com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, entre outras lutas travadas pelos ocupantes. Em SC, hoje, compõe uma rede de apoio e enfrentamento aos desamparos estatais as ocupações Contestado (São José), Vale das Palmeiras (São José), Marielle Franco (Florianópolis), Fabiano de Cristo (Florianópolis), Elza Soares (Palhoça), Nova Esperança (Palhoça), Mestre Moa (Palhoça), Beira Rio (Palhoça), Vila Esperança (Florianópolis), Novo Horizonte (Florianópolis), Anita Garibaldi (Florianópolis).

Considerações Finais

A partir do exposto, percebe-se de forma latente o obstáculo colocado historicamente para parte da classe trabalhadora, principalmente negra - que teve suas terras negadas - de ascender socialmente, as demais gerações ainda sofrem as consequências da falácia do fim da escravidão, que se torna mão de obra barata para exploração e exército de reserva (SILVA, LIMA, 2020). Para ter condições materiais de subsistência utiliza-se a ferramenta de ocupar os entornos das cidades, edificações abandonadas e as terras improdutivas e que não cumprem sua função social, suprindo, assim, a problemática da “falta” de moradia. Esta falta está entre parênteses, pois como relatado, sobram residências, terras e dinheiro do Estado, o que se negligencia é a dignidade de determinadas camadas sociais por omissão e desprovimento de vontade política para garantir o direito de habitação, previsto em Constituição. Razão pela qual as ocupações urbanas e rurais resistem cotidianamente e seguem fazendo o papel de reparar uma dor histórica, que permanece assolando a população brasileira, inclusive em Santa Catarina.

Deste modo, as condições de sobrevivência advém da luta coletiva, de organização e reivindicação aos gestores do Estado pelo básico, como um teto para morar. Além disso, a luta por moradia chama atenção para a realidade desigual que desampara as pessoas a ponto de não haver relação com a cidade para além do trabalho. Há de se ocupar a cidade

em todos os sentidos, o lugar de convívio e construção da realidade feita pelo povo, que deve ter o direito de pensar, construir e guiar o território, de maneira coletiva, estabelecendo um espaço que esteja atrelado às necessidades e desejos da classe trabalhadora.

As ocupações surgem como alternativa para o desamparo, que ultrapassa os limites de alguns metros quadrados, trata-se de possibilidade de acesso à serviços, que deveriam ser garantidos pelo Estado. Por meio da organização há a possibilidade de buscar o usufruto da vida, da dignidade, trabalho, do lazer, cultura, segurança, saúde, da educação. É a transformação de um território afetivo, atrelado às necessidades, costumes e culturas da população.

Quando se organiza muito se constrói, tendo em vista que as condições e relações sociais não se modificam sob o olhar da institucionalidade, pois ainda que haja leis instituídas permanece a confirmação de que a luta é contínua para fazê-la cumprir e avançar e que a história se faz em movimento. Na Grande Florianópolis, quando tratam-se de ocupações urbanas, têm-se tomado as medidas típicas de um Estado como o brasileiro: em vez de oferecer qualquer tipo de assistência, o papel do poder público é realizar mandatos de dispensa e reintegração de posse, dando aval para a violência policial, que é corriqueira para os moradores de ocupações urbanas. É explícita a política higienista para manter a capital e arredores um grande pólo turístico, que é amigável apenas para pessoas brancas e que possuem poder aquisitivo.

Entende-se que a via de possibilidade de mudança da realidade se dá e se dará apenas a partir da organização coletiva, pois somente a população decidindo sobre aquilo que a ela diz respeito que garantirá o direito de pensar para si próprios, que garantirá a própria vida e as reparações pelo que foi negado e arrancado simbólica e materialmente. Compreende-se que a coletividade estimula a potência, tanto emocional quanto de construção material de uma nova realidade, para si e para os semelhantes.

Além disso, num sistema cuja base é a propriedade privada, impera a dificuldade de pensar para além de si e da lógica meritocrática e mercadológica, que não cabe nem se encaixa em casos em que a história e o Estado apagaram/tomaram como um começo do zero, sendo que a cor-

rida já estava ocorrendo. Permanecer alheio às lutas, como se elas não dissessem respeito a todo o conjunto da sociedade, é corroborar com a desigualdade racial e de gênero - que se amarram na desigualdade de classes instaurada hegemonicamente nas narrativas.

Em contrapartida àquilo realizado pelo poder público, propõe-se a realização de projetos de construção de Vilas Populares, que seriam pensadas através de conselhos populares comunitários deliberativos, não se limitando apenas à construção de moradias, mas também a utilização dos espaços da cidade, com um planejamento que permita o acesso à cidade e aos serviços públicos. Compreende-se a necessidade de um plano diretor pautado no déficit habitacional, construído de acordo com cada região da cidade, através também de conselhos populares deliberativos - com a população participando e decidindo sobre a cidade que quer e precisa.

Dessa forma, parafraseando Mauro Iasi, as terras inférteis não mais seguirão inférteis, os terrenos ociosos não mais seguirão ociosos, a luta plantada será a luta colhida e as pessoas terão acesso a cidade que constroem dia após dia.

“As vastas terras não seguirão inférteis
companheiros presos em celas fechadas
serão nossas sementes aguardando a colheita
quando colheremos os frutos da luta plantada.”

As vastas terras seguem inférteis - Mauro Iasi

Referências

BOULOS, Guilherme. Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto. 1 ed. São Paulo: Scortecci, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Revista de Cultura Vozes, v. 93, p. 9-17, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2187014/mod_resource/content/0/1-%20brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf Acesso em 14/07/2022.

FERNANDES, M. J. C. DA LUTA PELA TERRA À LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL. Revista GeoInterações, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 55–67, 2020. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/1072> Acesso em: 17 nov. 2022.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo a mau cidadão? 2ª ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

RAMPINELLI, Waldir José. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos (Resenha de: BAEZ, Fernando. A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização). In: REBELA, v.4, n.3. set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/rebela/revista/volume-4-numero-3-2014/rebela/revista/resenha/historia-da-destruicao-cultural-da> Acesso em 15/07/2022.

SILVA, M. L. L.; LIMA, J. L. S. . Racismo, trabalho e previdência social no Brasil. EM PAUTA (RIO DE JANEIRO), v. 18, 2020.

TORNQUIST, C. S.; MAIER, J. A. A moradia como questão: uma comparação entre as ideias de Engels e o conceito de déficit habitacional. *Revista Novos Rumos*, 58 (1), 89–103. <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/12090/7354> Acesso em 10/11/2022.

TRINDADE, R. José. 2021. A dívida pública. *A TERRA É REDONDA*. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-divida-publica/> acesso em: 17/11/2022.

Entrevista com a autora

Poderia falar um pouco sobre o seu curso?

O curso de bacharel em Serviço Social, vinculado ao Departamento de Serviço Social, pretende formar profissionais críticos e comprometidos com os interesses dos/das usuários/as atendidos, com o horizonte da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Oferece disciplinas teórico-práticas, vinculadas às políticas que as/os assistentes sociais atuam e/ou vinculadas às ciências sociais aplicadas, que permitem uma formação para análise crítica da realidade social.

O curso de Psicologia, ao longo de seus 40 anos, tem sido um espaço de formação que vai além do conhecimento técnico. Com professores altamente qualificados e de diversas áreas, como Filosofia, Sociologia e Antropologia, somos incentivados a desenvolver uma visão crítica e ampla da profissão. O Projeto Pedagógico segue as diretrizes nacionais e oferece uma formação que equilibra teoria e prática, preparando a gente não só para o mercado, mas também para atuar de maneira criativa e transformadora nas mais diversas áreas da Psicologia.

Qual a relação do seu artigo com o PET?

O artigo foi escrito a partir de uma atuação realizada em ocupação urbana, que tem relação direta com a atividade do PET e da psicologia, dado que após a escrita deste artigo decidi estagiar na Ocupação Carlos Marighella, o que proporcionou maior elaboração a partir da perspectiva de uma psicologia comunitária.

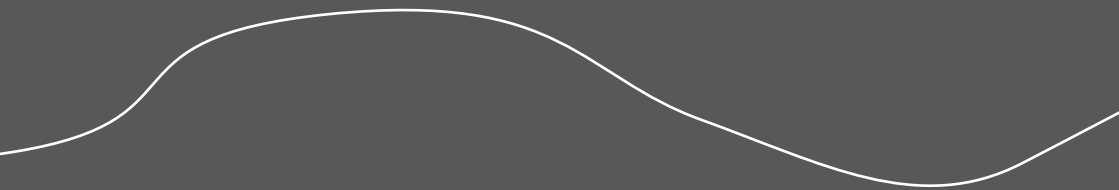
o artigo escrito em conjunto com a Pâmela e Chaiane diz bastante sobre como foi estar no PET: compartilhar ideias, construir projetos, pensar a realidade e propor em cima da realidade com colegas de outras áreas. O espaço qual nos debruçamos para escrever, a ocupação Carlos Marighella, construída por diversas famílias em situação de desproteção social, são público-usuários das políticas que psicólogas/psicólogos e assistentes sociais atuam no cotidiano profissional. Sendo o PET Cone-

xões de Saberes voltado para o diálogo entre comunidades, entende-se que olhar para esta comunidade cumpre com o objetivo do PET, que pretende-se também ser um grupo cujos bolsistas são advindos de escolas públicas e/ou tem cadastro junto à assistência estudantil. A experiência junto às famílias Marighella foi uma ponte estabelecida entre as bolsistas, da comunidade acadêmica com a comunidade de pessoas sem teto da Palhoça.

Capítulo

04

Mudanças das marcas durante a pandemia





Sou Alinny Gomes Gonçalves, graduanda em Design pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e formada em Publicidade e Propaganda pela UNISUL. Atualmente, atuo nas áreas de impressão gráfica, branding, identidade visual, diagramação e design de embalagens, além de colaborar com três departamentos da UFSC em projetos de UX/UI e materiais institucionais para aprimorar a experiência do usuário. Desde 2022, faço parte do PET Conexões de Saberes, onde contribuo na gestão de redes sociais e criação de materiais de design. Minhas áreas de interesse de pesquisa incluem design inclusivo, acessível, UX/UI e diversas outras áreas do design, buscando entender como o design pode gerar impactos positivos na comunidade.

MUDANÇAS DAS MARCAS DURANTE A PANDEMIA¹

*Por Alinny Gomes Gonçalves²
Prof. Dr. Israel de Alcântara Braglia*

Resumo

O ensaio acadêmico se propôs a analisar propagandas e logos que mudaram durante a pandemia do SARS-CoV-2 (covid 19) para suprir a nova demanda do mercado e conscientizar seus consumidores. Foram analisadas as marcas McDonalds e Mercado Livre. Foi observado que as marcas se preocuparam com a saúde dos seus consumidores sem deixar de atender o mercado com a nova restrição. Além das mudanças em suas logos, eles também trouxeram propagandas com mensagem emocionais, descontraídas e com caráter informativo que gerem empatia.

Palavras-chave: COVID-19. Marcas. Propagandas. Logo.

Introdução

Ao logo da história a necessidade de se comunicar se tornou cada vez maior e fundamental para o ser humano e isso nos aproxima das propagandas que temos nos dias atuais. (GAMBIN, 2020) Desde os homens das cavernas que faziam pinturas rupestres para se comunicar com outros bandos como uma espécie de propaganda rudimentar como se dissessem a outro grupo que o deles era forte. (SCHIAVON, 2017 apud. GAMBIN, 2020)

¹Resultado de pesquisa realizada no ano de 2021 durante a graduação em Publicidade e Propaganda na Universidade do Sul de Santa Catarina, disponibilizada para o Programa de Educação Tutorial - PET Conexões de Saberes da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Graduanda de Design na Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do PET Conexões de Saberes. E-mail: alinnygomes28@gmail.com

A propaganda faz parte do nosso dia a dia, elas servem para divulgar produtos, serviços e marcas, com intuito de estimular as relações não só de compra, mas também de confiança. Com a utilização da internet para se fazer publicidade os negócios com o uso do ambiente virtual tornam os ciclos de vendas mais curtos e acessíveis (CASAROTTO, 2019; GERALDO; MAINARDES, 2017)

Em 2019 o hábito de compras online dos brasileiros cresce em 35% segundo a pesquisa realizada pela Compre&Confie que monitoria a maior parte do varejo, as estimativas apontam que cerca de 19 milhões de pessoas consumiram pelo menos uma compra online. (DIGITAL, 2019)

No final de 2019 a Organização Mundial de Saúde (OMS) recebeu a notificação, de casos de pneumonia com suspeita de serem provocados por uma nova cepa de Coronavírus. No começo de 2020 as autoridades chinesas confirmaram, recebendo o nome de SARS-CoV-2 (COVID-19). Em 11 de março, a situação é classificada, oficialmente, como uma pandemia. (SOUZA, 2020)

A fim de combater a disseminação do vírus os países implementaram uma série de intervenções. Sendo algumas delas, uso de máscaras faciais caseiras, medidas progressivas de distanciamento social, com o fecha-

mento de redes de ensino, a proibição de eventos de massa e de aglomerações e conscientização da população para que permaneça em casa. (AQUINO et al, 2020).

Com a pandemia o mercado publicitário precisou remodelar todo planejamento de ações encontrar caminhos para manter os discursos das marcas conectados aos consumidores. (ALTACOMUNICAZIONE, 2021)

Este Ensaio acadêmico visa analisar algumas marcas que mudaram suas formas de fazer propaganda e seus logos durante a pandemia do COVID-19.

Publicidade e consumo em tempos de pandemia

O investimento em publicidade no Brasil chegou a R\$17,5 bilhões no ano de 2019 segundo o Conselho Executivo das Normas-Padrão (Cenp) sendo ela a entidade que reúne os principais anunciantes, agências de propaganda e veículos de comunicação do Brasil. Em 2020 o mercado publicitário pretendia subir mais 8,9% de acordo com o levantamento do relatório Ad Spend 2020 da Dentsu Aegis Network. (PEZZOTTI, 2020; JULIO, 2020; ARAUJO, 2020)

Com a pandemia do coronavírus o mercado publicitário teve que se adaptar as novas condutas de saúde e atuar de forma responsável e empática, tendo de abordar novos meios de comunicação. (CASTRO, 2020) “Em uma crise desse tamanho, comunicar significa manter-se presente e mostrar-se como empresa socialmente relevante, responsável e idônea.”

O setor precisou se transformar remodelando planejamentos de ações, recuando com estratégias em tempo recorde, campanhas de “rua” precisaram ser canceladas, as agências tiveram que encontrar caminhos inovadores e posicionamentos de acordo com as normas adotadas pela OMS para manter as marcas conectadas com os seus consumidores. (ALTACOMUNICAZIONE, 2021)

A venda por e-commerce se tornou real para várias marcas e empresas, segundo um estudo realizado pela ABComm (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico).

[...] entre 1 de março e 25 de abril de 2020, analisou mais de 45 milhões de transações em 4 mil lojas virtuais brasileiras. O resultado confirma um crescimento acumulado de mais de 47% nas compras realizadas através do e-commerce no Brasil. A expectativa no começo do ano era que as vendas online aumentassem 18% em 2020. (ALTACOMUNICAZIONE, 2021)

Apesar de todas as dificuldades é necessário se adaptar ao “novo normal”, uma pesquisa feita pelo Instituto Nielsen recentemente mostra

que o comportamento em meio ao COVID-19 no mercado publicitário, principalmente o impacto sobre a mídia. A pesquisa foi realizada com 413 entrevistados, dentre eles estavam anunciantes, agências, veículos e tecnologia.

Enquanto 30% dos anunciantes estimam um impacto positivo no plano digital, 80% veem os esforços do off-line caminharem na contramão. A movimentação repentina e a mudança instantânea na estratégia da mensagem atingiu 9 entre 10 marcas e agências. (ALTA-COMUNICAZIONE, 2021)

Influência das propagandas

Todos os dias somos repletos de milhares de anúncios publicitários, que pretendem solucionar os nossos problemas, seja ele qual for, mas mesmo assim nem sempre respondemos a essas influências.

[...] não existe consenso, mesmo entre os pesquisadores da área, em relação aos efeitos da propaganda sobre o indivíduo. Ora uns afirmam que esta tem poder de persuasão sobre o consumidor, ora outros afirmam que não (WILLEMSSENS, PERIN & SAMPAIO, 2006 apud SILVA, ROAZZI, SOUZA, 2011).

A influência da propaganda não é determinante para o processo de decisão de compra, isso pode estar ligado ao fato de achar que o estímulo veiculado a propaganda serve como gerador de necessidades. Quando há a probabilidade de supor que sejam combinações de vários fatores como biogênicos, psicogênicos, sociais, culturais, intelectuais, inconscientes, etc.

Além do mais, supostamente vive-se numa sociedade capitalista onde tudo, desde saúde até diversão, é um produto a ser comprado. Em outras palavras comprar é uma realidade inevitável nos tempos atuais, com a propaganda servindo “simplesmente” como um agente fornecedor de informações sobre como, onde e quando se obter determinados produtos que podem ou não coincidir com uma necessidade ou vontade específica do consumidor. (SILVA, ROAZZI, SOUZA, 2011).

Porém, vários fatores enfraqueáveis como o estado emocional do consumidor antes e durante o processo da decisão de compra, a influência de amigos, parceiros, família, condição financeira, valores pessoais, dentro outros. Podem ser determinantes para o consumidor na hora da compra, levando o consumidor a tomar decisões diferentes da esperada. (SILVA, ROAZZI, SOUZA, 2011).

Mas no que diz respeito a real influência da propaganda e seus mais diversos fatores, a Escola de Frankfurt foi a que teve grande destaque, que ganhou seu nome por conta de vários pensadores e cientistas, responsáveis pela criação do conceito de indústria cultural e da pesquisa crítica em comunicação. (FERNANDES, TASSO, FERNANDES, 2014)

Os frankfurtianos trataram de um leque de assuntos que compreendia desde os processos civilizadores modernos e o destino do ser humano na era da técnica até a política, a arte, a música, a literatura e a vida cotidiana. Dentro destes temas e de forma original é que vieram a descobrir a crescente importância dos fenômenos de mídia e da cultura de mercado na formação do modo de vida contemporâneo. (HOHLFELDT, 2011 apud FERNANDES, TASSO, FERNANDES, 2014)

Assim pode-se afirmar que os estudos de Max, Freud e Nietzsche deram o início, sendo eles pensadores que mudaram a forma de ver o homem e provocaram mudanças significativas na sociedade e cultura. Os frankfurtianos recriaram as ideias destes pensadores, conforme a novas realidades que começaram a surgir com o desenvolvimento do século XX. (FERNANDES, TASSO, FERNANDES, 2014)

Mais tarde, surgiram outras teorias relacionadas à comunicação, estas demonstravam a grande influência da comunicação na propaganda de modo geral, trazendo para primeiro plano sua relação com os meios de comunicação, visando cada vez mais seu controle e sistematização por meio de modelos que buscavam torná-la mais segura. (FERNANDES, TASSO, FERNANDES, 2014)

A teoria hipodérmica é uma das teorias mais significativas relacionada a propaganda, uma vez que, a mesma ocorreu ao mesmo tempo que duas

guerras mundiais e com disseminação em grande escala das comunicações em massa. (WOLF, 2009)

Os principais elementos que caracterizam o contexto da teoria hipodérmica são, por um lado, a novidade do próprio fenômeno das comunicações em massa e, por outro, a ligação deste fenômeno às trágicas experiências totalitárias daquele período histórico. Trata-se de uma abordagem global ao mass media, indiferente à diversidade existente entre os vários meios e que responde, sobretudo a inter-rogação: que efeito tem o mass media numa sociedade de massa? (WOLF, 2009)

Porém, no início de 1930 “Lesswell afirmou que uma forma adequada para se descrever um ato de comunicação, era responder às seguintes perguntas: quem/ diz o que/ através de que canal/ com que efeito.” Mostrando que o estudo científico do processo comunicativo poderia utilizar uma ou mais destas questões, deixando assim a teoria hipodérmica para trás.

O esquema de Lasswell organizou a communication research, que começava a aparecer, em torno de dois dos seus temas centrais e de maior duração – a análise dos efeitos e a análise dos conteúdos – e, ao mesmo tempo, individualizou os outros setores de desenvolvimento da matéria. (WOLF, 2009)

Uma das estratégias mais importantes para comunicação é a persuasão “Persuadir, nada mais é que a utilização de argumentos, legítimos ou não, que visam conseguir que outro indivíduo adote certas linhas de conduta, teorias ou crenças, ou seja, é o ato de induzir determinada pessoa a aceitar uma ideia, diversa a que este possuía, até então.”

Persuadir os destinatários é um objetivo possível, se a forma e a organização da mensagem forem adequadas aos fatores pessoais que o destinatário ativa quando interpreta a própria mensagem. Em outras palavras, as mensagens dos meios de comunicação contêm características particulares do estímulo que interagem de maneira diferente com traços específicos da personalidade dos elementos que constituem o público. (WOLF, 2009)

Desta forma, fica visível a mudança gerada pelos fatores que podem ser de grande valia quanto ao efeito que a propaganda pode gerar em seus consumidores. Pensado nisto vamos analisar algumas publicidades de marcas e propagandas que foram geradas durante a pandemia e quais os possíveis efeitos que causaram em seus consumidores.

Regulamentação da publicidade

O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), tem o propósito de proteger a liberdade de expressão comercial e os interesses das partes envolvidas no mercado publicitário, inclusive os do consumidor, juntamente com Código de Defesa do Consumidor.

O Código de Defesa do Consumidor apenas tutela a utilização de publicidade, visto que, embora os conceitos sejam frequentemente confundidos, é a publicidade que mantém ligação com a relação de consumo, pois os fornecedores, para promover seus produtos e serviços, utilizam-se da mesma. (SPERANZA, 2012)

Propaganda Ideológica e Corporativa

Existem vários tipos de propagandas e cada qual com seus objetivos específicos, neste ensaio acadêmico iremos trabalhar com a propaganda ideologia e corporativa, baseado nas teorias de Muniz (2004).

Propaganda Ideológica: Essa é uma técnica de persuasão desenvolvida de uma forma mais ampla e global, diferente das outras.

[...] sua função “é a de formar a maior parte das idéias e convicções dos indivíduos e, com isso, orientar todo o seu comportamento social.” Assim, a propaganda ideológica encarrega-se da difusão de uma dada ideologia, ou seja, um conjunto de ideias a respeito da realidade. (GARCIA, 1982 apud FERNANDES, TASSO, FERNANDES, 2014)

Propaganda Corporativa:

a divulgação de uma empresa é classificada de propaganda corporativa pelo Publishers Information Bureau quando ela tem, entre seus propósitos específicos, o objetivo de divulgar e informar ao público as políticas, funções e normas da companhia; de construir uma opinião favorável sobre a companhia; e de criar uma imagem de confiabilidade para os investimentos em ações da companhia ou para desenvolver uma estrutura financeira (FERNANDES, TASSO, FERNANDES, 2014)

Assim podemos perceber o quanto a propaganda é importante quando se existe a necessidade de expor produtos, ideias, conquistar e manter usuários e também conscientizar os seus consumidores, e se usada de forma correta pode se obter grandes chances de sucesso.

Marcas e propagandas antes e durante a pandemia

As marcas que iremos citar são extremamente conhecidas no Brasil, iremos analisar seus logos e propaganda no antes e durante a pandemia, visando conscientizar seus consumidores as proteções contra o COVID-19 e quais foram as mudanças feitas para isso, sendo elas: McDonald's e Mercado Livre. Todas com áreas diferentes de atuação no mercado.

McDonald's: Patrick McDonald em 1937 chega à Califórnia e abre uma barraca de cachorro-quente em um formato octogonal em um aeroporto de Monrovia, em Los Angeles. Juto aos seus filhos Richard ("Dick") e Maurice ("Mac"), em 1940 eles mudam sua barraca para San Bernardino. Oito anos depois, os irmãos relançaram como fast-food, vendendo seus hambúrgueres na metade do preço de seus concorrentes, uma fachada anunciando "Os famosos Hamburguers McDonald's".

Em 1952, os irmãos decidiram desenhar um restaurante McDonald's de estrada que pudesse virar uma franquia.

Dick havia desenhado dois semicírculos que, pensou, ficariam bonitos em cada extremidade da estrutura, chamando atenção de moto-

ristas famintos e suas famílias. Meston, que já havia trabalhado como designer de cenários nos estúdios Universar e para Wayne McAllister, o arquiteto dos restaurante de drive-in do estilo característico do anos 1930, transformou os semicírculos de Dick em par de parábolas altas de metal pintadas de dourado neon. Refletindo as últimas tendências de arquitetura e engenharia, pareciam valer um milhão de dólares – e não 15 centavos. (Glancey, 2017)

Os arcos foram estreados em 1953 com a primeira franqueada do McDonald's em Phoenix. Em 1961 Raymond Kroc comprou a campainha dos irmãos e a transformou em uma corporação global, a logo foi alterada tirando os arcos parabólicos dos restaurantes e os transformando graficamente no arco duplo ou o “M”, que foi aperfeiçoado em 1968. (Glancey, 2017) Com seu famoso slogan “Amo muito tudo isso” e seu icônico jingle que não sai da cabeça.

Imagem 1



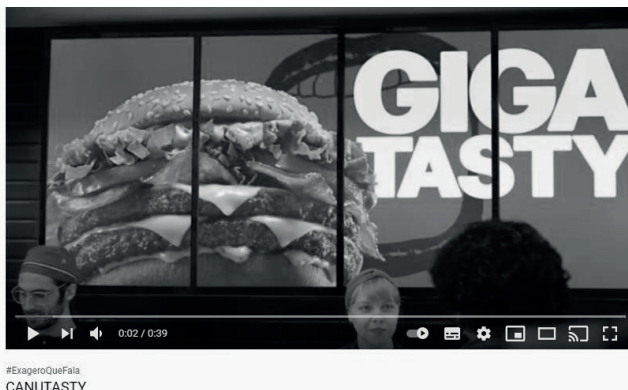
Fonte: McDonald's (2021)

O primeiro McDonald's inaugurando no Brasil foi em 1979, no bairro de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro, três anos depois a segunda loja foi inaugurada em São Paulo e atualmente a franqueadora arcos dourados opera cerca de 2,5 mil unidades sendo elas mais de 950 lojas e o restante quiosques em mais de 192 cidades. (UOL, 2014; FRANQUEADO; 2021)

Suas propagandas são feitas de forma que mostra animação, humor e dando um ar de “Divino” aos lançamentos de novos tipos de hambúrgueres e deixando emocional em datas de comemorações festivas, quase sempre obtendo jingles que ficam na cabeça como a propaganda do “Big Mac” de 2003. A propaganda que iremos analisar é “CANUTASTY” veiculada em outubro de 2019 que fala sobre o novo sanduíche o Giga Tasty com Mauricio Canuto que seria o novo garoto-propaganda da marca, ela traz alguns dos elementos citados anteriormente.

Na propaganda temos um cliente na fila para pedir seu lanche, quando uma música “divina” começa a tocar e ele vê um painel com o novo giga tasty, Marcelo aparece com o sanduíche diz que ele é gigante e o cliente diz um palavão que é censurando e ele diz “calma, rapaz”, logo após ele vai pra outro recinto onde tem um cliente comendo o giga tasty e Marcelo fala “quando viu esse sanduíche tão grande o que achou?”, o cliente então entende ele falar “Cachorro?” uma voz de fundo diz “gigante” e Marcelo aparece com várias pessoas com o uniforme do Mc do lado de fora da loja e fala “quem achou uma delícia, faz barulho aí”, as pessoas começam a gritar e pular derrubando Marcelo no chão, entra a voz de Marcelo em off e fala os ingredientes do sanduíche, mostra uma pessoa comemorando e logo com Mc com a voz em off dizendo “Para papa pá”.

Imagem 2



Fonte: YouTube (2019)

Com a pandemia a maior franquia independente do McDonald's a Arcos Dourados, anunciou que iria fechar os salões de seus restaurantes em março 2020 no Brasil, atendendo somente pelo delivery e drive-thru, mas não só isso a marca tomou a decisão de trocar sua logo temporariamente e separar seus arcos dourados para reforçar o distanciamento e o isolamento social. Além de mudar também seu slogan temporariamente para “Separados por um momento para estarmos sempre juntos”. (DANTAS, 2020; EXAME, 2020)

Imagem 3



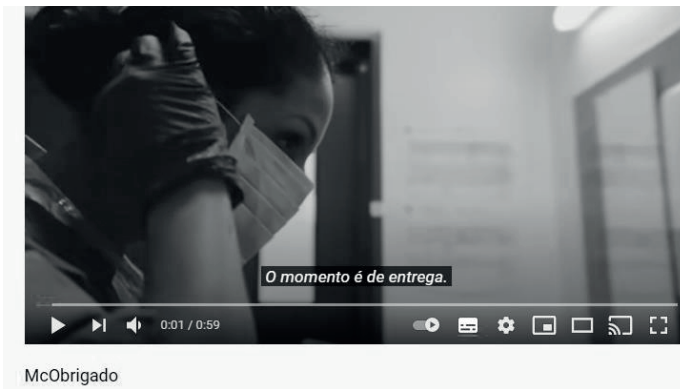
Fonte: DANTAS (2020)

Suas formas de fazer propaganda também foram afetadas, mas a marca encontrou maneiras criativas, mesmo evitando usar pessoas para fazer como sempre fez, em comparação a do ano anterior elas ficaram mais simplificadas, sem deixar de serem animadas e bem humoradas, mas agora com um cunho voltado muito mais aos cuidados com saúde do seu consumidor. Foram utilizadas duas de suas propagandas “McObrigado” e “#CasquinhaemCasa” de maio e junho de 2020 para comparação com a anterior, foram poucos meses para reformular novas propagandas em relação ao posicionamento e mesmo assim deixar de uma forma que se adéque ao “novo normal”.

McObrigada: A propaganda com uma voz em off “É dia de entrega, entrega dos médicos, dos enfermeiros e auxiliares; dos bombeiros; entrega

dos voluntários; entrega dia e noite; entrega por você, por nós, por todos; Como agradecimento nós do McDonald's preparamos uma entrega especial: 100 mil méquis para os profissionais da linha de frente um gesto simbólico para dizer: Obrigada pela entrega. Colaboradores um de cada vez dizem então “Fizemos esses Méquis com muito carinho para vocês. Eu quero de verdade agradecer a todos vocês; Vocês são nossos heróis”. Em todo o comercial vemos depoimentos de pessoas as quais a voz em off cita no começo e também fotos do pessoal preparando o lanche. Ao final mostra um “Muito Obrigado” e “McObrigado”; e a logo marca.

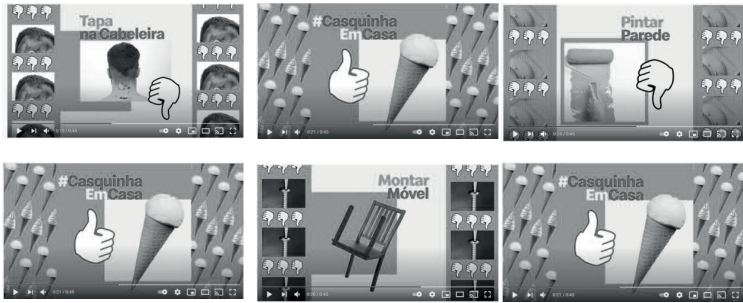
Imagem 4



Fonte: Youtube (2020)

#CasquinhaemCasa: Na propaganda parece um fundo com várias casquinhas de sorvete, no centro aparece uma foto de sorvete com uma casa sobreposta da outra, uma voz em off “Casa, casa, casa”, muda o cenário para uma casquinha diferente da outra dívida por cores com a inscrição “Não vai ficar igualzinha, mas vai ficar uma delícia”, mudando para uma pessoa lambuzada de sorvete. Mudando para inscrição “Bem diferente de outras coisas que você tem feito em casa” e começa aparecer várias coisas que fazemos em casa como aparece na montagem a abaixo na imagem 5, terminando com os fundos de sorvetes trocando de cor e descrição “peça no drive ou delivery, #Casquinhaemcasa” e a logo com “Para papa pá”.

Imagem 5



Fonte: YouTube (2020)

Mercado Livre: Fundado no final de 1999 pelo argentino Marcos Galperin e por Stello Tolda um brasileiro, com o sonho de revolucionar o mercado do e-commerce e criar uma plataforma de comércio eletrônico que permitiria qualquer pessoa anunciar e comprar produtos. Dois anos após a fundação da empresa, ela chegou ao Brasil. Hoje atuando em 18 países, ele é o maior da América Latina reunindo milhões de compradores e vendedores. (MERCADO LIVRE, 2021)

A logo da empresa é aperto de mão significando a essência de um fechamento de negócio por ser uma plataforma que faz todos os tramites virtualmente e ao lado o nome da marca, com cores chamativas e vibrantes combinando o amarelo, branco e azul, com slogan “Mercado Livre o melhor ta chegando”.

Imagem 6



Fonte: Consumo (2018)

Suas propagandas têm uma linguagem de fácil compreensão, também de cunho emocional, bem humorado, alegre, divertido e transparece confiança. A propaganda utilizada nesta análise com o foco de antes da pandemia foi a de dezembro de 2019, sendo ela de Natal chamada “Melito”.

Onde um urso de pelúcia que está em uma loja de brinquedos na véspera de natal, quando a loja está cheia ele espera ser escolhido por alguém para que o leve para casa como presente, mas isso não acontece, então ele fica “sozinho” em uma loja quase vazia e se sente muito triste, quando ele vê uma notificação no celular do possível dono da loja que está dormindo na cadeira, ele sai da prateleira que está e pega o celular que tem uma notificação do Mercado Livre e então ele se anuncia. No final a voz em off diz “No mercado livre o natal chega para todos.”

Imagem 7



Fonte: YouTube (2019)

Por conta da pandemia, a marca decidiu que iria seguir as novas normas de saúde, para proteção de seus consumidores e por esse motivo anunciou em 17 março de 2020 a troca temporariamente seu slogan passando para “Juntos. De mãos dadas, ou não” e também sua logo para dois braços se tocando pelo cotovelo.

Imagem 8

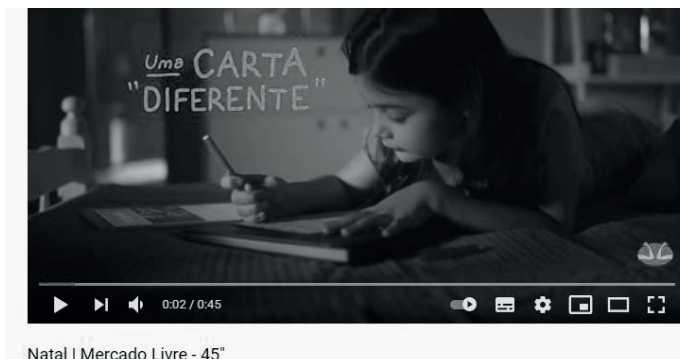


Fonte: ANYMARKET (2020)

Com isso suas propagandas também foram alteradas e em comparação a de natal de 2019, analisamos a do natal de 2020 que tem o mesmo apelo emocional, só desta vez de uma forma diferente, não mais com uma aglomeração dentro de uma loja de presentes e sim com pessoas em casa comemorando seu natal em conjunto e com uma preocupação mostrada de forma sutil de que se deve ficar em casa.

A propaganda mostra uma criança escrevendo uma carta para o papai Noel e dizendo para ele ficar em casa, como o avô dela, ela diz que já tem uma solução para que o Noel possa entregar os presentes e pesquisa no mercado livre o que cada um dos familiares da casa precisa, logo após ela desenha os presentes e coloca tudo dentro da carta, no final todos os presentes que ela desenhou estavam debaixo da árvore de natal e a família feliz abre os presentes.

Imagem 9



Natal | Mercado Livre - 45"

Fonte: YouTube (2020)

Com isso percebemos que mesmo com pouco tempo e com a mudança repentina, as marcas conseguiram se adaptar rapidamente, trazendo seus posicionamentos diretamente nas suas novas propagandas e mostrando para seu consumidor que se importa com ele e quanto ele é importante. Mas não só isso, a transparência mostrada pelas empresas foi de grande valia para que as mesmas continuassem no mercado sem sofrer agressivamente com o COVID-19. A análise feita aqui é que as propagandas e logos foram mudadas por uma questão de mudança de hábito de seus consumidores e para fortalecer a proteção contra o vírus, mas mesmo assim sem perder a essência que sempre tiveram e suas características.

Conclusão

Por fim, podemos tomar ciência de como o COVID-19 alterou a forma como as empresas faziam sua publicidade, buscando soluções criativas para desempenhar em meio às restrições impostas pela pandemia. Pode-se observar que as marcas neste período trouxeram propagandas com mensagens emocionais, descontraídas e com caráter informativo para conscientização do consumidor.

Com propagandas remetendo ao distanciamento social, ficar em casa. No caso do McDonald e Mercado Livre dão enfoque no consumo pela internet, mostrando outras formas de consumir seus produtos mesmo estando em casa, criando novas demandas aos consumidores, que acabaram sendo favorecidos por conta do aumento de compras pela internet neste período de pandemia que estamos. Suas logos mudaram conforme suas propagandas, a fim de conscientizar seu público.

Diante disso, podemos perceber como a publicidade pode agir de forma informativa e prestativa com seu consumidor, mas ainda sim visando que o consumo tenha um bom retorno mesmo em tempos difíceis.

Referências

ALTACOMUNICAZIONE. Os efeitos da pandemia no mercado publicitário no primeiro trimestre de 2020. Disponível em: <https://www.altacomunicazione.com.br/blog/noticias/os-efeitos-da-pandemia-no-mercado-publicitario-no-primeiro-trimestre-de-2020>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ANGELO E SILVA, Marcílio; ROAZZI, Antonio; SOUZA, Bruno Campello de. A Influência da Propaganda no Processo de Decisão de Compra do Adolescente Brasileiro. *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 12-27, ago. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472011000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 jun. 2021.

AQUINO, Estela M. L.; SILVEIRA, Ismael Henrique; PESCARINI, Julia Moreira; AQUINO, Rosana; SOUZA-FILHO, Jaime Almeida de; ROCHA, Aline dos Santos; FERREIRA, Andrea; VICTOR, Audêncio; TEIXEIRA, Camila; MACHADO, Daiane Borges. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 2423-2446, jun. 2020. *PapUNIFESP (SciELO)*. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>.

ARAUJO, Leonardo. Mercado publicitário brasileiro crescerá 8,9% em 2020. 2020. Propmark. Disponível em: <https://propmark.com.br/mercado/mercado-publicitario-brasileiro-crescera-89-em-2020/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

BRAGAGLIA, Ana Paula. Ética na Publicidade: por uma nova sociedade de consumo. 2017. *Éticadebolso*. Disponível em: <https://eticadebolso.com.br/etica-na-publicidade-por-uma-nova-sociedade-de-consumo/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CASAROTTO, Camila. Saiba o que é Publicidade, para que serve e como é a carreira do publicitário. 2019. *Rockcontent*. Disponível em: <https://rockcontent.com.br/blog/publicidade/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CENTRALDOFRANQUEADO. MCDONALD'S. 2021. Disponível em: <https://centraldofranqueado.com.br/franquias/mcdonalds/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

DANTAS, Guilherme. McDonald's também altera temporariamente seu logotipo por causa do Coronavírus. 2020. *DesignerD*. Disponível em: <https://www.designerd.com.br/mcdonalds-altera-logotipo-por-cao-do-coronavirus/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

DIGITAL, Convergência. Compras online crescem 35% no Brasil em 2019. 2019. Disponível em: <https://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&UserActiveTemplate=mobile%252Csite&infoid=52233&sid=4>.

Acesso em: 05 jun. 2021.

EXAME. McDonald's fecha salões de restaurantes e muda a logo no Brasil. 2020. Disponível em: <https://exame.com/marketing/mcdonald-fecha-saloes-de-restaurantes-no-brasil-a-partir-de-23-de-marco/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

FERNANDES, Ana Luiza Carnevalli; TASSO, Betânia Zambiazzi; FERNANDES, Franciele Guedes. A Influência da Propaganda sobre o Comportamento do Consumidor. 2014. 61f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Administração) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2014.

GERALDO, Graciela Cristina; MAINARDES, Emerson Wagner. Estudo sobre os fatores que afetam a intenção de compras online. Rege - Revista de Gestão, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 181-194, abr. 2017. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rege.2017.03.005>.

GLANCEY, Jonathan. A curiosa história por trás do logo mais famoso do mundo. 2017. BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cul-42204285>. Acesso em: 05 jun. 2021.

JARDINE, Alexandra. 10 tendências criativas intensificadas pela pandemia. 2020. Meioemensagem. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2020/04/16/10-tendencias-criativas-intensificadas-pela-pandemia.html>. Acesso em: 05 jun. 2021.

JULIO, Karina Balan. No Brasil, compra de mídia crescerá quase 9%. 2020. Meioemensagem. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2020/02/04/no-brasil-compra-de-midia-crescera-quase-9.html>. Acesso em: 05 jun. 2021.

LIVRE, Mercado. Tudo o que você precisa saber sobre o Mercado Livre. 2020. Disponível em: <https://www.mercadolivre.com.br/institucional/nos-comunicamos/noticia/tudo-sobre-o-mercado-livre/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

MCDONALD'S BRASIL. #CASQUINHAEMCASA. 2020. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fH1xhqjwjkQ&ab_channel=McDonald%27sBrasil. Acesso em: 05 jun. 2021.

MCDONALD'S BRASIL. CANUTASTY. 2019. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fwX_OqzFoIY&ab_channel=McDonald%27sBrasil. Acesso em: 05 jun. 2021.

MCDONALD'S BRASIL. MCOBRIGADO. 2020. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kFS0Jzf_4_o&ab_channel=McDonald%27sBrasil. Acesso em: 05 jun. 2021.

MEIOEMENSAGEM. Mercado Livre solta as mãos e muda logo. 2020. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2020/03/17/em-tempos-de-pandemia-mercado-livre-solta-as-maos-e-muda-logo.html>. Acesso em: 05 jun. 2021.

MERCADO LIVRE BRASIL. MELITO | MERCADO LIVRE. 2019. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ioZqdfQbrUY&ab_channel=MercadoLivreBrasil. Acesso em: 05 jun. 2021.

MERCADO LIVRE BRASIL. NATAL | MERCADO LIVRE - 45". 2020. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RsSb0_5D5R8&ab_channel=MercadoLivreBrasil. Acesso em: 05 jun. 2021.

MERCADOECONSUMO. Faturamento do e-commerce em 2019 tem alta de 22,7%. 2020. Disponível em: <https://mercadoeconsumo.com.br/2020/03/13/faturamento-do-e-commerce-em-2019-tem-alta-de-227/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

MERCADOECONSUMO. Mercado Livre faz parceria com grandes redes para retirada em lojas. 2018. Disponível em: <https://mercadoeconsumo.com.br/2018/08/08/mercado-livre-faz-parceria-com-grandes-redes-para-retirada-em-lojas/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

ORTIZ, Renato. A Escola de Frankfurt e a questão da cultura. Revista brasileira de ciências sociais, v. 1, n. 1, p. 43-65, 1986.

PEZZOTTI, Renato. Investimento em publicidade foi de R\$ 17,5 bi em 2019, aponta estudo. 2020. Uol. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/29/investimento-em-publicidade-foi-de-r-175-bi-em-2019-aponta-estudo.htm>. Acesso em: 05 jun. 2021.

POLITI, Cassio. Afinal, a comunicação corporativa participou da mudança do logo do MercadoLivre? 2020. Portal.comunique-se. Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/mudanca-de-logo-do-mercadolivre/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SERRA, J. Paulo. Manual de teoria da comunicação. Covilhã: Livros Labcom, v. 203, p. 93-101, 2007.

SOUZA, Diego de Oliveira. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 2469-2477, jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11532020>.

UOL. McDonald's faz 35 anos no Brasil; primeira lanchonete foi em Copacabana. 2014. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/02/13/mcdonalds-faz-aniversario-de-35-anos-no-brasil.htm>. Acesso em: 05 jun. 2021.

WOLF, Mauro. Mass media: contextos e paradigmas Novas tendências Efeitos a longo prazo O newsmaking. 1985.

Entrevista com a autora

Poderia falar um pouco sobre o seu curso?

O curso de Design na UFSC é uma jornada completa e prática em que exploramos tanto o design gráfico, sempre com um olhar crítico e comprometido com questões como acessibilidade e inclusão. Aprendemos a lidar com ferramentas e técnicas de design, além de desenvolver uma visão abrangente sobre como nosso trabalho pode impactar a sociedade. O curso incentiva projetos que vão da identidade visual ao UX/UI, preparando-nos para desafios reais do mercado e para contribuir com a comunidade ao redor.

Qual a relação do seu artigo com o PET?

Em meu artigo analiso como marcas adaptaram suas propagandas e logos durante a pandemia, com o objetivo de atender às novas demandas de mercado e conscientizar seus consumidores sobre os cuidados necessários. Essa reflexão dialoga diretamente com os valores do PET Conexões de Saberes, pois destaca a relevância da comunicação sensível e responsável diante de uma crise global. Além disso, a abordagem do artigo, que considera o impacto social da publicidade, está alinhada com o compromisso do PET de promover reflexões sobre práticas que gerem empatia e atendam às necessidades da comunidade.

Dentro do contexto do PET, que valoriza a pesquisa como forma de conectar conhecimentos teóricos e práticos para o bem comum, o artigo contribui ao estudar mudanças na comunicação visual e na identidade das marcas em resposta a desafios sociais. Isso vai ao encontro dos objetivos do programa, que incluem a formação de profissionais e pesquisadores conscientes do impacto do design e da comunicação na sociedade.

Capítulo

05

Contexto sobre fabricação digital
e sua aplicação na moda: relato
de experiência em fablab.





Designer, pesquisador, artista e costureiro. Atualmente desenvolve sua marca autoral de moda sustentável, onde reaproveita materiais descartados para criar roupas e acessórios. Realizou estágio acadêmico no laboratório PRONTO 3D – Laboratório de Prototipagem e Novas Tecnologias Orientadas ao 3D, onde desenvolve pesquisas relacionando moda e fabricação digital.

CONTEXTO SOBRE FABRICAÇÃO DIGITAL E SUA APLICAÇÃO NA MODA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM FABLAB.¹

*Por Ranieri
Prof. Dr. Israel de Alcântara Braglia*

Introdução

O uso das tecnologias de fabricação digital indica novos avanços que impactam diretamente nos processos industriais. Visto, que estamos vivendo em um momento de transição entre a terceira revolução industrial e a quarta revolução industrial, também conhecida como indústria 4.0. Implicando em grandes mudanças no modo de pensar, criar, produzir e comercializar produtos.

Com um olhar voltado para a indústria da moda percebemos a necessidade de desenvolver produtos cada vez mais inovadores tanto em termos estéticos quanto tecnológicos e principalmente sustentáveis. O uso da fabricação digital propõem uma direção alternativa à produção em série e à cultura de massa, apresentando possibilidades para uma produção mais inclusiva e sustentável.

O surgimento do movimento maker possibilitou a abertura de espaços alternativos, como a rede internacional de Fab Labs, que propõem um ambiente propício ao invento, favorecendo o compartilhamento de ideias, projetos e experiências, passando pelas mais diferentes áreas do conhecimento, inclusive, a aerea da moda.

Dessa forma, este capítulo apresenta uma introdução sobre a tecnologia de fabricação digital e as possibilidades de uso em produtos de moda, além de um relato de experiência realizado no Fab Lab Pronto 3D, laboratório de fabricação digital vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina.

¹Resultado de pesquisa realizada pelas graduandas durante o ano de 2022 no Programa de Educação Tutorial - PET Conexões de Saberes da Universidade Federal de Santa Catarina.

A evolução tecnológica

Ao iniciar este capítulo é importante entendermos as revoluções industriais e seus principais marcos para compreendermos o caminho que trilhamos até a indústria 4.0 que representa a grande revolução industrial atual.

Segundo o portal do sebrae, a primeira revolução industrial é datada entre 1760 a 1840 e teve como seu marco a substituição do sistema tradicional de produção artesanal pela produção mecanizada, com utilização da energia hidráulica à vapor em maquinários de produção e transporte de bens de consumo como em teares e as locomotivas das linhas férreas. A segunda revolução industrial, datada de 1870 a 1914, teve como seu marco a utilização da energia elétrica em larga escala em maquinários, que ocasionaram a formação de grandes linhas de produção e montagem, dando início a produção em massa, a padronização dos bens de consumo e sua aquisição por preços mais acessíveis. Na terceira revolução industrial, iniciada na década de 1950, é marcada por grandes avanços tecnológicos, onde estabeleceu a substituição da mecânica analógica pela digital, com a incorporação de sistemas eletrônicos e da tecnologia da informação nos processos de produção e gerenciamento das indústrias, dando início a uma fabricação automatizada de bens de consumo, sendo essas inovações a alavanca para a seguinte revolução. A quarta revolução industrial, também conhecida como indústria 4.0, é marcada pela confluência de praticamente todas as tecnologias existentes e que efetivamente estão transformando o mundo de uma forma geral. Como a aplicação de tecnologias de internet móvel, computação em nuvem, big data, automação, inteligência artificial, nanotecnologia, machine learning e internet das coisas, marcam uma tendência à automatização total dos processos de produção de bens de consumo. (portal sebrae, 2018)

Movimento maker

Maker é uma palavra em inglês que significa “fazedor”, no sentido de criador, realizador, fabricante. Com os avanços da indústria, o ser humano acabou perdendo o contato com as ferramentas de produção e as iniciativas de conhecer aquilo que é consumido. Entretanto, na dé-

cada de 50 nasce um movimento chamado “do it yourself” (faça você mesmo, em português) ou apenas DIY, movido por pessoas cansadas com a produção em massa dos artefatos. O movimento reflete em uma filosofia de vida em que o próprio indivíduo possa criar, customizar, construir, modificar ou adaptar qualquer coisa que seja do seu interesse ou necessidade.

Com o avanço da tecnologia, o DIY ganhou um novo significado com o surgimento do movimento Maker que propõe uma ideologia semelhante ao DIY mas com o diferencial de utilização de tecnologias da chamada indústria 4.0, como máquinas controladas por computador (CNC). (Silveira, 2016)

O movimento maker é uma extensão tecnológica da cultura do “Faça você mesmo”, que estimula as pessoas comuns a construir, modificarem, consertarem e fabricarem os próprios objetos, com as próprias mãos. Isso gera uma mudança na forma de pensar [...] Práticas de impressão 3D e 4D, cortadoras a laser, robótica, arduino, entre outras, incentivam uma abordagem criativa, interativa e proativa de aprendizagem em jovens e crianças, gerando um modelo mental de resolução de problemas do cotidiano. É o famoso “pôr a mão na massa” (SILVEIRA, 2016, p. 131).

Um aspecto importante do universo maker é o espaço físico, sendo famosos os laboratórios de fabricação digital onde estão disponíveis máquinas e ferramentas como impressoras 3D, cortadoras a laser, equipamentos e acessórios para desenvolver eletrônica. Nesse contexto, surgem os laboratórios chamados de “fablabs”, que vem formando uma nova comunidade de makers pelo mundo todo e para isso utilizam plataformas virtuais para compartilhar ideias, projetos, experiências e processos.

Laboratórios de fabricação digital (fablab)

Fab Lab vem da abreviação de “Fabrication Laboratory”. São espaços montados com equipamentos, máquinas e ferramentas que permitem a qualquer pessoa (designer ou não) materializar ideias e desenvolver produtos, partindo do princípio da troca de experiências e colaboração.

O conceito teve origem em 2001 no MIT (Massachusetts Institute of Technology) com o professor Neil Gershenfeld que administrava uma disciplina chamada “como fazer ‘quase’ tudo”, e disponibilizava equipamentos e ferramentas tanto para estudantes quanto profissionais para a realização da prototipagem e fabricação de produtos e ideias. Com o resultado positivo da disciplina, o MIT passou a criar mais unidades em outras universidades, usando do compartilhamento de conhecimento e equipamentos.

Atualmente, o FabLab se tornou uma comunidade internacional de laboratórios, interligados através de uma rede e espalhados pelo mundo todo, onde é possível trocar as experiências, processos e utilizar maquinário de outros Fab Labs, permitindo que a rede se alimente de soluções gerando uma força na comunidade maker.

O professor Gershenfeld (2012) destaca a importância desses laboratórios como espaço de aprendizagem e formação, além do espírito de cooperação entre os usuários. Segundo Eychenne e Neves (2013), por ter como objetivo a democratização ao acesso às ferramentas e máquinas, os Fab Labs devem ser abertos ao público de forma gratuita ou em troca de serviços, assim, um dos pontos principais de um Fab Lab é a sua abertura à comunidade.

Inicialmente todo Fab Lab deve possuir uma série de equipamentos básicos, softwares e grupo de recursos humanos, para poder fazer parte da rede internacional e usufruir dela, dentre esses equipamentos estão as máquinas CNC.

Máquinas CNC

Os maquinários utilizados para a fabricação Digital envolvem basicamente as tecnologias chamadas CNC (Controle Numérico Computadorizado) que são as máquinas que utilizam coordenadas traduzidas por programas de computador para construir os objetos criados pelos programas de modelagem. (Gershenfeld, 2012) (figura 01)



figura 1. máquinas controladas por computador (elaborado pelo autor)

Os equipamentos CNC utilizados para criação dos objetos podem ser divididos em duas linhas de fabricação, a fabricação aditiva, onde há a adição de material, como as impressoras 3D e fabricação subtrativa, que retiram material, como as máquinas fresadoras cnc e corte a laser. Para a realização deste estudo será tratado apenas das máquinas de impressão 3D e corte a laser.

Impressão 3D

Na fabricação aditiva, a peça é criada a partir de sobreposição de camadas de material. Essa tecnologia é conhecida como FDM (Fused Deposition Modeling), ou mais comumente como impressora 3D.

Para Uspo (2014 apud MONTEIRO, 2015), o processo da impressão tridimensional é semelhante à impressão de impressoras comuns, onde a tinta chega ao papel através de um cabeçote. Já na impressão 3D, a fabricação de produtos ocorre através de camadas de matéria-prima, que vão sendo montadas sucessivamente, sempre paralela a um plano de referência até que se obtenha o objeto completo. Portanto, para que a máquina possa imprimir o produto, é feito um desenho 3D em um

software de CAD como Rhinoceros, SolidWorks ou Blender, então o objeto é desenhado e transportado para a máquina, onde a mesma possa interpretar o projeto e imprimir o produto. (Figura 2)

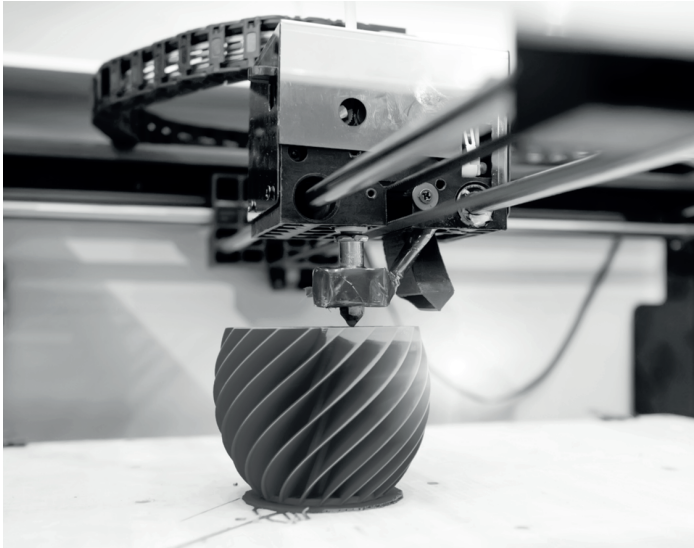


figura 2 - processo de impressão 3D por deposição FDM.

Segundo o site Simplyfly3d3, existem diversos materiais que podem ser usados na impressão 3D. Quase que semanalmente é divulgado um novo polímero, e essa inovação vem crescendo em ritmo acelerado. Para a realização do seguinte estudo foi utilizado o material PLA (Poliácido láctico) que é um dos materiais mais comumente usados, sendo de origem natural e biodegradável e TPU (Poliuretano termoplástico) mais conhecido por sua flexibilidade e elasticidade.

Corte a laser

A máquina de corte a Laser, é um equipamento CNC subtrativo, ou seja, que retira material da superfície trabalhada por meio de um feixe de luz de alta potência. Quando o laser atinge o material, ele é aquecido até o

ponto de derreter ou vaporizar completamente.

A máquina utiliza dados vindos de um arquivo digital para mover o laser em dois eixos(eixo X e eixo Y) assim, o foco do laser é direcionado ao material seguindo a geometria do desenho e dependendo da potência escolhida, é possível cortar, derreter ou gravar o material. (figura 3)

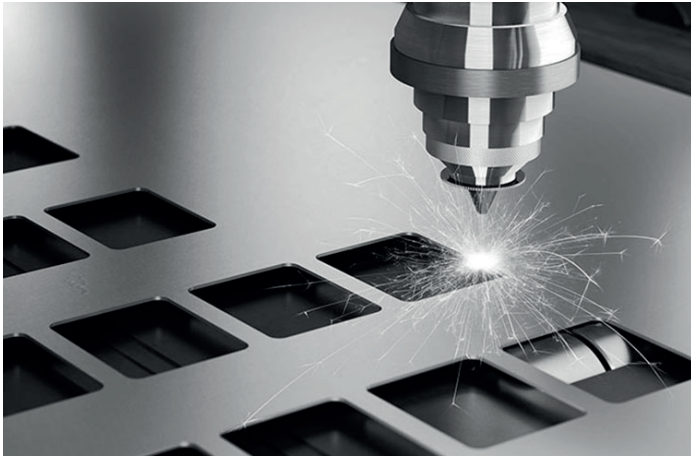


Figura 3 - processo de corte a laser de material

A máquina a laser permite cortar materiais orgânicos e inorgânicos, incluindo tecidos, acrílico e madeira. Essa tecnologia também é utilizada para envelhecer e criar rasgos em roupas denim, que é um processo muito mais sustentável do que os tradicionais.

Para preparar o arquivo, é possível utilizar programas vetoriais 2D, como adobe illustrator, Autocad ou corel Draw.

O uso da fabricação digital na moda

A utilização das tecnologias de fabricação digital na indústria da moda representa uma alternativa à produção massificada e padronizada dos

produtos do fast fashion. Pois seu uso promove uma produção mais personalizada, além de incluir o usuário no processo de produção, permitindo-o intervir no design final e na produção dos artefatos que adquirem. (Richardson, 2015; Bruno, 2016).

Conforme um estudo promovido pela ABIT, e pela ABDI, em que mostram as principais características da futura indústria da moda (nomeada confecção 4.0), e apontam que setor têxtil deverá se adaptar a estas novas tecnologias, alinhando-se ao conceito de produção distribuída, em que aproxima o produtor e consumidor final e possibilitando a personalização dos produtos; além da difusão de tecnologias mais sustentáveis, virtualização da produção e disseminação de mini fábricas automatizadas.

Muitos designers e marcas de moda já estão aplicando as tecnologias de fabricação digital em suas coleções, como a Israelense Danit Peleg, que em 2015 em seu projeto de conclusão de curso, desenvolveu a coleção Liberty Leading the People (Liberdade Liderando o Povo, em tradução literal) onde elaborou uma coleção inteira feita em impressora 3D doméstica e utilizando um filamento flexível. (FORGET... 2016).



Figura 4 - coleção Liberty Leading the People de Danit Peleg

Estudos do FabLab Barcelona também mostram que é possível utilizar a impressão 3D para criar estampas e texturas sobre o tecido. (Figura 5)



Figura 5 - impressão 3d sobre tecido

Segundo o site do projeto, foram realizados testes bem sucedidos com filamentos flexíveis e tecidos em viscose e lycra, enquanto tecidos sintéticos com superfície lisa ou malhas com trama mais aberta não apresentaram boa adesão. (Fab Textile, 2016a,b).

O uso da máquina de corte a laser também vem sendo muito utilizada na indústria têxtil, seja para cortar ou gravar tecido. A designer espanhola Maya Hansen, que é graduada pelo renomado centro superior de design de moda de Madrid. Apresentou em sua coleção outono/inverno de 2017 intitulada “korsetecture” diversas peças utilizando a técnica de corte a laser. (Figura 4)



Figura 4 - Coleção “Korsetecture” de Maya Hansen

Relato de experiência em fablab

A minha primeira experiência com a fabricação digital teve início no primeiro semestre de 2022, no FabLab Pronto 3D (laboratório de prototipagem e novas tecnologias orientadas ao 3D) vinculado ao curso de design da universidade federal de Santa Catarina, como acadêmico pelo estágio obrigatório do curso de design de produto.

O FabLab pronto 3d é formado por professores pesquisadores, alunos de graduação e de pós-graduação, participantes de programas de iniciação científica e similares. O laboratório consiste em um espaço de ensino, pesquisa e extensão na área da materialização da forma por meio de técnicas automatizadas, tais como impressão 3D, corte à laser e usinagem em máquinas CNC.

Ao longo de dois semestres foram realizados diversos experimentos utilizando as tecnologias de impressão 3D e corte a laser voltadas para a aplicabilidade em produtos de moda, relatados a seguir.

Experimentos com corte a laser

Para a realização dos seguintes ensaios, foi utilizado uma máquina de corte a laser da marca Due de 7W de potência. Para a realização do corte do material têxtil pela máquina a laser, foram desenvolvidos três arquivos digitais em vetor a partir do software illustrator, sendo eles: um padrão quadriculado, um padrão circular, e uma padrão com ângulos de 45°, conhecido como padrão “piet de coq”. Estes segmentos de retas e curvas serão codificados e reproduzidos pela cortadora. (figura 5)

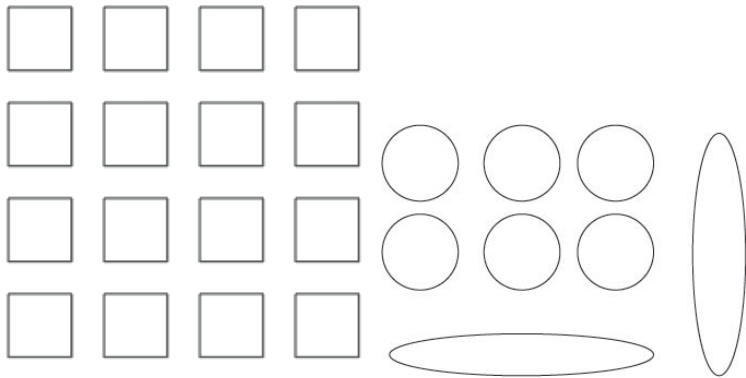


Figura 5 - Vetores para corte a laser

Os testes foram realizados em 4 composições diferentes de tecido, sendo: jeans (100% algodão), malha (100% algodão), gorgurão (60% algodão e 40% poliéster) e couro sintético (100% poliéster). Inicialmente buscou-se encontrar as potências e velocidades ideais da máquina a laser para realizar o corte em cada composição de tecido. (figura 6)

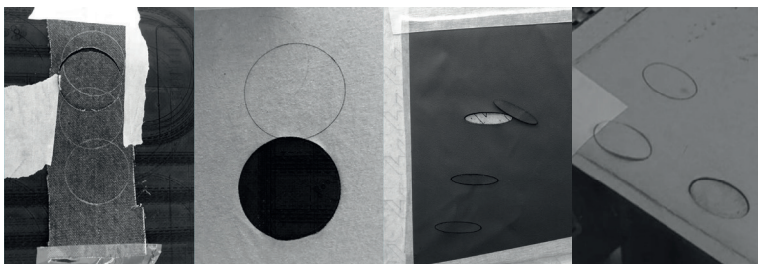


Figura 6 - teste de velocidade e potência do laser em cada tipo de tecido

Os cortes foram analisados verificando a resistência do tecido ao calor e com isso foi possível chegar nos seguintes resultados para os recortes:

tecido	velocidade	potência	composição
Jeans	10	100	100% Algodão
Malha	30	100	100% Algodão
Couro	40	100	100% Poliéster
Gorgurão	10	100	60% Algodão e 40% poliéster

Quadro 1 - parâmetros de corte a laser em distintas composições de tecidos

Com os parâmetros de velocidade e potências definidas para cada composição de tecido, as amostras foram submetidas ao corte a laser com a finalidade de analisar a mudança de caimento e a resistência sofrida pelos tecidos, conforme a sua composição.

Apos a realização dos recortes a laser as amostras foram lavadas a fim de analisar seu comportamento e um dado importante que esse experimento possibilitou foi a conclusão de que os tecidos com composição natural (jeans e malha) não sofrem derretimento do contorno, o que faz com que os fios que compõem o tecido ficassem soltos, sem resistência e se deformando. (figura 7 e 8)

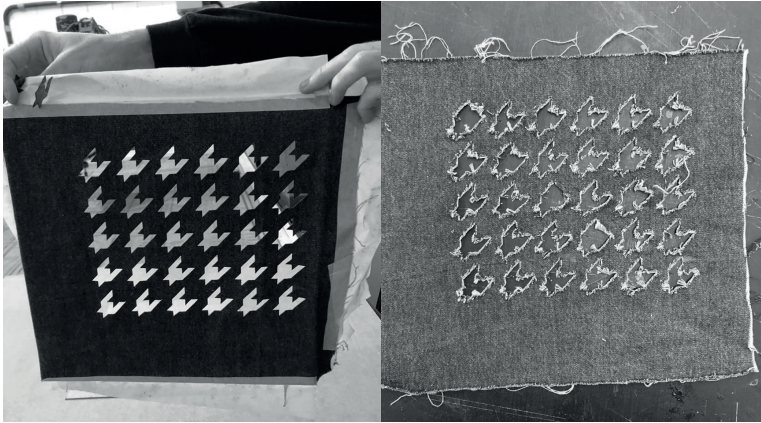


Figura 7 - à esquerda, tecido em jeans com composição 100% algodão logo após o corte a laser e à direita o mesmo tecido após lavado.

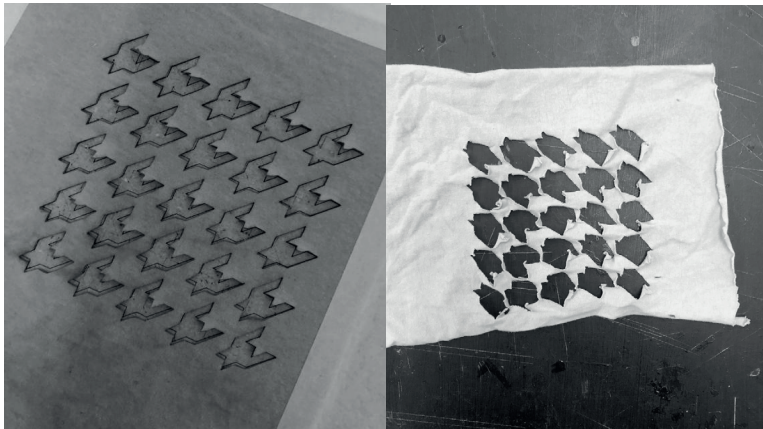


Figura 8 - à esquerda, tecido em malha com composição 100% algodão logo após o corte a laser e a direita o mesmo tecido após lavado.

Assim, percebeu-se a impossibilidade de trabalhar com o corte a laser, em um projeto com tecidos 100% naturais.

Já os tecidos com composição sintética, como gorgurao (60% Algodão e 40% poliéster) e couro sintético (100% poliéster) observou-se que por possuírem fibras sintéticas em sua composição resultou em uma melhor resistência da superfície após o corte e o tecido se manteve mesmo após lavado. (figura 9)

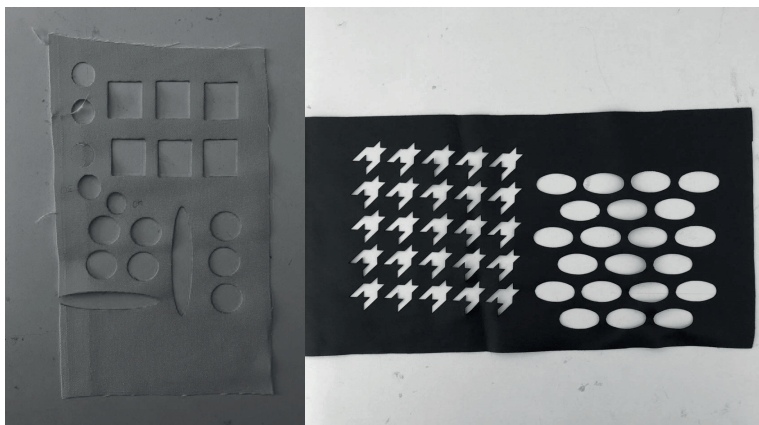


Figura 9 - à esquerda, tecido gorgurão com composição mista (60% Algodão e 40% poliéster) e à direita tecido couro sintético (100% poliéster)

Com os resultados obtidos pelos ensaios, foi desenvolvido alguns produtos autorais, como um colete feito a partir de recortes a laser de padrões “pied de coq” em couro sintético e unidos a partir de ilhoses de metal e correntes. (figura 9)



Figura 9 - colete elaborado pelo autor com recortes a laser de padrões “pied de coq” em tecido sintético.

Um segundo produto foi desenvolvido, utilizando o tecido com composição mista (gorgurão), onde foram desenvolvidos chapéus com estampas recortadas a laser. Primeiramente foi elaborado o desenho em vetor

do molde do chapéu com a estampa inserida dentro desse molde para serem feitos os recortes a laser. (figura 10)

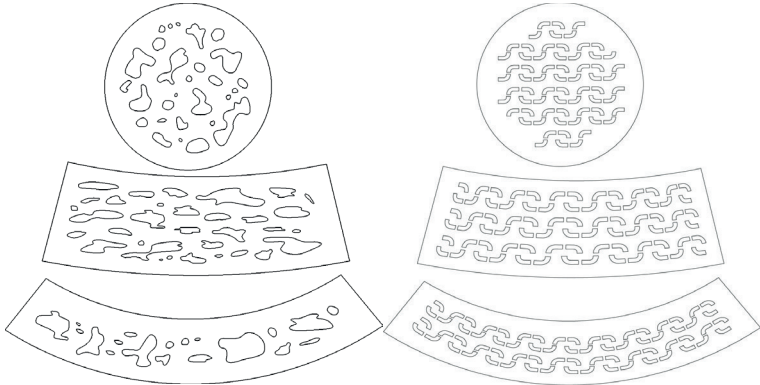


Figura 10 - Vetores com estampas no formato do chapéu para recorte a laser.

Após a máquina a laser realizar os recortes, os pedaços foram costurados junto a um tecido de sarja 100% algodão para a parte interna do chapéu. (figura 11)

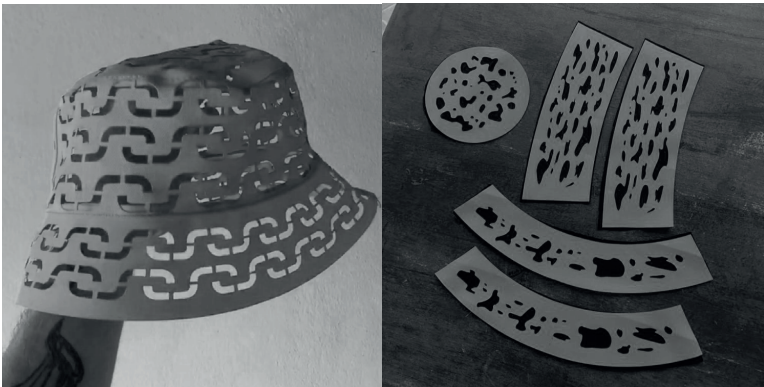


Figura 11 - processo de confecção dos chapéus com recortes a laser.

A peça desenvolvida (protótipo), foi possível a partir da junção do processo de fabricação digital e processos de fabricação manual como a modelagem, corte e costura elaborado pelo autor. (figura 12)



Figura 12 - Resultado final chapéus com recortes a laser

Experimentos em impressão 3D

Para os seguintes experimentos foram utilizados os materiais mais comuns na impressão 3D, o PLA e TPU. O PLA foi utilizado em virtude de sua disponibilidade no laboratório Pronto 3D e das suas características biodegradáveis, conforme descrito no item 4.1.1, enquanto o TPU foi utilizado por apresentar flexibilidade, característica desejável aos produtos vestíveis.

Para o primeiro ensaio, foi testado a impressão de uma modelagem disponibilizada pelo site Thingiverse, que é uma plataforma criada pela empresa MakerBot com o objetivo de construir uma comunidade de Design para descobrir, criar e compartilhar itens impressos em 3D (MAKERBOT, 2019). (figura 13)

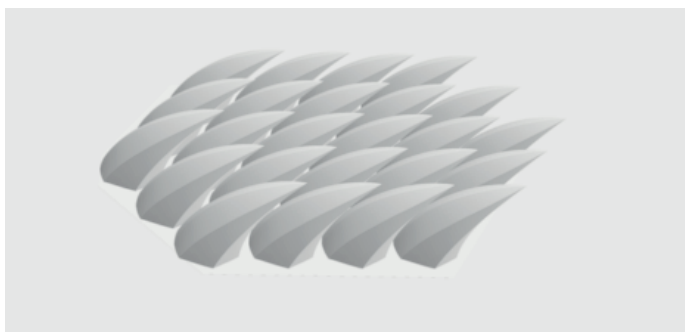


Figura 13 - modelagem 3d da estrutura

Para o seguinte ensaio foi utilizado a impressora Sethi3 da marca 3d Lab. Inicialmente foram feitas 2 camadas sobre a mesa de impressão, logo após a máquina foi pausada e um tecido de tule foi posto sobre a mesa. Este tecido possibilita que as duas primeiras camadas se unam com as seguintes camadas por conta dos “furos” que possui. Assim, após a inserção do tecido, foi dado continuidade a impressão. O processo levou cerca de 4 horas para ser realizado. (figura 13)

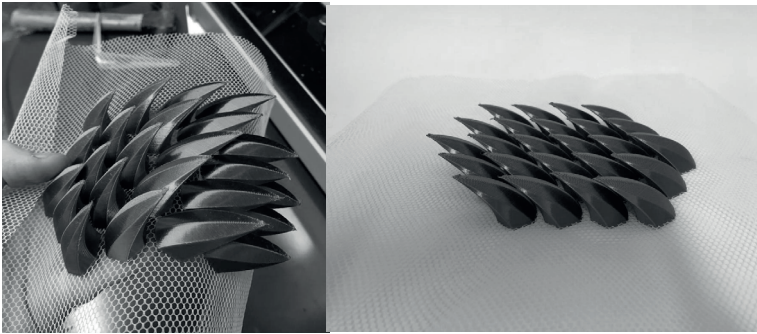


Figura 13 - modelagem 3d de padrões de garras e impressão sobre tecido tule

Um segundo ensaio foi elaborado a fim de verificar a impressão 3D sobre um tecido também de tule, porém, com suas tramas mais fechadas.

Foi desenvolvida uma modelagem com padrões hexagonais, e a impressão seguiu o mesmo processo do experimento anterior. (Figura 14 e 15)

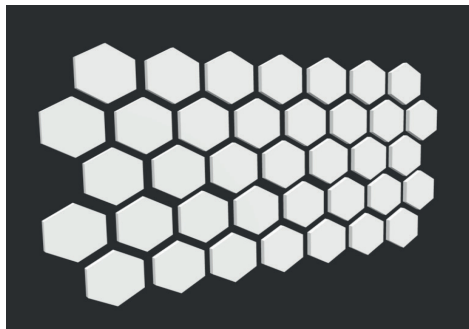


Figura 14 - modelagem 3d de padrões hexagonais

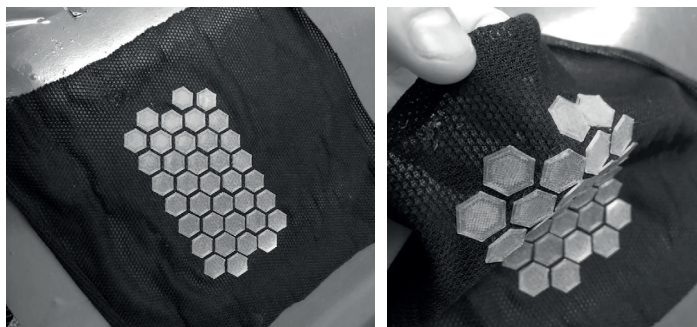


Figura 15 - impressão 3d sobre tecido

O experimento serviu para compreender melhor os parâmetros de impressão e as características do material e seu acabamento final sobre o tecido. resultando em uma superfície com bom acabamento, agradável ao toque e mantendo a maleabilidade do tecido, mostrando ser possível a impressão 3D sob superfícies têxteis e sua utilização em produtos de moda.

Ainda utilizando o material PLA, um terceiro experimento foi realizado para impressão de uma malha baseada em módulos que se interligam. A estrutura tridimensional foi criada pelo designer Agustin Flowalistik e está disponibilizada no site Thingiverse. (figura 15)

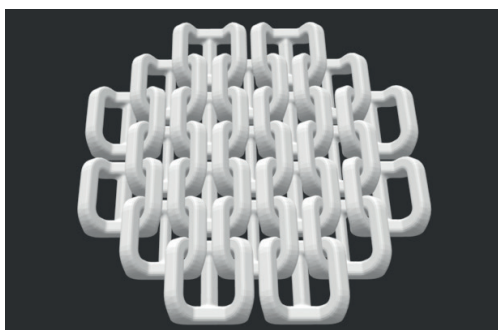


figura 15 - Vista superior e perspectiva da modelagem 3D da malha

Cada módulo que compõe a estrutura constitui-se em um quadrado de 12 mm com altura de 4 mm. A amostra final consistiu em um pequeno quadrado de 6 cm. (figura 16)

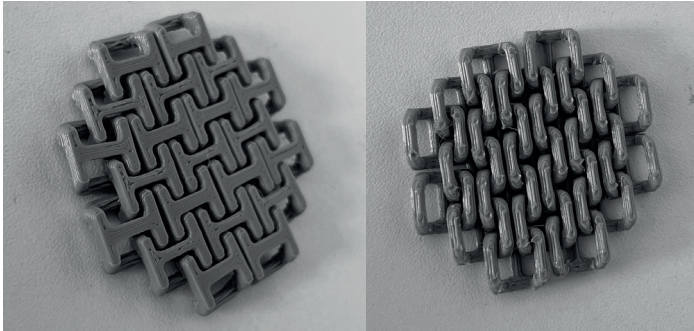


Figura 16 - malha baseada em módulos que se interligam impressa em material PLA

A impressão levou cerca de três horas para ser realizada e resultou em uma pequena amostra com boas características de caimento e maleabilidade, porém por ser impressa com filamento rígido (PLA) o ensaio se mostrou desconfortável ao contato com a pele, portanto percebeu-se a impossibilidade de trabalhar com PLA em projetos de criação de malhas com a finalidade de criar roupas inteiras.

No terceiro ensaio, foi testada a impressão 3D utilizando o filamento flexível TPU, a fim de observar sua resistência e maleabilidade. Com isso, foi elaborado modelagens a partir do software Rhinoceros de estruturas diversas. Sendo a primeira, uma estrutura quadriculada impressa em duas espessuras diferentes: 06mm e 1.6mm. (figura 17)

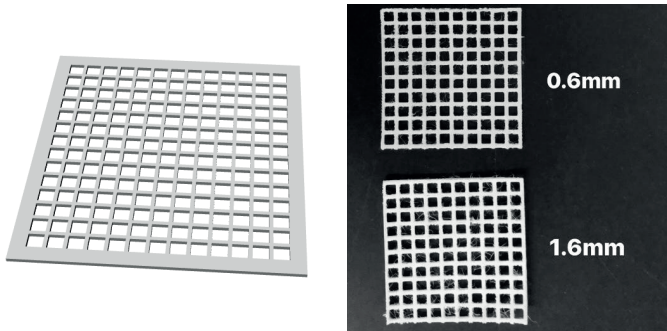


Figura 17 - Modelagem 3D e estruturas após impressão

Ambas estruturas obtiveram um resultado bastante positivo, entretanto observou-se que a estrutura com 0,6mm resultou em uma maior maleabilidade e manteve uma boa resistência.

Com o mesmo filamento foi desenvolvido uma nova modelagem e impressão de um padrão “pied de coq” com 1mm de espessura, onde obteve-se uma estrutura bastante forte, flexível e uma textura emborrachada agradável ao toque. (figura 13)

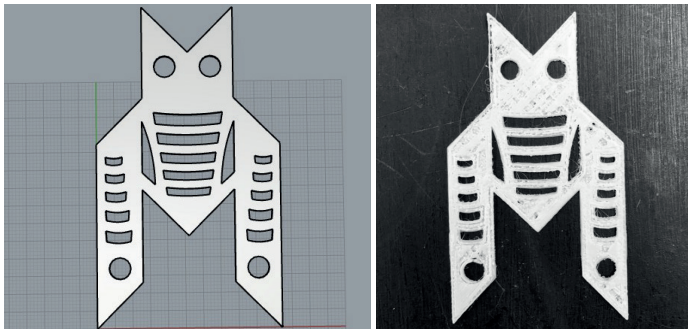


Figura 13 - Modelagem e impressão 3D do padrão “pied de coq”.

Para o seguinte experimento, ainda utilizando filamento TPU, foi testado a impressão de outras 2 superfícies. A modelagem foi desenvolvida pelo autor através do software rhinoceros, sendo uma simulando o desenho de uma pele de cobra e outra de um padrão Voronoi. As estruturas

foram impressas com 1mm de espessura e obteve-se um resultado bastante satisfatório, com uma boa resistência e maleabilidade. (figura 14)

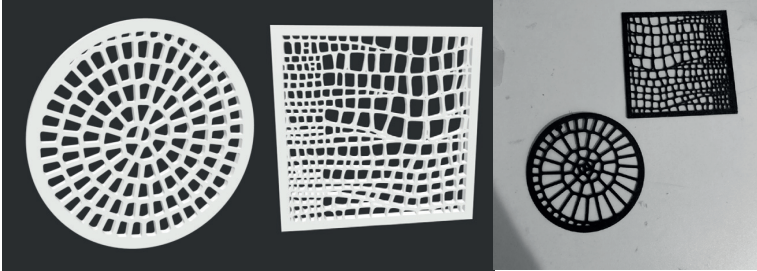


Figura 14 - Modelagem das estruturas e resultado final impresso em 3D

A partir do experimento, foi feita uma aplicação das impressões 3D, sendo utilizadas como um “aplique” em uma camiseta criando um relevo na peça e texturização. A peça desenvolvida (protótipo), apresentado abaixo, foi possível a partir da junção do processo de fabricação digital e processos de fabricação manual como a modelagem, corte e costura elaborado pelo autor (figura 15).

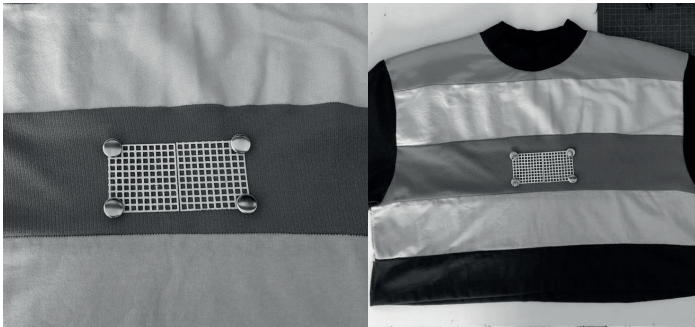


Figura 15 - Resultado da aplicação das estruturas em uma peça de vestuário.

Conclusão

As tecnologias de fabricação digital representam uma inovação fundamental na indústria da moda 4.0, com o potencial de transformar fundamentalmente a dinâmica entre designers, fabricantes e consumidores. Ao favorecer a produção personalizada e em pequena escala, a introdução da impressão 3D na moda inaugura uma nova era no setor, desafiando a cultura de consumo em massa e capacitando indivíduos a serem os criadores de suas próprias peças de moda inclusiva e personalizada.

Além disso, a pesquisa identificou conceitos interdisciplinares, como o movimento Maker e o “Faça Você Mesmo” (DIY), que permitem uma exploração mais profunda da interseção entre moda e fabricação digital. A promoção de espaços colaborativos, como os fablabs, cria um ambiente propício à inovação tecnológica, permitindo que um número cada vez maior de pessoas se torne criador de suas próprias necessidades na moda.

Por fim, os experimentos realizados no FabLab pronto 3D foram essenciais para a aquisição de um conhecimento prático valioso sobre a operação das máquinas de fabricação digital, produzindo resultados altamente satisfatórios que podem servir como referência para futuros projetos e pesquisas no campo da moda e da tecnologia de fabricação digital.

Referências

ABDI; FUNDAÇÃO CERTI. Conceituação da Empresa de Confeção do Futuro Florianópolis: 2015. Relatório técnico. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Conceituação da Empresa de Confeção do Futuro.pdf> . Acesso em: 20 Ago. 2023.

ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção. Agenda de Prioridades Têxtil e Confeção – 2015/2018. São Paulo, 19p., 2014.

BRUNO, FS. A Quarta Revolução Industrial do Setor Têxtil e de Confeção: a Visão de Futuro para 2030. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

BRUNO, FS; PIMENTEL, F. Confeção 4.0: uma visão para o futuro do setor têxtil e de confecção Brasileiro. In: MENDES, F. D. (Org.). Educação de moda para o futuro: desenvolvimento sustentável nas dimensões social, econômica, ambiental, cultural e geográfica. São Paulo: EACH/USP, 2017. p. 131-137.

EYCHENNE, Fabien; NEVES, Heloisa. Fab Lab: A Vanguarda da Nova Revolução Industrial. São Paulo: Fab Lab Brasil, 2013.

FORGET Shopping. Soon You'll Download Your New Clothes | Danit Peleg | TED Talks. Nova Iorque: Ted, 2016. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w1oKe8OaPbk>. Acesso em: 2 ago. 2023

GERSHENFELD, Neil. How to Make Almost Anything The Digital Fabrication Revolution. EUA: Foreign Affairs, 2012.

MAKERBOT. Thingiverse. Disponível em: <<https://www.thingiverse.com>>. Acesso em: 19 Ago. 2023.

MATERIALS GUIDE. Simplify3D. Disponível em: <<https://www.simplify3d.com/support/materials-guide/mplify3D>>. Acesso em: 08 de Ago. de 2023.

MONTEIRO, Marco Túlio Ferreira. A impressão 3d no meio produtivo e o design [manuscrito]: um estudo na fabricação de joias / Marco Túlio Ferreira Monteiro. - 2015. 129 f.: il. color. graf. tabs.; 31 cm. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Design.

SEBRAE, Portal. Indústria 4.0: a moda a caminho do futuro. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Industria%204_0%20-%20WEB.PDF. Acesso em: 08 ago. 2023.

SILVEIRA, Fábio. Design & Educação: novas abordagens. p. 116-131. In: MEGIDDO, Victor Falasca (Org.). A Revolução do Design: conexões para o século XXI. São Paulo: Editora Gente, 2016.

RICHARDSON, M. Pre-hacked: Open Design and the democratisation of product development. *New Media and Society*, v. 18, n. 4, p. 653–666, 2015.

Entrevista com a autora

Poderia falar um pouco sobre o seu curso?

O curso de design de produto na ufsc faz parte do departamento de expressão gráfica do centro de comunicação e expressão da UFSC. O curso oferece uma formação multidisciplinar, que combina conhecimentos nas áreas de design, ergonomia, materiais, processos de fabricação, sustentabilidade e tecnologia.

A grade curricular do curso abrange disciplinas teóricas e práticas, com enfoque no desenvolvimento de produtos que atendam às necessidades de mercado e às demandas da sociedade.

O curso também estimula a realização de projetos autorais, incentivando os estudantes a explorar seus interesses em laboratórios e por meio de iniciativas de estágios, pesquisa e extensão. Possibilitando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso em projetos reais.

Qual a relação do seu artigo com o PET?

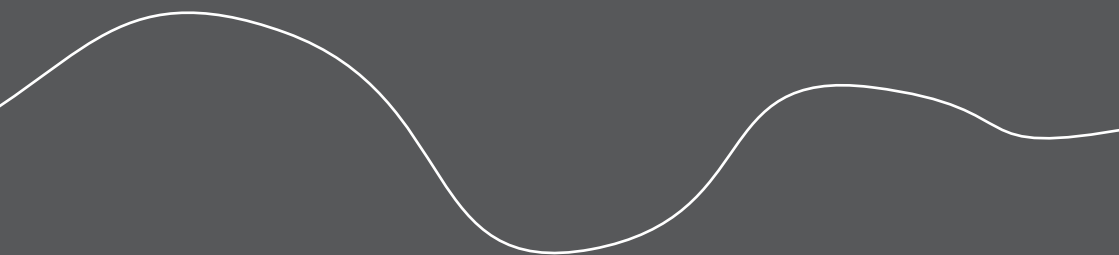
O artigo presente neste livro é resultado de uma pesquisa realizada no laboratório PRONTO 3D (laboratório de prototipagem e novas tecnologias orientadas ao 3D) vinculado ao curso de design de produto. A pesquisa focou na utilização de tecnologias de fabricação digital, como a impressão 3D e o corte a laser aplicados a produtos de moda.

O programa PET foi fundamental para proporcionar ao estudante a oportunidade de conduzir essas pesquisas ao longo de sua graduação. O uso dessas tecnologias foi também tema central de seu Trabalho de Conclusão de Curso, o qual alcançou destaque ao ser finalista no concurso “Sou de Algodão + Casa de Criadores 2024”.

Capítulo

06

Imigração no Brasil: O descaso
do Estado, a atuação essencial
de ONGS e os limites da
Assistência Social.





Sou Narah Paula Soares, tenho 47 anos e, após muitos anos dedicados ao trabalho e à família, decidi voltar aos estudos, ingressando na UFSC no curso de serviço social em 2019 e concluído à duras penas no final de 2023. Sou profundamente apaixonada por essa área, e o estágio que iniciei na quinta fase do curso foi um ponto de virada na minha jornada acadêmica.

IMIGRAÇÃO NO BRASIL: O DESCASO DO ESTADO, A ATUAÇÃO ESSENCIAL DE ONGS E OS LIMITES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

*Por Narah Paula da Silva Soares
Prof. Dr. Israel de Alcântara Braglia*

Antes de me tornar estudante de graduação em Serviço Social, não tinha a dimensão de todas as questões que abarcam o deslocamento de um imigrante para se estabelecer em outro país.

Falando especificamente da cidade de Florianópolis, descobri durante o primeiro estágio obrigatório que a maioria dos imigrantes que chegam atualmente à cidade são haitianos e venezuelanos e foi para atender este público que ONGs e instituições se uniram para a realização de um mutirão de regularização de pré - documentação de imigrantes e refugiados vindos destes países. A SDS - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de SC, local onde realizo estágio, foi convidada a participar desta ação, da qual falarei um pouco mais posteriormente.

Segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMi-gra), entre 2011 e 2020, já existiam 1,3 milhão de imigrantes e refugiados residindo no país, liderados por venezuelanos e haitianos.

A imigração e o refúgio são temas complexos e que devem ser interpretados muito além de uma escolha individual de sair de seu território em busca de melhores condições de vida. Na verdade, expressam particularidades de classe, gênero, etnia e religião e estão inscritos nas alterações da geopolítica mundial.

Por diversas razões, mas, principalmente, políticas e econômicas, esses indivíduos necessitam abandonar seus países de origem e se lançar em uma jornada perigosa e incerta, onde a maioria enfrenta situações de vulnerabilidade, nesse sentido, a atuação da política de Assistência Social é fundamental.

Apesar de existir uma rede socioassistencial que presta atendimento e acompanhamento aos imigrantes de forma similar ao que é prestado aos usuários brasileiros, existem muitas barreiras que dificultam o pleno acesso aos direitos, como o atendimento que contemple as especificidades da origem e cultura dos imigrantes, o que acarreta em muitos casos em segregação ou discriminação, além da barreira linguística.

Cabe ressaltar que o preconceito é um dos maiores entraves enfrentados pelos imigrantes. O fluxo migratório está inserido como um dos principais mecanismos de reprodução da acumulação de capitais e agrava o fenômeno à medida que a crise do capital se acentua, gerando grande parcela de exército de reserva duramente explorado como mão de obra mal remunerada e fortemente atingida pelo preconceito de classe, pois, a xenofobia contra imigrantes, assim como outras ideologias burguesas, é alimentada e incentivada pelo sistema capitalista e compõe um dos pilares da política de exclusão e segregação de grupos vulneráveis.

Sobre a influência de estereótipos e preconceitos, forma-se a crença equivocada de que, potencialmente, grupos vindos de países desenvolvidos representam progresso, enquanto aqueles vindos de países que enfrentam conflitos sociopolíticos representam ameaças.

Imigrantes provenientes do Sul Global, como senegaleses, congolese, angolanos, haitianos e venezuelanos, entre outros, são os que mais sofrem episódios de racismo e xenofobia, que muito se reproduzem no cotidiano devido à ausência de políticas públicas voltadas ao combate a essas práticas, sobretudo no atual governo, que parece não ter interesse em lutar contra as intolerâncias enraizadas em nossa sociedade e segue na contramão da luta pela garantia dos direitos à vida, dignidade e liberdade.

Para além dos impedimentos jurídicos que dificultam a equidade do trabalhador imigrante, a questão social, étnica, linguística, cultural entre outras formas de segregação, permeiam a questão.

Ainda que o Brasil seja um país diverso e um dos mais miscigenados do mundo, há uma realidade impregnada de preconceitos, os quais existem de modo camuflado em alguns aspectos, pois, os brasileiros vivem um

paradigma arcaico, ainda herança do período colonial, o que gera conflitos advindos dessa estrutura que naturaliza o desrespeito às minorias.

Nesse sentido, afirma-se que,

Tais preconceitos dificultam a inserção e a permanência dos/as migrantes e atingem diretamente as ações dos/as assistentes sociais voltadas para as demandas sociais dessa população. Em outras palavras, obstaculizam ações que de fato reconheçam a liberdade associada à ampliação e consolidação da cidadania, a defesa do aprofundamento da democracia e a opção por um projeto profissional que se some às lutas pela construção de um projeto societário alternativo ao capitalismo. (CFESS. 2016, P. 8).

Como categoria que atua na condição de representante do estado, ainda que dispondo de autonomia relativa, os/as Assistentes Sociais têm muito a contribuir na questão da imigração, através de uma intervenção qualificada que dê visibilidade ao conjunto de dificuldades que negam aos/às imigrantes acesso aos direitos básicos como trabalho, saúde, educação, moradia, etc.

De acordo com Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), enquanto profissionais que atuam norteados por um projeto ético-político que prioriza a emancipação dos sujeitos, liberdade e não discriminação, temos o dever de compreender criticamente o fenômeno migratório como decorrente da organização social do trabalho no modo de produção capitalista, portanto, cabe ao/à assistente social:

- tensionar e direcionar o seu campo de atuação para o âmbito dos direitos sociais, ultrapassando a cultura assistencialista dos espaços sócio-ocupacionais;
- contribuir na formulação de políticas públicas que incorporem as demandas dos/as imigrantes e refugiados/as e garantir a efetivação dos programas sociais no âmbito da seguridade social;
- denunciar as condições de vida a que estão submetidos/as;

- participar de articulações políticas junto a movimentos sociais de trabalhadores/as que pressionem e defendam a proposta dos direitos dos/as imigrantes e refugiados/as.

No que tange à participação do Serviço Social na recepção ao/à imigrante logo no primeiro momento em que chega ao país, ainda não existe a inserção desses profissionais nessa etapa do atendimento, pois, o controle migratório internacional no país é atribuído somente à Polícia Federal.

Mesmo com a implantação da Operação Acolhida, criada pelo Governo Federal em 2018 com o objetivo de realizar o acolhimento a essas pessoas e tendo como principal pilar a estratégia de interiorização, ainda persiste o modelo militarizado de enfrentamento da problemática, uma vez que somente o Exército atua na gestão da resposta humanitária à recepção dos imigrantes, demonstrando a falta de interesse do governo em articular com diversos profissionais que possuem competência e expertise para o correto atendimento dessa população, em todas as dimensões que a chegada em um novo país demandam.

Essa condição demonstra que no Brasil, a imigração e o refúgio são tratados na esfera da segurança e não dos direitos humanos.

Sabe-se que a burocratização da documentação, ainda que com os avanços da legislação migratória, existe com o intuito de controlar o ingresso e a permanência de imigrantes no território nacional, além de significar um processo dispendioso. A Lei de Migração determina que não sejam cobradas taxas e emolumentos consulares aos indivíduos que se julguem fazer parte de grupos vulneráveis e que não reúnam recursos financeiros, mas que desejam obter documentos ou regularização da situação migratória, conforme § 3º, do artigo 113 (BRASIL, 2017b).

O direito de ir e vir, trabalhar ou se estabelecer em um país estrangeiro são preliminares do direito à igualdade, independentemente de estarem legais ou não no país e a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu preâmbulo, traz esta previsão, salientando o repúdio ao preconceito. É de suma importância construir uma política de imigração com base nos direitos humanos e comprometida em analisar a questão dos imigrantes irregulares, justamente os que mais precisam dessa proteção do Estado.

É justamente por conta desta lacuna do Estado em relação aos processos migratórios, que várias ONGS e instituições que desenvolvem ações humanitárias destinadas à migrantes e refugiados, passaram a ter o protagonismo no acolhimento aos mesmos no Brasil e ainda que não possuam como foco o combate às desigualdades de raça, atuam de forma a assegurar condições dignas para os que chegam aqui se manter no território.

Diante desta realidade, é pertinente voltar a falar do mutirão de pré - documentação comentado no início deste artigo e no qual participei como voluntária, o objetivo era prestar atendimento à imigrantes haitianos e venezuelanos residentes em Florianópolis, com a finalidade de atuar em uma temática de extrema importância na vida destes sujeitos já tão fragilizados, que é a regularização de documentos, pois, trata-se efetivamente do primeiro passo para garantir os direitos civis, sociais, econômicos e culturais dessa população.

A ação tratou-se de um projeto piloto em Florianópolis, organizado pela Agência da ONU para as Migrações (OIM), ONG Círculos de Hospitalidade e Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR), Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), AVSI Brasil, Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina e Serviço Pastoral dos Migrantes de Santa Catarina (SPM) e para reforçar o atendimento, o mutirão, contou com o apoio de outras instituições e voluntários interessados, que após participarem de treinamento, inclusive com participação da Polícia Federal, realizaram o atendimento de 107 pessoas que precisavam emitir documentos de residência ou protocolo de refúgio pela primeira vez ou renová-los. (ver fotos em anexo).

A expectativa é de acelerar os pedidos de autorização de residência e de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado, processos bastante morosos por conta de serem concentrados somente na Polícia Federal.

Importa salientar, mais uma vez, que as instituições e Organizações não Governamentais (ONGS) são as que mais se mobilizam para atender estes sujeitos e viabilizar o atendimento de suas principais urgências e a questão documental é uma delas, como tema sensível às migrações internacionais, por ser a maior causa de exclusão dos imigrantes. Nota-se que as ações consideradas infracionais estão relacionadas, direta

ou indiretamente a esta irregularidade e são puníveis com repatriação, deportação e expulsão do imigrante indocumentado.

Segundo levantamento feito pela Defensoria Pública da União (DPU) de 24 a 28 de fevereiro deste ano, 99% dos imigrantes enfrentam dificuldades ao tentar agendamento junto à Polícia Federal para solicitar a regularização de documentos.

A pesquisa foi feita por meio de formulário online e captou 1.264 respostas de imigrantes, residentes em 20 das 27 unidades da federação. As cidades que apresentam maior dificuldade para obter horários são Manaus (AM), Chapecó (SC), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC). Os venezuelanos representam a maioria das pessoas que responderam o formulário.

Isto posto, destaco que a dinâmica da crise estrutural do capitalismo tem revelado os limites de reprodução do capital em face do empobrecimento da classe trabalhadora, assiste-se na contemporaneidade ao maior fluxo migratório da história desde a Segunda Guerra Mundial. Não se trata apenas de motivações pessoais como emprego, cultura, facilidade com o idioma, ou o crescimento econômico de alguns países, mas sim das guerras, perseguições, fome e crises econômicas. Tal dinâmica nos ajuda a compreender a dialética capitalista e nos desafia como profissionais do Serviço Social a debater junto à sociedade a problemática migratória, resistindo através da luta incessante contra a exploração e o preconceito com imigrantes, como parte da luta geral de todos os trabalhadores e trabalhadoras, da qual estamos comprometidos.

Referências

Chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno05-Xenofobia-Site.pdf. Acesso em 26 de agosto de 2022.

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMi-gra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2022.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/08/intolerancia-e-falta-de-politicas-estimulam-violencia-contra-imigrantes-aponta-debate>. Acesso em 30 de outubro de 2022.

<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2018/A-militariza%C3%A7%C3%A3o-da-acolhida-humanit%C3%A1ria-no-Brasil-%C3%A9-um-erro>. Acesso em 31 de outubro de 2022.

Anexo

Mutirão de pré-documentação para imigrantes e refugiados haitianos e venezuelanos

No espaço Pró-cidadão, Centro de Florianópolis.

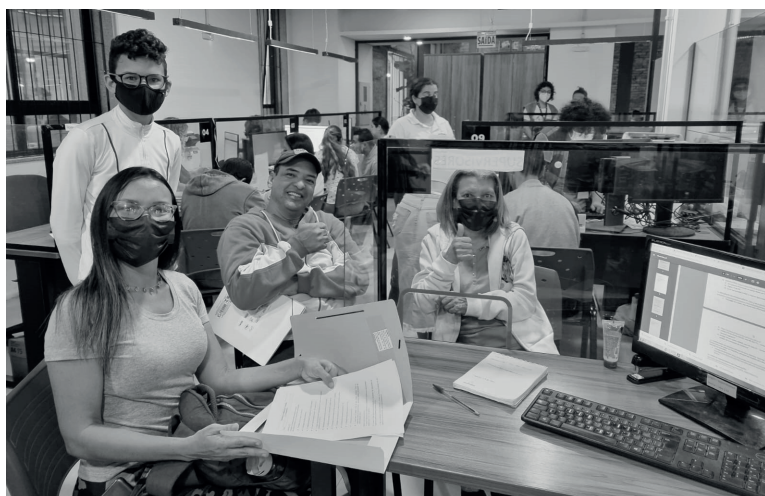
















Entrevista com a autora

Poderia falar um pouco sobre o seu curso?

A pesquisa é indispensável no serviço social, pois permite que o profissional explore, analise e compreenda as diferentes realidades sociais, construindo um entendimento aprofundado das dinâmicas sociais, das políticas públicas e das demandas das populações atendidas. Ao investigar temas como pobreza, exclusão, saúde pública e educação, o assistente social contribui para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e estratégias de intervenção mais apropriadas.

A extensão, por sua vez, viabiliza a interação entre o conhecimento acadêmico e as demandas concretas da comunidade, dessa maneira, por meio do PET Conexão de Saberes tive a oportunidade de participar de atividades que ampliaram minha compreensão da relação entre universidade e sociedade. Tanto a pesquisa quanto a extensão me permitiram, enquanto estudante, conciliar o conhecimento teórico com a prática profissional. Em resumo, a experiência no PET Conexão de Saberes despertou em mim um olhar mais transformador, aprimorando minha habilidade de atuar em diversas realidades e em alinhamento com os princípios e valores da profissão, o que foi essencial para a construção da minha identidade como assistente social comprometida com a resistência e a luta da classe trabalhadora.

Qual a relação do seu artigo com o PET?

Ao ingressar na Diretoria de Direitos Humanos da Secretaria de Assistência Social de Santa Catarina, recebi um convite para atuar como voluntária em um mutirão de regularização de documentos para imigrantes haitianos e venezuelanos que vivem em Florianópolis.

A regularização documental de imigrantes no Brasil é um processo lento e complexo, que impacta profundamente a vida dessas pessoas, restringindo o acesso a serviços básicos, oportunidades de trabalho formal e direitos essenciais. A emissão de documentos como o Registro Na-

cional Migratório (RNM) e a Carteira de Trabalho envolve uma grande burocracia, e, frequentemente, os imigrantes precisam aguardar meses para obter respostas, dificultando sua entrada no mercado de trabalho e o acesso a recursos essenciais.


Diante dessas dificuldades, o serviço social, em conjunto com organizações governamentais e não governamentais, cumpre um papel crucial, ajudando a assegurar que os imigrantes tenham suas necessidades atendidas e possam exercer seus direitos básicos, promovendo sua integração à sociedade. O mutirão ocorreu no mesmo período em que iniciei no PET Conexão de Saberes, e, incentivada pelo tutor, aproveitei essa experiência para compartilhar com os colegas petianos dos outros cursos e registrar neste livro que reflete o espírito interdisciplinar e a diversidade do PET.

O curso de Serviço Social, como campo teórico e prático, é fundamental na promoção de transformações sociais, no enfrentamento das desigualdades e na defesa dos direitos humanos. Nesse contexto, a pesquisa e a extensão são atividades essenciais e que fortalecem a prática profissional, aprofundando o conhecimento das questões sociais.

Capítulo

07

Psicologia no Contexto Jurídico:
Um Relatório De Observação
feito a partir de uma experiência
em uma Delegacia Especializada
(DPCAMI)





Estudante do 8º período de Psicologia e membro do PET Conexões de Saberes desde 2022. Encontrei no PET uma oportunidade valiosa para meu desenvolvimento pessoal e profissional. Meu estágio obrigatório, no PET, tem ênfase em Trabalho, Organizações e Gestão, e tem me desafiado a aprimorar sistemas e subsistemas de Gestão de Pessoas no PET. Isso inclui a reorganização da estrutura organizacional, o desenvolvimento de processos seletivos e a orientação das equipes para a produção de resultados significativos, enfatizando a valorização do trabalho realizado pelos estudantes dentro do PET. Um dos principais objetivos do meu estágio é propor a implementação de um modelo de gestão de pessoas que traga maior estrutura e alinhamento às práticas do PET Conexões de Saberes.

PSICOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO : UM RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO FEITO A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA EM UMA DELEGACIA ESPECIALIZADA (DPCAMI)

*Por Betto Alves
Prof. Dr. Israel de Alcântara Braglia*

Contextualização

O presente trabalho visa compreender e refletir sobre a inserção da psicologia no contexto jurídico/policial a partir da experiência de observação e representação juntamente a Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao idoso (DPCAMI) localizada no bairro Kobrasol no município de São José, Santa Catarina.

A DPCAMI é uma delegacia vinculada especialmente à polícia civil, fundamentalmente à Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, desenvolvendo processos legalmente quanto à investigação de violações relacionadas à Lei Maria da Penha, ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), Regulamento do Idoso e Código Penal. A DPCAMI é responsável por tomar medidas para apoiar a segurança pública (proteger a cidadania e controlar crime e violência), resguardando os direitos do indivíduo perante a lei (Santos et al., 2018).

Para Nóbrega et al. (2018) é importante compreender que a inserção dos profissionais de psicologia em uma instituição como a DPCAMI corresponde a uma certa necessidade técnica por parte do conhecimento psicológico com o sistema Judiciário e o Direito. A relação entre a psicologia e o direito penal, sob atenção da polícia, foi questionada, até que ponto seu trabalho oferece uma oportunidade de justiça diante dos atuais desequilíbrios da sociedade capitalista, cujas consequências incluem sofrimentos psíquicos.

¹Resultado de pesquisa realizada pelas graduandas durante o ano de 2022 no Programa de Educação Tutorial - PET Conexões de Saberes da Universidade Federal de Santa Catarina.

A psicologia Social Jurídica representa o campo interdisciplinar entre a psicologia social e o direito, sendo responsável pelo cumprimento das normas jurídicas nacionais que garantem tais direitos. Nesse sentido, pretende expandir o conceito de psicologia jurídica, empurrando a psicologia a algo que não se resume a suprimir ou mesmo judicializar o viés para uma conversa no âmbito da segurança pública. No contexto jurídico, o psicólogo deve estar atento à conexão entre a psicologia, os mecanismos de ordem social e a subjetividade que o próprio conhecimento psicológico contribui para a naturalização (Bicalho, Kastrup & Reishoffer, 2012).

Para dar conta do objetivo até a presente data, uma visita ao local de observação foi feita com outros estudantes, a saber: Eduardo, Ana Aline e Rafaela. Neste dia foi executada uma roda de conversa juntamente com os policiais da ACADEPOL (Academia de Polícia Civil de Santa Catarina). A psicóloga Máira Marchi Gomes conduziu a conversa e nos trouxe reflexões e informações importantes, por exemplo:

- A maneira como ocorre o atendimento a vítimas de violência; acolhimento; orientação sobre seus direitos legais e como a polícia pode ajudá-los.
- Articulação de encaminhamentos e/ou fortalecimento de redes pessoais na rede de atenção da área; orientação sobre seus direitos legais e como a polícia pode ajudá-los;
- Produção de documentos psicológicos tais como laudos psicológicos e relatórios psicológicos (que são compostos pela fala do atendido e compreensão técnica do psicólogo).
- Em casos extremos a perícia psicológica; além das diferenças entre avaliação psicológica e depoimento policial, dentre outras ações.

Conforme dito pela psicóloga Máira durante a primeira observação que tive : o atendimento da delegacia é imediato, contudo tem-se muita dificuldade, visto que trata-se de casos específicos e exige tanto do psicólogo quanto dos demais funcionários um senso crítico em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, o machismo estrutural da sociedade, e quando a mulher é atendida por um policial, qual a

forma correta de aborda-la? tem-se uma ótica de gênero na violência sexual contra mulheres, é preciso entendermos o papel da mulher e o que é ser mulher (algo muito além de uma genitalia, por exemplo). Em casos de violência contra idosos foi percebido que eles têm vergonha de pedir ajuda, será que nesses casos só o acolhimento é suficiente? A orientação muitas vezes envolve medidas protetivas, processo criminal, encaminhamento para vara da infância (em caso de violência contra crianças e adolescentes). A visita em campo durou das 15 horas da tarde até as 17:30. As próximas observações ocorrerão, respectivamente, nos dias 31/10 e 04/11 do corrente ano, das 13:30 as 17:00 horas, onde acompanharei as demandas que surgirem. A fim de compreender como se posiciona e movimenta a psicologia nesse contexto, convém compreender o histórico e as forças que atuaram e atuam na sua composição.

Discussão

Primeiramente, vale a pena discutir meu papel de estudante de psicologia e aluno/discendente do Programa de Educação Tutorial (PET) do Ministério da Educação (MEC) o quanto essa experiência que estou tendo na DPCAMI vem a somar para meu currículo acadêmico. Como revelou Becker (1994), a observação nunca parte da neutralidade, de modo que o olhar voluntário é mobilizado pela experiência do observador e pelos pressupostos implícitos e explícitos que ele traz sobre o lugar. A compreensão dessa prática precisa ser revisitada, e apenas testes psicológicos, leis e regulamentos não conseguem explicar essa prática. O enorme espaço que existe na configuração familiar, de certa forma, esta, traz circunstâncias que não podem ser mensuradas unicamente por metas, ou seja medindo e aplicando testes (Cesca, 2004). Dessa forma, o pesquisador é influenciado por sua própria inserção no ambiente como um corpo relacionado ao observado, que por sua vez responde à observação e, portanto, é um recorte específico e não neutro da realidade. Assim, esse caminho explica as dimensões subjetivas e existenciais de um estudo devido ao seu caráter interativo (Castro, 2014). Baseando-se no fato de que as barreiras entre o sujeito conhecido e a pessoa conhecida são campos dispersos, ao passo que o conhecimento baseado na pesquisa intervenção, o sujeito e o objeto do conhecimento se constituem em um mesmo processo (passos & Barros, 2000).

Outrossim, Segundo Baremlitt (1996), as instituições se perpetuam por uma lógica que busca controlar as atividades humanas, nomeá-las e valorizá-las, explicando o que deveria ser, como deveria ser e o que é relevante. “... uma sociedade não é mais que isso: um tecido de instituições que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens” (Baremlitt, 2008, p.29). Em conformidade a essa ideia, Cesca (2004) reitera que as instituições que prestam serviços - jurídicos, policiais, de saúde e educação - ainda não possuem sistemas adequados de diagnóstico e registro na maioria dos casos. A ciência percorreu um longo caminho, os modelos de diagnóstico evoluíram significativamente e os juristas brasileiros se deparam com um problema original (o problema substantivo dos casos de maus-tratos de crianças e adolescentes sem lesões orgânicas compatíveis).

Ou seja, este trabalho buscará:

1. Caracterizar o papel da psicologia no contexto policial e/ou jurídico, em especial na DPCAMI;
2. Descrever e compreender as principais atividades desempenhadas pelo profissional e se isso é de responsabilidade do profissional de psicologia do departamento de polícia, levando em consideração os fatores sociais, políticos e econômicos envolvidos na prática;
3. Discutir e refletir sobre as limitações e dificuldades da inserção dos psicólogos profissionais em delegacias especializadas.

No dia 31 das 13:30 às 17:00 fiz minha segunda observação no campo, as observações basearam-se em, primeiramente, observar os atendimentos do psicólogo, intimações, ligações e relatórios e, posteriormente, uma conversa com o psicólogo Renato Weber e as estagiárias Geovana Marjorie e Evelin Schwitzer fazendo uma análise institucional com o objetivo de realizar um sobrevôo na DPCAMI. A mesma atua como uma porta de entrada para questões de vulnerabilidade social, principalmente no que se refere à violência sofrida por mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

Atualmente na DPCAMI existem 2 psicólogos trabalhando no acolhimento falando sobre o que a delegacia pode oferecer. Resumidamente,

uma pessoa dá entrada em uma delegacia sob o pretexto de violência doméstica, pega a senha e é chamada por um dos funcionários para denunciar a ocorrência e dar entrada no Boletim de Ocorrência (BO). Depois, se desejar, pode conversar com o psicólogo de plantão sobre possíveis encaminhamentos: medidas protetivas, o autor da violência não pode chegar perto da ofendida, e representação criminal, a qual abrirá um processo contra quem ela fez o BO, sendo necessário a pessoa responder na justiça.

Dentro desse acolhimento, também é possível fazer encaminhamentos a outros serviços, como o serviço psicológico nas faculdades conveniadas e o “OAB com elas”, um projeto na delegacia em que advogados/as ficam na delegacia alguns dias da semana a fim de oferecer apoio jurídico, em casos que envolvem batalhas de custódia, divórcio e questões patrimoniais. Após essa conversa com o psicólogo, se a mulher escolher seguir com a medida protetiva, ela então preenche um questionário on-line sobre o qual o psicólogo faz perguntas. Este processo traz seus níveis de conforto de acordo com sua experiência. Quando há um caso em andamento, o funcionário do andar superior repassa a informação ao juiz da delegacia. Isso inclui qualquer evidência que tenha sido coletada e quaisquer recomendações sobre o que fazer em seguida, como mediação ou encaminhamentos para defesa criminal. Se a mulher preferir não dar seguimento à medida protetiva, ela conversa no andar superior com a escritã sobre a representação criminal.

O formulário possui perguntas como: marcar quais tipos de agressões o autor de violência fez, sendo que há uma lista enorme que é preciso perguntar uma por uma, como paulada, puxão de orelha, tiro, facada, etc. Na primeira observação que acompanhei, a mulher não tinha agressões físicas, já que ela estava em situação de violência psicológica, então fazer esse tipo de pergunta parecia que estava diminuindo o que a mulher estava passando, como se por não ter agressões físicas, a violência era mais leve, o que não é a verdade.

Assim, entende-se que as instituições advêm de valores construídos em um processo histórico e social, que se expressam em lógicas, as quais, dependendo do grau, fomentam normas, leis e códigos. A DPCAMI materializa essas lógicas, bem como os psicólogos e demais profissionais, voluntários e estagiários são agentes que, por meio de práticas, mobilizam e operalizam o sistema e interferem na realidade (Baremblyt, 1994).

Por definição, os psicólogos policiais devem acompanhar os processos que envolvem privação de direitos e liberdade. Eles avaliam e analisam o progresso e a regressão dos regimes atuais à autoridade competente. Para fazer isso, eles precisavam impor uma lógica controversa que está em debate em alguns círculos de psicologia. Isso porque alguns psicólogos não concordam que essa lógica se aplique a eles; simplesmente discordam de seus critérios para avaliar a reabilitação de pessoas (neste caso, adolescentes em conflito com a lei) que se encontravam institucionalizados também eram alvo de críticas (Brito, 2012).

No que diz respeito ao presente trabalho, a prática se encontra com a da psicologia jurídica que inicialmente buscou fazer recomendações para a transformação social na aproximação de um psicólogo no contexto de graves desigualdades sociais, violências e preconceito de todos os tipos, como no Brasil e em toda a América Latina, sob a crítica de uma psicologia elitista e alheia às questões sociais, no final da ditadura militar no Brasil. Em outras palavras, hoje, a psicologia nas políticas públicas tem como foco atender as necessidades dos segmentos mais populares da sociedade brasileira, que compõem grande parte do país. A entrada da psicologia nesse campo é importante porque revela um conjunto necessário de problematizações sobre a profissão, para quem e como ela é feita, demonstrando a importância de pensar, mudar e inserir a profissão no campo da segurança pública (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2020). Além disso, vale a pena ressaltar que, atualmente, os psicólogos podem contar com cargos em tribunais, delegacias e outros órgãos jurídicos e de segurança pública. Além de contar com o apoio do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para desenvolver resoluções relacionadas ao trabalho realizado na área, também ajuda a esclarecer as reais responsabilidades e importância dos psicólogos da área na inserção dos mesmos profissionais. Isso não exclui questionamentos sobre o papel dos psicólogos no campo ainda em discussão hoje.

Ao entrar nesse campo e focar nos vieses sociais e multifacetados do ser humano, as fronteiras com outros saberes (especialmente a psicologia jurídica) tornam-se mais difusas e interconectadas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS & Krug, 2002), Violência é o uso da força física ou seu poder, seja em forma de ameaça ou praticada, contra si mesmo ou uma comunidade, que pode resultar em morte, sofrimento,

dano psicológico, privação ou comprometimento do desenvolvimento. Isso pode levar a algumas reflexões: primeiro, a violência é caracterizada não apenas por danos físicos, mas também psicológicos, que são negligenciados por muitos, especialmente quando o agressor é um parente. Ademais, é o uso do “poder” sobre alguém, o qual pode resultar em algum dano. Aqui, a violência invisível da ordem social é estabelecida e recuada diante da dicotomia público-privado, e a violência doméstica é um excelente exemplo de como os impactos de ordem familiar são esquecidos na rede de término à violência (Dahlberg & Krug, 2007).

Existem várias categorias de violência: violência autodirigida, interpessoal ou coletiva. A violência interpessoal foi a mais vista durante minhas observações, divide-se em violência doméstica e violência por parceiro íntimo, incluindo violência doméstica, e violência comunitária, muitas vezes entre estranhos na rua. A violência interpessoal inclui a violência doméstica contra crianças, idosos e parceiros íntimos (Dahlberg & Krug, 2007).

No entanto, fica claro que a violência doméstica refere-se à violência contra mulheres, crianças e adolescentes. A violência pode ser física, psicológica, negligente e sexual e pode ser notificada de mais de uma forma. A violência física foi a mais relatada, seguida de negligência e violência psicológica. Pode-se considerar que a violência doméstica contra crianças e adolescentes é um “sintoma” modulado por dificuldades culturais, sociais, econômicas e interpessoais, resultando em conflito nas relações familiares, devendo o cuidado ser estendido a todo o grupo familiar (Brito et al., 2005).

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, define a violência doméstica contra a mulher como: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Portanto, a lei inclui todas as formas de violência, tais como: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (Lei n.11.340, Brasil, 2006).

A terceira observação ocorreu no dia 04/11, neste dia não houve demanda, tive uma conversa incrível com a estagiária, Vitória Burnier, sobre as casas abrigo, um espaço temporário e sigiloso que oferece abrigo para mulheres que sofreram violência doméstica e seus filhos em risco de morte. O abrigo tem como principais objetivos: reconstruir a cidadania

da mulher, oferecer atendimento integral e apoio social, jurídico e psicológico, promover condições de reintegração - por meio de garantia de emprego, moradia, creche, programas de saúde - promover a divulgação de direitos e informações sobre formas de exercer esses direitos e, por fim, a finalidade da casa é garantir um ambiente acolhedor que promova a autonomia e a autoestima. Dessa forma, os abrigos se constituem como instituições formais de apoio social, material e emocional às mulheres e seus filhos (Krenkel & Moré, 2015). Delegacias de Atendimento à Mulher, Juizados, Ministério Público, Centros de Atendimento à Mulher, Centros de Referência Profissional de Assistência Social (CREAS) e redes envolvidas no combate à violência contra a mulher fazem os encaminhamentos. A duração exata da permanência das mulheres na casa é indeterminado, dependendo de sua prontidão física e psicológica para retomar suas vidas (Krenkel & Moré, 2015).

As Casas Abrigo no seu aparato de intervenção requerem uma equipe multidisciplinar que inclui: psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, educadores, assistência jurídica, e outros profissionais conforme a necessidade da instituição. O papel do psicólogo, juntamente com outros profissionais, é proporcionar um espaço de escuta e acolhimento, além de atender às necessidades básicas de alimentação e abrigo, amenizar o luto causado pelo súbito abandono da família e do cotidiano, bem como consequências sociais e psicológicas (Krenkel & Moré, 2015; Aguiar et. al, 2007).

É, portanto, movimentos profissionais e outros fatores em sua ontologia, epistemologia e prática permitem ou não certas intervenções e possibilidades para os membros da comunidade como sujeitos. Ao encontro de Nardi et al (2014), Compreensivelmente, a prática concebida nesse contexto é influenciada pela relação saber-poder e verdade situada em determinado período histórico. Como reflexão, porém, as relações são complexas e emergem do que se afirmam, vislumbrando assim a distinção entre moral e ética proposta por Nardi et al. (2014) e Baremblytt (1994) a dinâmica institucional, percebe-se que a postura dos agentes inseridos nessa instituição se aproxima da prática da moralidade, ou seja, pautada na liberdade, no conhecimento de si e dos outros.

Psicologia: Teoria, Prática e Intervenção no Contexto

Considerando a inserção da ciência psicológica no contexto jurídico, especialmente quanto aos objetivos e os rumos da prática, as atribuições dos psicólogos policiais que atuam em delegacias especializadas, como a DPCAMI, vão desde o acolhimento, atendimento e orientação sobre os direitos das vítimas de violência, até a produção de laudos psicológicos. Nesse ambiente, os psicólogos colaboram com outros profissionais e visam trabalhar de forma integrativa, pois esse formato é benéfico e útil para o processo investigativo do psicólogo (Nobrega, et al., 2017).

Em 2020, o CFP disponibilizou um referencial técnico para a atuação do psicólogo na política de segurança pública, identificando, conforme dito anteriormente, os princípios mais importantes da psicologia como atuação dos direitos humanos. Além disso, a norma traz dados importantes como as mulheres, principalmente as negras, cada vez mais alvo de violência letal no Brasil, e as formas como os jovens brasileiros são criminalizados, a exemplo da redução da maioria penal e da extensão de duração de medidas socioeducativas privativas de liberdade (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2020).

Conforme relato da psicóloga Maíra, os psicólogos policiais desempenham uma função única que só eles podem desenvolver dentro de um departamento policial, incluindo avaliações psicológicas para compor inquéritos policiais. A avaliação psicológica é uma prática exclusiva da psicologia, um de seus objetivos é fornecer subsídios para a tomada de decisões, prática muito importante para um possível diagnóstico e intervenção (Diniz et al., 2007), tomando como exemplo a DPCAMI, a partir da atuação, será elaborado um documento (laudo) que fará parte do inquérito policial como prova do crime. Por exemplo, o delegado solicita uma avaliação para verificar se os relatos de crianças que sofreram violência foram influenciados por alguém, ou para determinar o dano que a suposta violência causou à vítima.

Nesse contexto, esses fatores revelam a importância da psicologia na área, uma vez que as avaliações psicológicas contribuem para a toma-

da de decisões e até mesmo para a condenação, atividade exclusiva dos psicólogos da área jurídica. Além disso, as avaliações psicológicas podem revelar problemas comportamentais ou distúrbios psicológicos nos indivíduos, o que pode ser importante na composição da investigação. (Capitão et al., 2005)

Na primeira observação que foi juntamente com os policiais da ACADEPOL, a psicóloga Maíra, comentou que o ingresso de psicólogos na Polícia Civil é feito por meio de concurso público, o último concurso para psicólogo na polícia civil do estado de Santa Catarina foi em 2010, dispondo de 67 vagas. Os aprovados são obrigados a passar por um treinamento policial chamado “academia de polícia”, após o qual um psicólogo policial assumirá a vaga. Ela disse ainda que os profissionais podem escolher as vagas por cidade ou setor, mas apenas com base na demanda.

Esses dados sugerem que a psicologia ainda não é considerada essencial no contexto da profissão policial. Cabe ressaltar que, segundo os psicólogos (Renato e Maira) apenas os estados de Santa Catarina e Espírito Santo possuem psicólogos profissionais, o que mostra sua escassez. Além de orientar, promover políticas de prevenção da violência e compreender a subjetividade individual, a psicologia irá considerar os aspectos históricos, culturais e biológicos que constituem o ser humano (França, 2004). Portanto, além de se preocupar em atender às necessidades legais, a psicologia também se preocupa em contribuir para o melhor exercício do Direito, o que torna seus serviços nesta área imprescindíveis. (França, 2004)

Portanto, depois dessas três observações, sobre os desafios e limitações, acredito que o diálogo entre a Psicologia e o Direito continua sendo uma barreira que acaba dificultando muito o trabalho do psicólogo. Muitas vezes as autoridades desconhecem o funcionamento dos psicólogos e as complexidades que envolvem a realização de avaliações psicológicas, por exemplo, solicitando com urgência essas atividades, o que ocorre por meio de um processo lento que envolve diversos fatores. A psicóloga Maíra apontou que essa é a principal dificuldade dos psicólogos da área jurídica, deixando claro para as autoridades que as atividades exercidas pelos psicólogos não são tão objetivas e simples quanto as pessoas pensam. Além disso, o psicólogo precisa sempre enfatizar a importância de sua presença, função que é desempenhada de forma tecnicamente

específica e peculiar à psicologia. Os psicólogos também apontaram tentativas de designar psicólogos policiais para funções para as quais não foram designados, o que acabou atrapalhando o trabalho técnico e exclusivo da psicologia e muitas vezes considerado secundário. Dito isto, há um esforço diário para dar à profissão da área o valor e o reconhecimento que ela merece.

Na prática, a reverberação do terceiro setor como outro setor advém da influência da lógica institucional que não é pública nem privada, mas também permeia as identidades profissionais e as decisões de cada agente inserido na instituição. Conceitos interdisciplinares baseados em Passos & Barros (2000) possibilitam compreender as realidades encontradas dentro da DPCAMI e fazer psicologia nesse contexto, pois para os psicólogos em questão é preciso ir além do eu e de suas tecnologias relevantes, e equipar-se com o conhecimento e a prática para cruzar as fronteiras disciplinares para realmente intervir e mudar a realidade.

Assim, levando em conta as observações, é por meio do olhar da psicologia que abre-se um espaço para que as questões importantes para os integrantes consigam ser vistas, de forma que o psicólogo, na sua prática, os constitui enquanto sujeitos ao dar espaço para tais questões. No processo da prática, esses limites e saberes específicos ficam mais claros, podendo ser considerada uma intervenção exitosa, pois ao compreender o que é a psicologia, há também referências do sujeito e da subjetividade, então surgem problemas. : Quem é o objeto? Pesquisa psicológica? Por que isso é feito? O que significa ser sujeito de pesquisa em psicologia? — e, mobilizando-se para conhecê-los, os membros se veem no lugar. Em outras palavras, a existência de psicólogos e a prática da psicologia, ao propor outros jogos de verdade em relação aos seus membros, estabelecem novas referências temáticas, diferentes daquelas estabelecidas pela sociedade sobre o que são sujeitos e o que são esses sujeitos. Por outro lado, as estagiárias de psicologia que atuam no local, assim como eu, enquanto, observador, ainda são referidos como professores, talvez referindo-se a uma dinâmica de poder numa relação, como detentores do saber e despossuídos, o que por sua vez mostra a possível cristalização do jogo da verdade ali dispostos (Nardi et al., 2014).

Considerações Finais

O presente trabalho procurou compreender como a psicologia se situa e se movimenta no contexto jurídico/policial, caracterizando, descrevendo e compreendendo a prática profissional dentro da DPCAMI, nomeadamente em diálogo com os fatores sociais, políticos e econômicos envolvidos nessa prática. Observações no contexto do projeto acima, permitem imaginar como a lógica das instituições se expressa no comportamento mental e no conhecimento, e elabora reflexões sobre a prática profissional que podem se mostrar frutíferas para futuros relatos nesse campo, em demais campos similares e em diversos outros onde o profissional psicólogo se insere.

Além disso, essa abertura também pode ser uma forma de facilitar melhor o diálogo entre o direito e as autoridades, pois a psicologia estará inserida mais fortemente no campo. Um psicólogo que faz parte do quadro profissional policial também pode contribuir para o respeito, enquanto outros profissionais contribuem com o papel que o psicólogo desempenha, evitando que ele esteja nesse lugar de luta constante por reconhecimento. Dessa forma, para que a dinâmica instituição e prática, cara ao exercício profissional, sejam verdadeiramente livres em sua relação com os sujeitos, é necessária seguridade social com legitimidade jurídica e a eficácia das políticas públicas. Sem eles, o que se faz se perde na produção e reprodução da vida no território, nos jogos de verdade já cristalizados e postos, e permanece uma prática pontual de cuidado: a “psicologia do apagar fogo”.

Por fim, nesse percurso, a partir da compreensão de que ao se envolver com a realidade como pesquisador, se constituem tanto objeto quanto observador, além de poder teorizar e refletir sobre o que vejo, para determinar como vou me moldar como aluno, pesquisador e extensionista por cada intervenção/visita que fiz ao local, e por cada parágrafo que escrevi neste relatório. Acredito que, como psicólogo em construção, o engajamento com a realidade por meio das reflexões aqui apresentadas me permite desnaturalizar o que foi construído para a construção de uma prática profissional ética liberal, talvez transformadora.

Referências

Aguiar, O. X., Carrero, M. L. C., & Rondina, R. G. (2007). Casa abrigo: Possibilidade de atuação para o psicólogo. *Revista Científica Eletrônica de Psicologia*, 5(9), 1-7. Recuperado de: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/I4x527DLReirAvi_2013-5-10-16-19-27.pdf

Baremlitt, G. (1996). *Compêndio de análise institucional*. Rosa dos Tempos, (3).

Becker, H. S. (1994). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. Hucitec.

Bicalho, P. P. G., Kastrup, V., & Reishoffer, J. C. (2012). Psicologia e segurança pública: Invenção de outras máquinas de guerra. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 56-65. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100007>

Brito, L. M. T. (2012). Anotações sobre a psicologia jurídica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, 194-205. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500014>

Brito, A. M. M., Zanetta, D. M. T., Mendonça, R. C. V., Barison, S. Z. P., & Andrade, V. A. G. (2005). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10, 143-149. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100021>

Capitão, C. G., Scortegagna, S. A., & Baptista, M. N. (2005). A importância da avaliação psicológica na saúde. *Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment*, 4(1), 75-82.

Castro, C. (2014). A pesquisa de campo em sociologia: a observação participante de William Foote Whyte. In Castro, C., *Textos Básicos de Sociologia*. Zahar.

Cesca, T. B. (2004). O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 16, 41-46.

Conselho Federal de Psicologia (2020). Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na Política de Segurança Pública. Retrieved November 14, 2022, from <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-na-politica-de-seguranca-publica/>

Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2007). Violence a global public health problem. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(2), 277-292. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232006000200007>

Diniz, A. M., Almeida, L. S., & Pais, L. G. (2007). Contextos profissionais e práticas da avaliação psicológica: inquérito aos psicólogos portugueses. *Psico-USF*, 12(1), 01-12. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712007000100002

França, F. (2004). Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. *Psicologia: Teoria E Prática*, 6(1), 73-80. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872004000100006

Krenkel, S., & Moré, C. L. O. O. (2015). O Acolhimento dos Profissionais que Atuam em Casa-Abrigo na Perspectiva de Mulheres que Sofreram Violência. *Psico*, 46(2), 254-264. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161590>

Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 1, 8 ago. 2006. PL 4559/2004 Lei nº 11.340 (planalto.gov.br)

Nardi, H. C.; Silva, R. (2009). Ética e Subjetivação. As técnicas de si e os jogos de verdades contemporâneos. In: Guareschi, N. M. de F. (Org.); Ferreira, A. (et al) (Org.). *Foucault e a Psicologia*. Edipucrs.

Nobrega, L., Gerlach, C., Oliveira, H., Bortoluci, P., & Beiras, A. (2017). A Inserção de Estagiários de Psicologia Policial em uma Delegacia Especializada. Retrieved November 14, 2022, from http://www.direitoshumanos2017.abrasme.org.br/resources/anais/8/1491872037_ARQUIVO_ResumoExpandidoLucasNobrega.pdf

Nobrega, L. M. D. A., Siqueira, A. C. Turra, E. T., Beiras, A., & Gomes, M. M. (2018). Caracterizando a psicologia policial enquanto uma psicologia social jurídica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 148-165. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300011

Passos, E. Barros, R. B. de. (2000). A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 1.

Santos, L. S. D., Beiras, A., & Enderle, C. M. (2018). Violência de Estado, Juventudes e Subjetividades: Experiências em uma Delegacia Especializada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 265-276. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212241>

Organização Mundial da Saúde, & Krug, E. G. (2002). Relatório mundial sobre violência e saúde (pp. 125-42). Genebra: Organização Mundial da Saúde. <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saud>

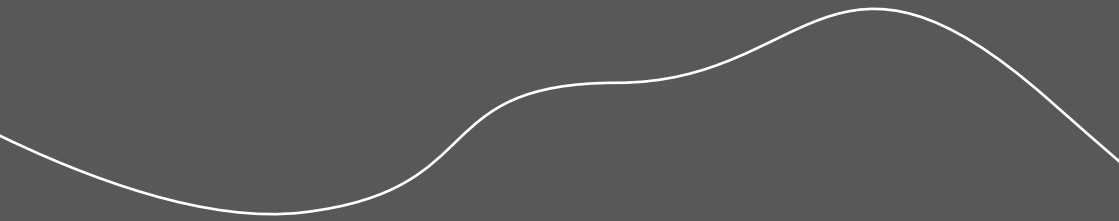
Entrevista com a autora

Poderia falar um pouco sobre o seu curso?

No curso de Psicologia, temos a oportunidade de explorar como a psicologia pode contribuir para o fortalecimento do PET e da universidade como um todo. Através da pesquisa, do ensino e da extensão, a psicologia oferece insights valiosos que ajudam a promover o bem-estar e a inclusão, ao mesmo tempo em que fomenta um ambiente colaborativo e inovador..

Qual a relação do seu artigo com o PET?

Meu artigo, intitulado “Psicologia no Contexto Jurídico: Um Relatório de Observação a partir de uma Experiência em uma Delegacia Especializada (DPCAMI)”, estabelece uma conexão significativa com as atividades do PET. Nele, compartilho experiências e reflexões sobre como a psicologia pode ser aplicada em contextos jurídicos, ressaltando a importância de nossa atuação na promoção de um trabalho interdisciplinar que beneficie a comunidade e amplie as possibilidades de atuação dos estudantes de psicologia.



Posfácio



Discussões sobre esta edição

A análise dos artigos discutidos revelou a complexidade e a interconexão dos diversos temas como a evolução da publicidade durante a pandemia, a inovação na moda através da fabricação digital e os desafios enfrentados pelos imigrantes no Brasil. Esses temas, abordados a partir de diferentes perspectivas, evidenciaram a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para compreender e enfrentar as questões emergentes do contexto atual. O Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) surgiu como um espaço para fomentar essa abordagem interdisciplinar, promovendo a integração de conhecimentos e práticas diversas.

O conceito de interdisciplinaridade surgiu como um tema central na análise desses artigos. A abordagem interdisciplinar permitiu uma compreensão mais coerente dos desafios discutidos. O PET Conexões de Saberes da UFSC exemplificou como a interdisciplinaridade pode ser aplicada na prática acadêmica e profissional. O programa promoveu a colaboração entre diferentes disciplinas, estimulando a troca de conhecimentos e experiências que foram essenciais para a resolução de problemas complexos e contemporâneos. No contexto do PET, a interdisciplinaridade foi uma ferramenta poderosa para abordar questões multifacetadas e desenvolver soluções inovadoras.

1. **Conectando conhecimentos:** o PET Conexões de Saberes integrou diferentes áreas do saber, permitindo que os participantes abordassem problemas de forma holística. Por exemplo, a análise das mudanças nas marcas durante a pandemia se beneficiou da integração de conhecimentos em marketing, psicologia e comunicação. Da mesma forma, a aplicação da fabricação digital na moda envolveu conhecimentos em design, tecnologia e sustentabilidade.
2. **Discussão sobre problemas atuais:** a interdisciplinaridade facilitou a discussão de problemas complexos ao combinar perspectivas e metodologias diversas. O desafio da imigração no Brasil, por exemplo, exigiu uma abordagem que integrou aspectos so-

ciais, econômicos e políticos. A atuação das ONGs e dos assistentes sociais, aliada a uma resposta governamental mais eficaz, foi um exemplo de como a colaboração interdisciplinar pode levar a soluções mais abrangentes e eficazes.

3. **Inovação e criatividade:** a interdisciplinaridade também foi uma fonte de inovação e criatividade. A fabricação digital na moda, exemplificada pelo Fab Lab Pronto 3D, demonstrou como a integração de diferentes disciplinas pode levar a novas formas de criação e produção. O PET Conexões de Saberes apoiou iniciativas semelhantes, incentivando a experimentação e a colaboração entre áreas distintas.
4. **Desenvolvimento de políticas públicas:** no contexto da imigração, a interdisciplinaridade foi importante para a discussão do desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades dos imigrantes. A integração de conhecimentos de serviço social, direito, economia e outras áreas pode levar à formulação de políticas mais eficazes e inclusivas.

Os artigos analisados destacaram a importância da interdisciplinaridade na compreensão e enfrentamento de desafios contemporâneos. A pandemia, a inovação tecnológica na moda e a situação dos imigrantes no Brasil foram questões complexas que exigiram uma abordagem integrada e colaborativa. O PET Conexões de Saberes da UFSC foi um exemplo de como a interdisciplinaridade pode ser aplicada para promover a integração de conhecimentos e práticas diversas, contribuindo para a solução de problemas e para o avanço do conhecimento em diferentes áreas.

A colaboração entre diferentes disciplinas não apenas enriqueceu a compreensão dos assuntos discutidos, mas também facilitou a criação de pensamentos críticos e inovadores. O PET Conexões de Saberes representou uma oportunidade valiosa para explorar a interconexão entre áreas do saber e para desenvolver respostas mais abrangentes e inclusivas para os desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Em um mundo cada vez mais interconectado e multifacetado, a interdisciplinaridade se tornou uma ferramenta essencial para promover o progresso e a justiça social.

Palavras finais

Através da colaboração e da integração de diferentes áreas do conhecimento, o PET Conexões de Saberes da UFSC demonstrou a importância de uma abordagem integrada para enfrentar os desafios contemporâneos. Esta edição foi, então, uma celebração da interdisciplinaridade e do compromisso com a excelência acadêmica. Os temas abordados, a qualidade da pesquisa e a relevância dos problemas discutidos foram um testemunho do trabalho e da dedicação dos petianos participantes.

Por meio de iniciativas deste PET e dos outros 26 existentes em nossa instituição, a UFSC continua a se destacar como uma referência em inovação e excelência acadêmica. Porém, aqui, a interdisciplinaridade mostrou-se uma ferramenta poderosa para promover o avanço do conhecimento e a discussão de problemas atuais. O livro que se apresenta foi um exemplo notável de como a colaboração e a pesquisa plural puderam contribuir para a construção de um futuro mais informador e justo para todos os públicos – seja acadêmico, profissional ou comunitário.

Que este livro inspire e motive outros a seguir o exemplo dos participantes do PET Conexões de Saberes, buscando sempre a integração de conhecimentos e a promoção da qualidade na pesquisa acadêmica. A interdisciplinaridade, por fim, revelou-se (e continua a se revelar) como o caminho para enfrentar os desafios do presente e construir um futuro mais brilhante e inclusivo para todos.

Quem somos

O PET Conexões de Saberes é formado por 12 integrantes, conhecidos como petianos, e um professor-tutor responsável pela orientação dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelo grupo. O grupo realiza reuniões semanais com o objetivo de acompanhar o andamento das atividades planejadas anualmente, as quais são elaboradas de forma coletiva no início de cada ano.

Desde a sua criação, o grupo passou por diversas mudanças em sua composição e na função de professor-tutor. No entanto, as temáticas abordadas frequentemente refletem as histórias e afinidades dos próprios integrantes, ligando as experiências das comunidades a que pertencem aos conhecimentos acadêmicos adquiridos durante a graduação.

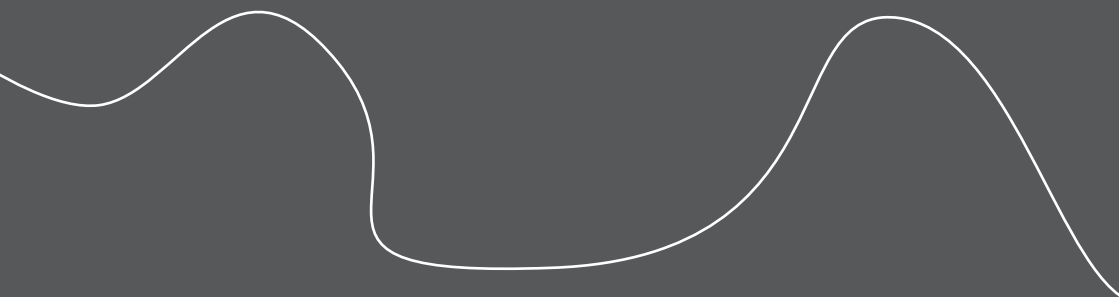
Atualmente, o grupo se encontra no térreo do Espaço Físico Integrado (EFI), em frente à secretaria do bloco.



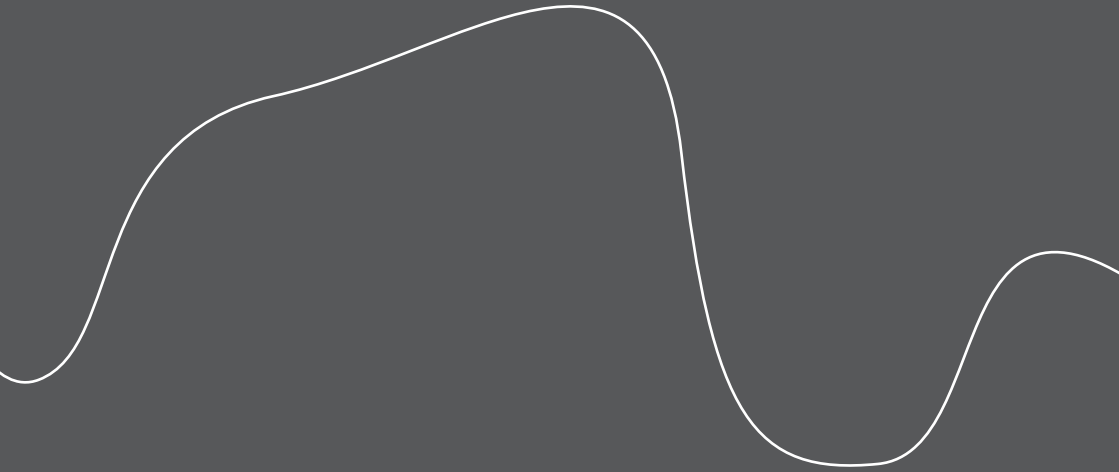
Israel Braglia

Tutor do PET conexões de Saberes

é professor de Design e Design de Produto, com atuação nas disciplinas de Produção Gráfica, Materiais, Fotografia, Design de Conteúdo, Projeto de Inovação Digital e Design Editorial. Atualmente, é tutor do PET Conexões de Saberes, um programa interdisciplinar na UFSC, e membro do CLAA/PROGRAD. Além disso, coordena o grupo de pesquisa LEMME. Está cursando pós-doutorado, ampliando sua expertise em inovação e educação.



Outros PETianos



Outros integrantes do PET



Débora Karoline Santos da Silva

Curso/fase atual: Psicologia, 5ª fase

Estudante da quinta fase de Psicologia e bolsista do PET Conexões de Saberes. Membro do Laboratório de Neuropsicologia Cognitiva e Escolar (LANCE), e do Coletivo Orí de Psicologia Anti-racista. Apaixonada por crianças, foi auxiliar de sala em uma creche antes de ingressar na graduação. Já na universidade, dedica-se aos estudos da infância e adolescência, interseccionalidade e psicopatologias, buscando o diálogo com a Psicologia Social Crítica. Com o objetivo de ser poliglota, atualmente estuda Inglês, Espanhol e LIBRAS.



Danielle de Paula Braz

Curso/fase atual: Direito, 6ª fase

Graduanda da sexta fase de Direito na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atua como estagiária na Defensoria Pública do Estado, também estagiou no Tribunal de Justiça de Santa Catarina e no núcleo de imigração na Defensoria Pública da União. Sua trajetória na universidade é marcada pela atuação no movimento estudantil e no movimento negro, se identifica com a luta em defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e para todos, esteve a frente da greve estudantil de 2019 contra o desmonte da universidade. Foi coordenadora geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE - Luís Travassos) e também foi diretora de assistência estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE).



Luca Cilento

Curso/fase atual: Design de Produto, 4ª fase

O curso de Design de Produto é relativamente novo na UFSC, ele é localizado no centro de comunicação e expressão (CCE), e lá estudamos os processos e ferramentas necessárias para se desenvolver e construir produtos de diversas áreas, como mobiliários, ferramentas, joias, etc.



Milena Dos Santos De Souza

Curso/fase atual: Língua Portuguesa e Literaturas.
6 fase.

Salve!

Sou estudante do curso de Letras Português da Ufsc e ingressei em 2021.2. Atualmente, pesquiso os cinco elementos do Hip-Hop, atuando em produções culturais e festivais de graffiti. Estudo o movimento Afro Futurista na literatura e na cultura Geek.



Vanessa de Sousa Alcântara

Curso/fase atual: Serviço Social - 8ª fase

Graduanda da oitava fase do curso de Serviço Social na UFSC, estagiária no CRAS SUL III localizado no sul da ilha e bolsista do PET Conexões de Saberes. Dedicar-se à pesquisas na graduação nas seguintes áreas: drogas, encarceramento em massa e abolicionismo penal.

Este livro foi composto pela Minion Pro, corpo 10pt,
para o PET Conexão de Saberes

Este livro nasce do trabalho coletivo do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes da UFSC, reunindo esforços de estudantes e pesquisadores para construir um conhecimento mais próximo da realidade. A interdisciplinaridade, tema central da obra, vai além da teoria e se torna essencial diante de desafios que exigem diferentes abordagens. Cada capítulo demonstra a coragem de unir saberes diversos, promovendo diálogos entre áreas distintas e buscando novas discussões para questões complexas.

Ao mesmo tempo, essa troca de conhecimentos traz desafios. A comunicação entre diferentes disciplinas nem sempre é simples, e é fundamental criar um ambiente onde a colaboração aconteça de forma natural. Este livro mostra que a interdisciplinaridade não é apenas uma soma de ideias, mas uma forma de enxergar a aprendizagem com mais abertura e sensibilidade. Mais do que um método acadêmico, é um caminho para transformar vidas por meio do conhecimento compartilhado.

ISBN: 978-65-01-24503-4



9 786501 245034